



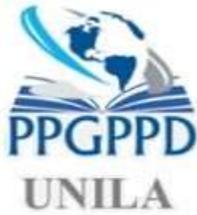
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ENTORNO
DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU**

FERNANDO CARNEIRO PIRES

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu PR
2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
E DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ENTORNO
DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU**

FERNANDO CARMEIRO PIRES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Patricia Zandonade

Foz do Iguaçu PR
2023

FERNANDO CARNEIRO PIRES

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ENTORNO
DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Patricia Zandonade
UNILA

Profa. Dra. Cecília Maria de Moraes Machado Angileli
UNILA

Profa. Dra. Silvia Aparecida Zimmermann
UNILA

Foz do Iguaçu, 24 de julho de 2023.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

P667d

Pires, Fernando Carneiro.

Desenvolvimento territorial no entorno do Parque Nacional do Iguaçu /
Fernando Carneiro Pires. - Foz do Iguaçu, 2023.
92 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-
Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em
Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientadora: Patrícia Zandonade.

1. Territorialidade humana. 2. Governança pública. 3. Biodiversidade. 4.
Sustentabilidade e meio ambiente. I. Zandonade, Patrícia. II. Título.

CDU 913(816.2)

Dedico este trabalho aos meus avós,
Waldemar, Clecy, Alice, em memória, e
Agenor, pela presença em minha formação.

AGRADECIMENTO

Agradeço às comunidades e pessoas que tive contato durante esta pesquisa, na universidade, nas comunidades, cidades, organizações públicas e particulares, nos movimentos sociais e no Parque Nacional do Iguaçu. Essa vivência marcou em mim bons sentimentos e também inquietações, que promoveram amadurecimento pessoal e na pesquisa.

*A Democracia da Terra conecta as pessoas em círculos de cuidado, cooperação e compaixão, em vez de dividi-las por meio de competição e conflito, medo e ódio.
(Vandana Shiva)*

RESUMO

A reflexão sobre o planejamento urbano e rural em escala regional considerando as diversas territorialidades no espaço, e tendo como elemento articulador do planejamento e das ações um parque nacional, é o contexto de início desta pesquisa, o qual levou a considerar o desenvolvimento territorial como base teórica dos estudos. As cidades, comunidades e pessoas que compõem a dinâmica de vida no entorno do Parque Nacional do Iguaçu conformam a base empírica da pesquisa para desenvolver esta reflexão. É também o ponto de partida para o estudo sobre o que é e o que pode ser o desenvolvimento territorial no contexto político e socioambiental atual. O problema de pesquisa para compreender os processos de desenvolvimento territorial no entorno do Parque Nacional do Iguaçu é como identificar e caracterizar este entorno a partir das relações entre comunidades e as pessoas das diversas territorialidades presentes na região. E de modo complementar, quais são as demandas de gestão e conservação do Parque Nacional do Iguaçu e como estas interagem com o seu entorno, no sentido de promover um desenvolvimento territorial. A hipótese da pesquisa é que o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu tem a potencialidade, como política pública territorial, em influenciar positivamente os planos locais dos municípios e ações sociais no entorno do parque no sentido do desenvolvimento territorial. As áreas de entorno de Unidades de Conservação têm uma característica que pode ser trabalhada como potencial e diferencial nas estratégias e ações de desenvolvimento local e regional, considerando ainda a complexidade e a diversidade destes territórios e suas diversas territorialidades. Neste sentido que se dá a abordagem territorial e a construção da ideia de desenvolvimento territorial como instrumento de planejamento e governança para os diversos atores e sujeitos, bem como as instituições e organizações, ou seja, envolve uma busca para qualificar a participação e a vida de todas as pessoas do território. De modo específico ao entorno do Parque Nacional do Iguaçu, a centralidade do olhar para as Cataratas do Rio Iguaçu demanda um esforço para ampliar a atenção e o cuidado com outras áreas do Parque e seus entornos, construindo cada vez mais processos de gestão e governança compartilhada, uma vez que a atribuição do ICMBio é de gestão da Unidade de Conservação e, em relação ao seu entorno, as comunidades e poderes públicos locais são fundamentais para as ações fora da UC, mas que tem nela uma importante referência material e simbólica.

Palavras-chave: Territorialidades. Governança. Sociobiodiversidade. Planejamento Territorial. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The reflection on urban and rural planning on a regional scale, considering the different territorialities in space, and having a national park as an articulating element of planning and actions, is the starting context of this research, which led to consider territorial development as a basis theory of studies. The cities, communities and people that make up the dynamics of life around the Iguaçu National Park form the empirical basis of the research to develop this reflection. It is also the starting point for the study of what territorial development is and what it can be in the current political and socio-environmental context. The research problem to understand the processes of territorial development around the Iguaçu National Park is how to identify and characterize this environment from the relationships between communities and people from the different territorialities present in the region. And in a complementary way, what are the management and conservation demands of the Iguaçu National Park and how these interact with its surroundings, in order to promote territorial development. The research hypothesis is that the Iguaçu National Park Management Plan has the potential, as a territorial public policy, to positively influence the local plans of municipalities and social actions around the park towards territorial development. Areas surrounding Conservation Units have a characteristic that can be worked on as a potential and differential in local and regional development strategies and actions, also considering the complexity and diversity of these territories and their different territorialities. In this sense, the territorial approach and the construction of the idea of territorial development as a planning and governance instrument for the different actors and subjects, as well as institutions and organizations, that is, involves a search to qualify the participation and life of all people in the territory. Specifically in the surroundings of the Iguaçu National Park, the centrality of looking at the Iguaçu River Falls demands an effort to increase attention and care with other areas of the Park and its surroundings, building more and more shared management and governance processes, since ICMBio is responsible for managing the Conservation Unit and the communities and local public authorities are fundamental for actions outside the UC, but which have an important material and symbolic reference in it.

Key words: Territorialities. Governance. Sociobiodiversity. Territorial Planning. Sustainability.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	16
2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	18
2.1 A INCLUSÃO DO RURAL NO PLANEJAMENTO REGIONAL.....	21
2.1.1 As políticas públicas de desenvolvimento territorial	22
2.2 TERRITÓRIO.....	23
2.2.1 O urbano.....	25
2.2.2 As pessoas e o lugar.....	27
2.2.3 A questão ambiental no desenvolvimento.....	29
2.3 AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES.....	30
3 METODOLOGIA.....	32
3.1 DO CAMPO À REFLEXÃO	32
3.1.1 Aproximações no território	34
3.2 PERCURSO METODOLÓGICO	35
3.2.1 Processo em Rede	35
3.2.2 Pós-Desenvolvimento, Ecologia Política e Permacultura	37
3.3 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	41
3.3.1 Vivência representativa da complexidade territorial.....	42
3.3.2 Painel de Leitura Territorial Multiescalar	43
4 ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU	44
4.1 PLANO DE MANEJO E HISTÓRIA DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU	44
4.1.1 Microrregião Geográfica do Parque Nacional do Iguaçu	45
4.1.2 Zonas de Amortecimento Municipais – ZAM PNI.....	47
4.2 O AMBIENTE E A BIODIVERSIDADE	48
4.3 AS PESSOAS E AS COMUNIDADES	49
5 TERRITORIALIDADES NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. 52	
5.1 ESTUDO EMPÍRICO: COMUNIDADE QUILOMBOLA APEPU	53
5.2 DESENVOLVIMENTO E TERRITORIALIDADES	56
5.2.1 Aplicação do Painel de Leitura Territorial Multiescalar.....	58
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68

REFERÊNCIAS 69

APÊNDICE 72

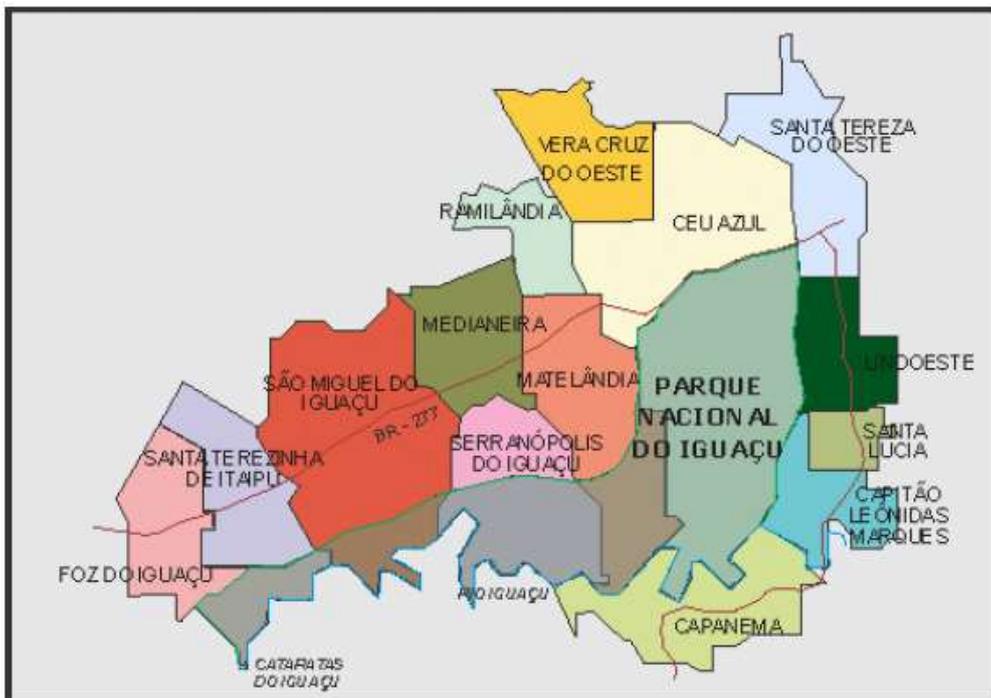
1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o planejamento urbano e rural em escala regional considerando as diversas territorialidades no espaço, e tendo como elemento articulador do planejamento e das ações um parque nacional, é o contexto de início desta pesquisa, o qual levou a considerar o desenvolvimento territorial como base teórica dos estudos.

As cidades, comunidades e pessoas que compõem a dinâmica de vida no entorno do Parque Nacional do Iguaçu conformam a base empírica da pesquisa para desenvolver esta reflexão. É também o ponto de partida para o estudo sobre o que é e o que pode ser o desenvolvimento territorial no contexto político e socioambiental atual.

O Parque Nacional do Iguaçu é uma Unidade de Conservação (UC) com 1.700 Km² localizado no Oeste do Estado do Paraná, Brasil, estando ao Sul conectado com o parque nacional argentino, unidos pelo Rio Iguaçu próximo de sua foz, nas cidades de Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil e Puerto Iguazú – Misiones – Argentina. No Brasil, o Plano de Manejo desta Unidade de Conservação indica a Microrregião Geográfica do Parque Nacional do Iguaçu – MRGPNI, composta por 14 municípios do Estado do Paraná, como uma região que participa diretamente das dinâmicas naturais existentes no parque, bem como está envolvida em sua gestão.

Figura 01 – Os 14 municípios da Microrregião Geográfica do Parque Nacional do Iguaçu.



Para discutir este contexto regional de planejamento, o referencial teórico da pesquisa se baseia na discussão sobre desenvolvimento territorial e sua construção como conceito e metodologia, uma vez que os processos e desafios de desenvolvimento envolvem áreas urbanas e rurais e, para uma abordagem integrada e reflexiva sobre estes espaços, importa a consideração dos aspectos complexos dos territórios.

A pesquisa tem relevância para os territórios estudados pela necessidade de mais informações, espaços de diálogo, produção e organização de conhecimento sobre este contexto de interação ambiente e sociedade que caracteriza toda a região do Entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

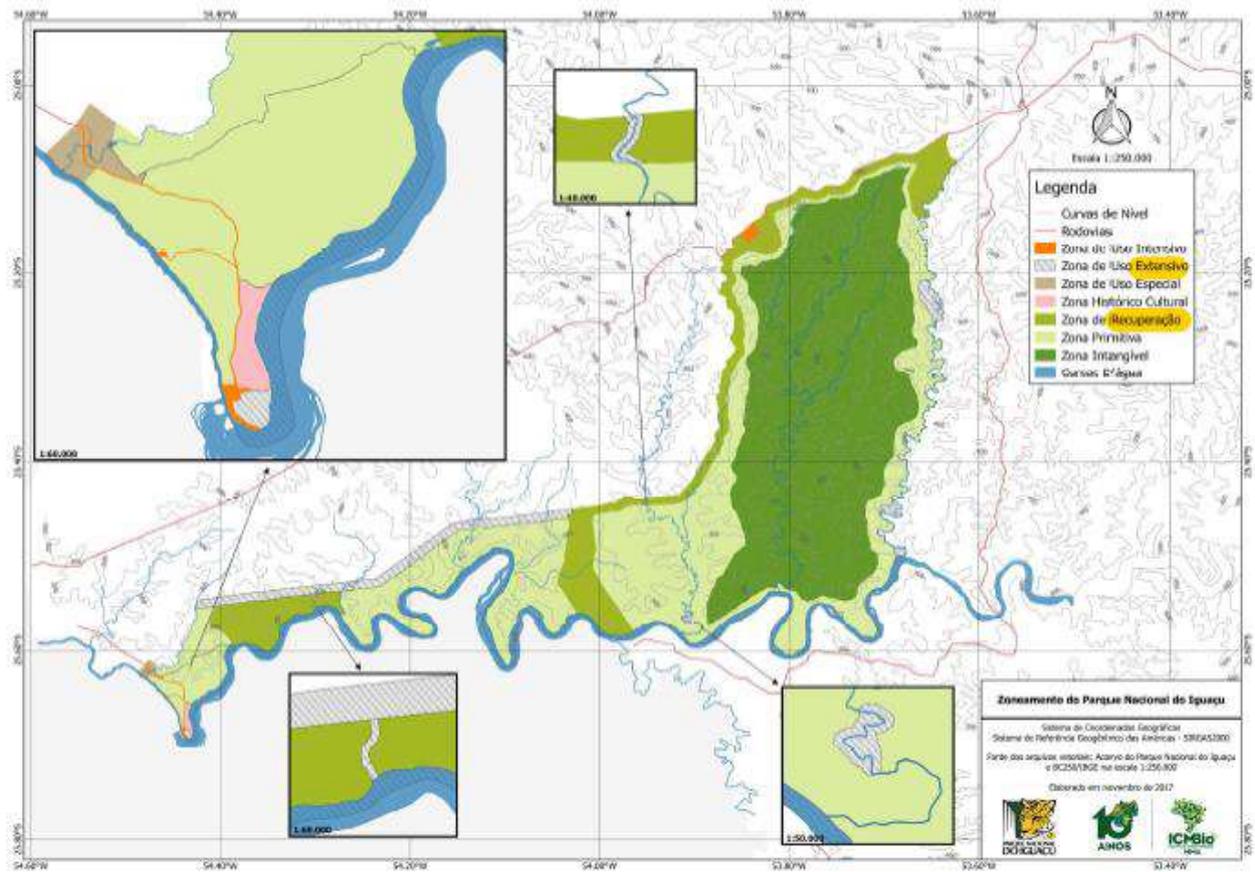
O ambiente onde hoje se situa a UC tem um histórico social e alguns marcos legais que demarcaram ao longo do tempo a conformação atual, ou seja, existem muitas histórias de vida e processos políticos e econômicos entre as datas e documentos, sendo importante destacar que ainda é presente o sentimento de perda por famílias que já viveram ou tiveram passagens em vilas e áreas que hoje estão dentro dos limites do parque e na sua delimitação foram removidos compulsoriamente.

O Parque Nacional do Iguaçu foi criado em 1939, através do Decreto nº 1.035, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, sendo que em 1916 o Estado do Paraná já havia declarado de utilidade pública a área onde se situam as Cataratas do Iguaçu, por meio do Decreto nº 653 (ICMBIO, 2018). Com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC no ano de 2000, o parque foi incorporado ao sistema nacional e em 2007 passou a ser gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, cuja missão é “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”. O Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação é a política pública que organiza a implementação e a gestão de áreas com relevante patrimônio natural preservado. O atual Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu foi aprovado em 18 de dezembro de 2018, pela Portaria nº 1.126.

Em relação ao zoneamento do Parque, este instrumento de ordenamento territorial “identifica áreas com características naturais similares e finalidades que podem ser ou não complementares, (...) e estabelece usos diferenciados para cada zona, segundo seus objetivos” (ICMBIO, 2018). O atual zoneamento tem como base o estabelecido no plano de manejo de 2002, com pequenas alterações e a manutenção de sete zonas. O processo de revisão foi feito pela equipe do ICMBio em relação aos limites de cada zona, objetivos e normas (ICMBIO, 2018). As sete zonas são as seguintes: Intangível, Primitiva,

Uso Extensivo, Uso Intensivo, Histórico Cultural, Recuperação, e Uso Especial. A maior área corresponde à Zona Intangível, com 74.296 hectares ou 40% do parque. A seguir, na figura 02, o mapa de zoneamento indica o conjunto do parque e o destaque para quatro áreas.

Figura 02 – Mapa de zoneamento do Plano de Manejo de 2018 do Parque Nacional do Iguaçu.



Fonte: ICMBIO, 2018.

De forma específica ao entorno do parque, o plano de manejo indica áreas prioritárias para atuação e, neste ponto, aborda a Zona de Amortecimento (ZA), definida como uma área no entorno da UC “onde as atividades humanas estão sujeitas a regras e restrições específicas, a fim de minimizar os impactos negativos sobre os recursos da unidade” (Lei nº 9.985/2000, Art. 2, inciso XVIII, apud ICMBIO, 2018). No entanto, uma ressalva é feita quanto a normatização desta zona:

“Desde 2006 o ICMBio está impossibilitado de instituir e normatizar novas zonas de amortecimento das unidades de conservação federais, conforme determina a Nota AGU/MC nº 07/2006 que proíbe a criação de zona de amortecimento por ato infralegal, como as portarias. Desde então, o ICMBio passou elaborar apenas propostas de zonas de amortecimento e normas em seus novos planos de manejo, no intuito de facilitar sua instituição, caso a decisão fosse revisada.” (ICMBIO, 2018).

Diante da restrição de instituir a zona de amortecimento no plano de manejo, mas aproveitando o processo participativo com a sociedade na revisão do mesmo, foram indicadas no planejamento, de acordo com critérios metodológicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, áreas prioritárias para atuação do ICMBio no entorno do parque e ainda indicadas ações e planos visando a minimização dos impactos das atividades externas no interior da unidade de conservação (ICMBIO, 2018).

Do ponto de vista espacial, a partir do recorte geográfico de um raio de 10 Km do limite do parque, quatorze municípios compõem a Microrregião Geográfica do Parque Nacional do Iguaçu – MRGPNI, sendo que todos interagem em maior ou menor grau com a unidade de conservação. Três eixos formam a dinâmica economia predominante desta microrregião: agroindústria alimentícia; agroindústria de madeira; e turismo (ICMBIO, 2018).

Para além do plano de manejo do parque, influi sobre seu entorno os planos diretores, legislações e ações de uso e ocupação do solo urbano e rural dos municípios, bem como a ação cotidiana das pessoas e comunidades. Isso coloca o parque ao mesmo tempo como um possível elemento integrador e como um desafio para comunicar e construir ações e políticas comuns ou complementares entre toda a região do entorno. Esta característica traz a reflexão que orienta esta pesquisa.

Considera-se aqui o parque como elemento articulador central do planejamento territorial de seu entorno e o seu Plano de Manejo uma Política Pública que permite a integração ou interação dos planejamentos locais, notadamente em relação às zonas de amortecimento ambiental do parque e a áreas de desenvolvimento diferenciadas, considerando as diversas territorialidades, para as comunidades e os municípios nestas áreas envoltórias à Unidade de Conservação. Deste modo, a pesquisa busca contribuir com a reflexão e a produção de conhecimento sobre estratégias de desenvolvimento em contextos de conservação ambiental, tendo por base teórica o Desenvolvimento Territorial.

O problema de pesquisa para compreender os processos de desenvolvimento territorial no entorno do Parque Nacional do Iguaçu é o seguinte: como identificar e caracterizar este entorno a partir das relações entre comunidades e as pessoas das diversas territorialidades presentes na região? E de modo complementar, quais são as demandas de gestão e conservação do Parque Nacional do Iguaçu e como estas interagem com o seu entorno, no sentido de promover um desenvolvimento territorial?

A hipótese da pesquisa é que o Plano de Manejo do Parque Nacional do

Iguaçu tem a potencialidade, como política pública territorial, em influenciar positivamente os planos locais dos municípios e ações sociais no entorno do parque, no sentido do desenvolvimento territorial. Esta hipótese orientou a pesquisa de modo a serem identificados elementos que permitam a esta pesquisa contribuir para o debate do Plano de Manejo como este instrumento de articulação e influência nas localidades do entorno, incluindo a identificação e desenvolvimento de material cartográfico que permita a inclusão dos atores e sujeitos dos territórios no debate sobre o entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

Deste modo, a pesquisa buscou uma visão de conjunto sobre as relações entre atores e sujeitos sociais em seus contextos, bem como características ambientais. Ou seja, a pesquisa elenca informações que descrevem os processos de desenvolvimento territorial existentes e permite pensar o futuro da região. Como principais pontos a serem considerados como elementos destes processos, foram elencados os que seguem:

1. Atores e sujeitos sociais no Entorno do Parque Nacional do Iguaçu que participam ou interagem com a gestão ou as dinâmicas naturais da UC;
2. Momentos históricos marcantes na interação Parque – Comunidade do Entorno;
3. Modos de vida e usos do espaço, bem como relações ecológicas dos ecossistemas naturais e a biodiversidade, os quais influenciam o impacto de degradação ou a preservação das condições ambientais finalidade da UC;
4. Políticas públicas municipais que consideram as demandas presentes no Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu;

Apoiados nestes elementos, buscou-se identificar ao longo da pesquisa as potencialidades e restrições para o desenvolvimento territorial presente nas práticas e nas ações dos atores e sujeitos sociais do Entorno do Parque Nacional do Iguaçu; e analisá-las com base no referencial teórico sobre Desenvolvimento Territorial.

APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está organizada em quatro capítulos principais, precedidos pela introdução e continuados pelas considerações finais e referências consultadas. Após a apresentação do trabalho inicia-se o referencial teórico abordando o Desenvolvimento

Territorial. Na sequência trata-se da metodologia e depois do Entorno do Parque Nacional do Iguaçu. De modo a articular o referencial teórico com os dados levantados, apresenta-se o capítulo Territorialidades no Entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

A Introdução aborda a justificativa, o problema, a hipótese e os objetivos da pesquisa. O capítulo Desenvolvimento Territorial aborda a inclusão do rural no planejamento regional e as políticas públicas com esta abordagem; o território e suas características, o urbano, as pessoas e o lugar, e o ambiente; e termina com uma reflexão sobre a ideia de Desenvolvimento e abordagens que a contrapõe, como o Pós-Desenvolvimento, a Ecologia Política e a Permacultura.

A Metodologia apresenta três tópicos para descrever o processo de pesquisa adotado, sendo estes: do campo à reflexão; percurso metodológico; e levantamento e análise de dados. No processo da dissertação, a construção da metodologia tomou uma dimensão que participa do conteúdo resultante. Assim, consideramos a discussão sobre a metodologia como um dos capítulos constitutivos do conteúdo da pesquisa.

O capítulo Entorno do Parque Nacional do Iguaçu apresenta o Plano de Manejo e a história do parque, chegando à microrregião geográfica do parque e as zonas de amortecimento municipais, depois aborda o ambiente e a biodiversidade, e então as pessoas e as comunidades.

O capítulo Territorialidades no entorno do Parque Nacional do Iguaçu aborda reflexões a partir das atividades de campo e pesquisa teórica, construindo caminhos de análise territorial.

Por fim, as considerações finais apontam destaques da pesquisa e sugestões de continuidade para estudos na região do entorno do Parque Nacional do Iguaçu relacionados à abordagem do Desenvolvimento Territorial.

Os capítulos propostos são desenvolvidos no sentido de estruturar a pesquisa, em seguida demonstrar a construção teórica de suporte, segue para um levantamento sobre o território de estudo, correlaciona em seguida uma leitura do objeto a partir da trajetória da pesquisa, e termina resgatando ideias chave buscando compor a visão de conjunto sob a ótica do desenvolvimento territorial sobre o entorno do Parque Nacional do Iguaçu, o qual é mais do que um espaço, são pessoas e relações socioambientais.

2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Ao pensar sobre como ler, interpretar e compreender possibilidades de funcionamento de uma dinâmica local e regional no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, a reflexão tomou um caminho de percurso histórico passando por campos que buscaram estudar situações complexas em contextos urbanos e rurais, passando pelo desenvolvimento do pensamento urbanístico, formulações do planejamento regional e o amadurecimento de ideias no sentido de consolidar o planejamento como ferramenta de desenvolvimento territorial. Neste capítulo será apresentado esse percurso.

A ocupação humana sobre o espaço formando territórios se deu de diferentes formas ao longo da história. Cada cultura e momento histórico apresenta características que podem ser estudadas sobre a relação da organização das pessoas com o meio natural em que estão situadas as sociedades ou agrupamentos. Esta relação sociedade-natureza é também objeto de estudo e referencial para as práticas de planejamento urbano e regional, ou ainda, de desenvolvimento territorial.

De acordo com Diniz (2001), após as duas grandes guerras no século XX o desenvolvimento econômico foi tema central na agenda de governos e instituições ocidentais capitalistas, sendo a desigualdade entre e dentro dos países outro assunto de destaque. Neste contexto, experiências norte-americanas estimularam o planejamento regional de forma generalizada.

No Brasil, é nos anos 1940 que o planejamento regional aparece como campo de conhecimento e como política de desenvolvimento, influenciado pelo ideário e pela prática norte americana, que vinha desde o início do século elaborando ideias, teorias e práticas nesta área, principalmente por meio dos membros da *Regional Planning Association of America* - RPAA (CHIQUITO, 2015).

A reflexão regional, de acordo com Chiquito (2015), se deu a partir da expansão metropolitana e a busca por modelos de distribuição da infraestrutura e populações em territórios mais extensos e de forma mais integrada e menos nociva ao meio natural:

A descentralização da metrópole através da criação de novos territórios urbanizados deveria estabelecer uma relação harmoniosa entre homem e natureza, fundamentada em uma cultura de conservação dos recursos naturais e das tradições culturais. Para a RPAA, associada à questão metropolitana estava a questão rural. Criticando a relação que chamavam de “parasítica” entre metrópole e área rural, com o esgotamento dos recursos do solo, florestas e rios, a RPAA defendia a relação interdependente entre área urbana e rural, a descentralização da metrópole com a

criação de novos núcleos urbanos, a modernização do território através das redes de infraestrutura de transporte (hidroviário, ferroviário e rodoviário), de equipamentos sociais e de lazer, e de geração e distribuição de energia, particularmente a hidrelétrica, a conservação dos recursos naturais. (CHIQUITO, 2015)

Para Mumford (apud Chiquito, 2015) “o planejamento regional é a Nova Conservação - a conservação dos valores humanos de mãos dadas com os recursos naturais [...] florestas permanentes em vez da exploração da madeira, comunidades humanas permanentes”.

A difusão das ideias deste planejamento regional originado no contexto norte-americano se deu por meio de comunicação técnicas e por políticas, sendo o auge deste processo a adoção destes pensamentos na agenda política pós crise de 1929:

O periódico Survey Graphics foi um meio difusor desse ideário nos anos 1920. A edição de março de 1924 contemplou artigos de Morris Cooke³ e Giffort Pinchot⁴ e o número especial sobre planejamento regional publicado em maio de 1925, cujos artigos são de autoria dos membros da RPAA. O ideário produzido por este grupo compôs nos anos 1930 a agenda política do New Deal de Roosevelt através da incorporação de seus autores pelas primeiras experiências de planejamento regional nos EUA. Sob o conceito de “multiple-purpose river valley development” que buscava associar a tradução norte-americana do ideário europeu de planejamento regional e os princípios do movimento conservacionista nos Estados Unidos, foram criados o Mississippi Valley Committee (MVC) e a Tennessee Valley Authority (TVA). Morris Cooke foi indicado por Roosevelt para ser o primeiro presidente do Mississippi Valley Committee e foi responsável pela elaboração do primeiro plano regional da bacia do rio Mississippi. (CHIQUITO, 2015)

No Brasil, entre 1946 e 1966 foi buscado replicar o modelo TVA na região nordeste com a implementação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, mas o Governo Federal não reuniu os recursos financeiros necessários e ainda se deparou com problemas de implementação e de vontade política (BROSE, 2015).

Sobre a reprodução de discursos e mesmo práticas, para Santos (2003), teorias tomadas como verdades e reproduzidas sem críticas e adaptações locais serviram mais ao capital internacional do que favoreceu as populações do terceiro mundo, de modo que a economia espacial pode ser abordada como o planejamento do subdesenvolvimento e a pobreza de forma estrutural. Neste sentido, o planejamento foi o meio para a entrada do grande capital nas nações subdesenvolvidas. Como alternativa, Santos aponta a necessidade de um planejamento voltado à sociedade como um todo e não apenas aos já privilegiados.

Para Perroux (1963) os polos de desenvolvimento estão relacionados a uma indústria motriz e ao processo por ela desencadeado. Coraggio (1972) faz uma

reflexão sobre os polos de desenvolvimento neste sentido que Santos alerta, de olhar para as populações locais, uma vez que a inserção dos países na dinâmica central do sistema pode se dar de forma nociva ou com relativa autonomia, buscando um maior proveito possível para as populações.

A escala regional de planejamento se deu, portanto, a partir do espaço urbano, da expansão territorial das cidades e da necessidade de encontrar formas viáveis de realizar o desenvolvimento dos países. A cidade neste processo histórico é uma referência de conexão entre rural e urbano e é o ponto de partida para a formação do campo de conhecimento chamado Urbanismo.

De acordo com Choay (1992), o termo urbanismo vem de uma nova realidade do final do século XIX, onde os aspectos reflexivo, crítico e científico são aplicados ao contexto da expansão da sociedade industrial no contexto urbano. A multiplicidade de pensamentos e formulações iniciais permite situar os problemas mais atuais do planejamento urbano, no sentido de perceber este campo de conhecimento de forma diversa e não homogênea.

Para Villaça (1999) é possível compreender e organizar o planejamento em tipos e escalas, para melhor direcionar o foco de reflexão e atuação, podendo-se definir quatro tipos: o planejamento urbano *stricto sensu* ou o voltado aos planos diretores municipais; o zoneamento; o planejamento de cidades novas; e o urbanismo sanitaria.

No Brasil, com a aprovação do Estatuto das Cidades em 2001, o Plano Diretor Municipal é o instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município, visando ser a expressão de um pacto firmado entre a sociedade e os poderes Executivo e Legislativo, no entanto, no âmbito de processos regionais que extrapolam os limites político-administrativos municipais, a legislação não atende as demandas de planejamento e gestão com o mesmo alcance (MCidades, 2004).

O processo de elaboração do Plano Diretor tem como premissa ser participativo e em seu conteúdo busca-se definir o melhor modo de ocupar o território e democratizar o uso dos recursos disponíveis (MCidades, 2004).

Já no sentido de um urbanismo ecológico, algumas discussões apontam para estratégias como:

“a densificação em grande parte das situações, pois possibilitam áreas permeáveis com vegetação arbórea de preferência nativa, para favorecer a biodiversidade; espaços muito projetados em geral são barreiras ao desenvolvimento de

biodiversidade; baixas densidades podem ser interessantes para áreas de transição com ecossistemas preservados; espaços urbanos de convivência são essenciais para congregar as pessoas; políticas públicas têm a função de induzir as pessoas a fazer escolhas que causem menos danos ecológicos.” (HERZOG, 2009)

Além do espaço urbano, com a necessidade de pensar e planejar o desenvolvimento dos espaços rurais não apenas como agrícola e não restrito a uma oposição ou em transição ao urbano, a discussão sobre os territórios e a inclusão do rural no planejamento regional foi formando a base para as ideias de desenvolvimento territorial.

2.1 A INCLUSÃO DO RURAL NO PLANEJAMENTO REGIONAL

O desenvolvimento territorial é uma ideia que vem amadurecendo atrelada ao processo de construção de alternativas a modelos de desenvolvimento que ainda não atendiam diversas necessidades e mesmo carecia de ressignificações, por exemplo quanto ao entendimento sobre o rural e as relações entre rural e urbano.

De acordo com Corrêa (2009), o desenvolvimento territorial procura articular as atuações do Estado e de atores locais no combate à pobreza no Brasil, adotando para isso estratégias como os conselhos intermunicipais, a descentralização de decisões, a transversalidade de políticas e a contínua avaliação do direcionamento dos recursos. As diferenças regionais e o desenvolvimento endógeno são aspectos considerados no desenvolvimento territorial e um aspecto importante a considerar é a inclusão e a revisão do conceito de rural nesta perspectiva, uma vez que inicialmente, na Europa e mesmo na América Latina, o foco dos estudos se deu sobre o urbano e o industrial. Nesta reflexão sobre o rural revisitado e incorporado ao conceito de desenvolvimento territorial, algumas características são apontadas, sendo elas:

“O rural não pode mais ser sinônimo de agrícola; o rural deve envolver o aspecto da multisetorialidade (pluriatividade); além da “função produtiva” o espaço rural pode exercer as funções ambiental, ecológica e social (multifuncionalidade); deve haver a compreensão de que não existe um isolamento absoluto entre os espaços rurais e urbanos, visto que se estabelecem redes mercantis sociais e institucionais entre o rural e vilas adjacentes; e permanece a questão de que as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa.” (CORRÊA, 2009)

Favareto (2009) indica o contexto de origem do desenvolvimento territorial no Brasil e destaca entendimentos sobre a revisão do rural:

“Sua origem está relacionada, de um lado, ao reconhecimento de novas dinâmicas espaciais – com uma aproximação do rural e do urbano, em vez de uma dicotomia clara entre estes dois espaços, e com a negativa de que a industrialização ou a modernização agrícola seriam elementos bastantes para se alcançar o desenvolvimento regional -, tendo como um dos marcos inegáveis o já clássico trabalho de Bagnasco (1977). Por outro lado, isto acontece num momento histórico também marcado por um certo realinhamento dos instrumentos tradicionais de promoção do desenvolvimento. A descentralização das políticas e também da atividade industrial, associado à redução e a um certo redirecionamento da intervenção estatal, contribuíram para que, particularmente nos meados dos anos 80 e nos anos 90, se instituisse um padrão onde, em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais.” (FAVARETO, 2009)

A inclusão do rural no planejamento regional, que vinha tendo como foco o espaço urbano, teve como consequência a busca e a formulação de políticas públicas com a chamada abordagem territorial. Neste sentido, acontece nas décadas de 1990 e 2000 a formação e a aplicação de políticas públicas de Desenvolvimento Territorial.

2.1.1 As políticas públicas de desenvolvimento territorial

De acordo com Corrêa (2009) a abordagem territorial começa a amadurecer no final dos anos 1990, incorporando a visão de um novo rural. No entanto, não é recente a discussão sobre os territórios serem a base de articulação local visando promover estratégias de desenvolvimento junto a políticas públicas dos Estados nacionais. Por exemplo, em países europeus antes do processo de industrialização já havia estruturas territoriais. Ao longo do tempo, a discussão sobre desenvolvimento territorial enfatizou os atores locais, “construindo um projeto capaz de gerar sinergias positivas para o espaço em que atuam, de forma articulada às políticas públicas implantadas pelos Estados nacionais” (CORRÊA, 2009, p. 27).

No Brasil, houve várias ações de política pública relacionadas a políticas territoriais, no sentido de consolidação e desenvolvimento de arranjos produtivos locais e, voltadas a um escopo mais amplo, incorporando o combate à pobreza em determinadas regiões do país. (CORRÊA, 2009)

Para Favareto (2010) a ideia de rural e ruralidade é algo importante a considerar para superar a associação recorrente entre rural e pobreza:

“(...) um dos principais dilemas da ação do estado nas suas tentativas de promover o

desenvolvimento rural é esse lugar institucional da ideia de rural, de ruralidade, determinado tanto pela *illusio* no destino urbano do progresso social como pela dependência de caminho que ela gera nas ações de indivíduos e organizações. o caráter tido como residual do rural e sua associação automática à ideia de pobreza e de atraso restringem de partida as possibilidades de investimentos científicos, políticos e econômicos, o que contribui para gerar um ciclo em que essa posição marginal é sempre reforçada, seja simbólica, seja materialmente.” (FAVARETO, 2010, p. 309)

Na América Latina, a abordagem territorial não é apenas uma reprodução de um debate europeu e o surgimento desta tem relação com processos históricos semelhantes, por exemplo a mudança na composição setorial das economias locais, ou ainda, da renda das famílias de agricultores, a partir de novas dinâmicas populacionais. Ou seja, existem semelhanças, mas também diferenças na passagem da discussão aos países periféricos, importando considerar as desigualdades entre populações rurais e urbanas e aspectos dos compromissos institucionais. (FAVARETO, 2010)

Em relação ao discurso de desenvolvimento associado à abordagem territorial, Favareto (2010) complementa:

“Mesmo assim, é inegável que o caminho pelo qual essa abordagem foi introduzida só pode ser compreendido quando se faz sua gênese, dos primeiros estudos nos anos 1970 até a tentativa de sua implementação como projeto normativo na presente década. nesse movimento, fica claro como a disseminação da retórica do desenvolvimento territorial é resultado das injunções entre as esferas da economia, das ciências e da política, num jogo de mútua legitimação, por meio do qual se pode compreender o tipo de interesses sociais que balizam os rumos desse debate, e no qual as agência multilaterais ocupam um lugar de destaque, justamente por permitir essas interpenetrações entre as várias esferas e por funcionar como uma espécie de legitimador de abordagens ascendentes” (FAVARETO, 2010, p. 314)

Neste sentido, nota-se que apesar dos avanços de abordagem, a concepção sobre o que é o território se mantém como uma premissa de aprofundamento para compreender o alcance e os limites de políticas públicas relacionadas à ideia de desenvolvimento territorial.

2.2 TERRITÓRIO

De limite espacial à complexidade de fatores objetivos e simbólicos, a noção de território passa por diversas interpretações na busca de explicar e instrumentalizar

a análise sobre as sociedades e suas relações com os ambientes em que vivem e que influenciam. O poder é um dos elementos centrais que demarcam a constituição de territórios e a representação espacial em mapas e cartografias é um dos recursos de exercício de poder sobre os territórios. A complexidade e o simbólico são elementos que contribuíram para qualificar as abordagens territoriais para além dos limites físicos, envolvendo assim aspectos culturais e subjetivos, bem como a sobreposição de diferentes territórios ao mesmo tempo material e imaterial, o que trouxe aos debates a noção de territorialidade.

Neste capítulo será abordada uma construção teórica sobre território e territorialidades, a qual organiza a visão sobre desenvolvimento territorial utilizada na pesquisa, visando analisar e fazer uma leitura territorial do entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

Alguns elementos foram destacados para evidenciar a diversidade que envolve a abordagem territorial ao pensar o desenvolvimento, sendo eles a integração entre rural e urbano, a relação entre as pessoas e o lugar, e a questão ambiental nas narrativas e políticas de desenvolvimento.

Em Raffestin (1993) temos o destaque para o poder e a representação como instrumento de poder definindo o território e diferenciando território de espaço, sendo este pré-existente ao território. Outro elemento importante é a população, as pessoas e o poder exercido não só pelo Estado, ou seja, o poder como fator que organiza as ações nos territórios e vai além da delimitação de poder do Estado sobre determinado espaço, o que leva o autor a construir a ideia de territorialidade, aproximando o olhar para as relações estabelecidas entre os diferentes poderes atuantes pelas pessoas que vivem ou influenciam o cotidiano vivido.

Abramovay (2006) relaciona a utilização da noção de território com uma ampliação de visão sobre o ambiente rural, sendo este não só agrícola, e a aproximação de análises econômicas em mercados locais, de modo a vincular território e estudos territoriais com este olhar mais específico para as localidades e as forças sociais atuantes que as compõem.

Em Haesbaert (2004) o território é analisado para construir reflexões mais do que trazer definições, buscando compreender a diversidade de usos desta ideia no sentido de observar e buscar compreender a complexidade e a diversidade de visões e formas de atuação cotidiana e também histórica e cultural, trazendo assim para o debate ao mesmo tempo um aprofundamento e uma desconstrução do conceito de território, sendo

este, portanto, um recurso teórico atual para interpretar as relações sociais e a diversidade, o que leva o autor a apresentar a ideia de multiterritorialidade.

Ampliando a complexidade para chegar na multiplicidade e refletindo sobre o contexto onde o conhecimento é produzido, Haesbaert (2021) aborda um panorama sobre o desfazimento da colonialidade a partir da América Latina, ou seja, inclui nos estudos sobre território a descoloniadade, ou então decoloniadade ou estudos decoloniais, trazendo a atenção para autores e práticas críticas ao pensamento eurocentrado, valorizando assim os conhecimentos diversos a partir de cada contexto local.

Ainda sobre colonialidade e território, o trabalho intelectual e de militância de Lélia Gonzalez (2018) é uma referência importante para ampliar e aprofundar a discussão sobre pensar o Brasil e sua identidade nacional, bem como a América-Latina e toda influência africana nos países colonizados e colonizadores, influência que está refletida nos cotidianos dos territórios e nas diversas territorialidades.

2.2.1 O rurano

Uma ideia interessante a considerar nos estudos e planejamentos com abordagem territorial é a integração e interações entre rural e urbano, tendo o rurano como algo específico que vai além da sobreposição e traduz muitas práticas e realidades presentes nos espaços predominantemente urbanos ou rurais, ainda mais considerando o contexto latino-americano, e mesmo brasileiro, em que a urbanização se deu mantendo o rural presente nos hábitos, cultura e cotidiano da maioria da população, tanto rural quanto urbana.

Considerando os aspectos rurais e os urbanos, o espaço rurano é a área de transição entre a cidade e o campo (MICHAELIS, 2015), sendo também um espaço de integração e complementariedade entre os dois extremos (DUQUEVIZ, 2006).

O espaço urbano é a organização espacial da cidade, um complexo conjunto de usos da terra, fragmentado e articulado, estruturado a partir dos valores simbólicos e ações concretas das pessoas que a habitam ou sobre ela atuam, ou seja, o espaço urbano é reflexo e condicionante social (CORRÊA, 2003).

Os problemas enfrentados no ambiente rural têm relação com o espaço urbano e a forma com que este considera o meio ambiente em seu desenvolvimento, de modo que considerar a ecologia urbana atenta ao espaço rural é uma diretriz para integrar

natureza e cidade (HOUGH, 1998).

De acordo com Harouel (1990), o urbanismo atual e futuro tem como desafio a preservação de paisagens e sítios do espaço rural, que tem sido abandonado ao longo de uma urbanização difusa, decorrente dos meios técnicos disponíveis a partir da revolução industrial no século XIX.

No Brasil, a fronteira entre as áreas rurais e urbanas tem relação histórica com a destinação da periferia para a população mais pobre, uma vez que o aumento do preço da terra urbana tende a levar a ocupação popular de baixa renda para áreas rurais, as quais passam a compor a zona urbana geralmente após a sua ocupação (ROLNIK, 2003).

Em um exemplo para ilustrar o rural presente no urbano, uma forma de lidar com os hábitos rurais da população, por exemplo o cultivo de hortas, pomares e plantas medicinais, é a disponibilização de espaços na área urbana que permitam este uso, de forma integrada ao desenho urbano. Neste sentido e considerando outros elementos ambientais, o conceito de Biocidade é apresentado por Gouvêa (2002) na busca de explicar uma concepção ambiental urbana de cidade, sendo esta densa, dinâmica, complexa, diversificada e viva (ecológica e culturalmente), características que podem ser alcançadas através da minimização da segregação social, com sistemas de espaços livres, diversidade morfológica e parcelamento ambiental urbano do solo.

Em uma escala mais ampla, regional e nacional, proposições teóricas e práticas sobre o rurano como estratégia social, econômica e ambiental existem no Brasil desde a década de 1970 e teve no Paraná na década de 1990 uma experiência de aplicação no âmbito do governo estadual. Para Freyre (1982), o rurano seria uma estratégia de estado e social para qualificar tanto o urbano quanto o rural, partindo de características que já existem culturalmente e evitando a mobilidade do rural para o urbano por falta de oportunidades, de um lado, e concentrando sem estrutura adequada o urbano, na contrapartida. O programa de Vilas Rurais do Estado do Paraná foi idealizado na década de 1970 e testou este conceito na década de 1990, servindo de referência concreta para análises atuais. Para Lerner (1979) a proposta considerava a necessidade de reforma agrária e demandas de pequenas e médias cidades no sentido de atender as causas e não apenas consequências de problemáticas urbanas.

Já na década dos anos 2000 o Projeto Rurbano coordenado por José Graziano realizou pesquisas para atualizar dados e a visão sobre o rural brasileiro. Para Graziano (2002), o rural plural, não só agrícola e as relações sociais com destaque ao

atraso das elites são pontos importantes para uma abordagem que consiga entender a realidade entre rural e urbano e os desafios para melhorar a qualidade de vida.

2.2.2 As pessoas e o lugar

As concepções de Cultura e Natureza, importantes para o desenvolvimento territorial estudado nesta pesquisa como base teórica para entender o entorno do Parque Nacional do Iguaçu, podem ser estanques ou abertas, podem expressar uma leitura do mundo mais objetiva ou mais simbólica, e mais de um ponto de vista pode ser considerado e valorizado. Analisar esta diversidade e o olhar sobre a diversidade é o objetivo deste tópico.

Escobar (2007) demonstra que na invenção do desenvolvimento enquanto discurso, as culturas locais e as questões ambientais foram reduzidas a objetos de intervenção de programas e projetos de desenvolvimento centrados em um modelo de sociedade e economia, existindo ainda movimentos que buscam desconstruir este discurso e valorizar modos de vida diversos.

Vandresen et. al. (2014) apresenta o processo de formação de uma rede de movimentos sociais voltada a dar visibilidade e garantir direitos a povos e comunidades tradicionais, as quais representam esta diversidade de modos de vida muitas vezes invisibilizada e até mesmo negada por ações e projetos que visam o desenvolvimento nos territórios.

Serrano (2007) problematiza a questão do patrimônio e a relação deste com a natureza e a cultura, bem como instiga a reflexão sobre as concepções destes três conceitos, o que permite fazer conexões e diferenciações conceituais e práticas na análise de contextos culturais diversos.

Bruhns (2007) explora a desconstrução conceitual da ideia de natureza, de forma assemelhada ao que faz Escobar (2007) em relação ao desenvolvimento, buscando construir um percurso aberto para modos de vivenciar, interpretar e compreender diferentes visões sobre a natureza, de modo a evitar simplificações que esgotam já nas definições estanques o potencial criativo e cognitivo das relações entre cultura e natureza.

A cultura é tratada pelos autores apresentados como algo que se manifesta de forma diversa e não homogênea, com aspectos particulares e singulares, não passíveis de generalizações ou transformações abruptas, havendo entre os autores certa concordância na abordagem diante deste conceito que visa explicar uma manifestação

social dos diferentes povos nos mais diversos contextos, trazendo mais noções de complexidade do que de universalidade, mais diversidade do que homogeneidade, e a partir destas características reforçam o aspecto reflexivo das práticas sociais apresentadas por movimentos e comunidades.

A natureza está presente ora como suporte das práticas sociais, ora como conceito chave para compreender as práticas sociais, sendo esta última abordagem vista principalmente em Bruhns (2007) ao trazer a vivência das ambiguidades e complexidades nas interações pessoais e com ambientes naturais ou construídos, fato que dialoga com as abordagens de Escobar (2007) e Vandresen (2014) de valorizar os olhares não hegemônicos das culturas locais sobre a natureza. A natureza enquanto patrimônio, presente em Serrano (2007), complementa também outras abordagens, uma vez que a compreensão sobre singularidades nas práticas sociais em relação ao que é considerado mundo natural permite a valorização destas práticas mediante espaços de negociação em que o patrimônio é o fator inicial para o olhar sobre determinadas práticas ou costumes, e a partir deste olhar patrimonialista é que o cotidiano emerge enquanto fato social e natural e não apenas objeto do desenvolvimento.

As relações entre cultura e natureza aparecem, portanto, de maneira distinta, mas complementar, de modo que a diversidade e a complexidade que todos os autores destacam e buscam valorizar pode ser percebida também nas abordagens de análise de cada um sobre os temas que discorrem. Escobar (2007) destaca a importância de buscar nas culturas locais os pontos de desconstrução do discurso do desenvolvimento, ao mesmo tempo que se formam alternativas aos modos hoje degradantes de interação social e ambiental que resultaram de anos de projetos de desenvolvimento. Esta busca nas culturas locais é o fato narrado na formação da Rede Puxirão de Povos e Comunidade Tradicionais, evidenciando nesta as singularidades sociais justamente em relação ao ambiente natural e a manutenção de ciclos ecológicos, o que em Serrano (2007) e Bruhns (2007) assume um aspecto conceitual que reforça essa diversidade de usos e territorialidades, seja no sentido de evidenciar um patrimônio, material, simbólico ou natural, seja no sentido de valorizar os diferentes modos de ver e viver as interações culturais e naturais de forma complexa e plural.

Pensar sobre as pessoas e os lugares onde a vida cotidiana acontece levou a abordar uma reflexão sobre conceitos que podem ser definidos de forma bastante objetiva e conclusiva, no entanto, os autores apresentados abrem estes conceitos e demonstram o processo histórico e contextualizado das possibilidades de interpretação dos mesmos, o

que permite compreender as realidades concretas de processos sociais, políticos e econômicos que estruturam sociedades e podem, à medida que os conceitos se abrem, serem reestruturadas e funcionarem de forma mais aberta à diversidade de leituras do mundo e práticas sociais que de fato existem.

Em relação ao entorno do Parque Nacional do Iguaçu e a atuação e alcance do ICMBio, a área de gestão socioambiental é fundamental para qualificar as relações com as pessoas e as comunidades, neste sentido de construir e reconstruir conceitos, entendimentos e versões possíveis de consensos que apoiam as práticas cotidianas.

2.2.3 A questão ambiental no desenvolvimento

Um tema transversal desde o cotidiano, relações comunitárias, processos produtivos, até políticas públicas de todas as áreas, é o ambiente em que a vida acontece e como nos relacionamos com ele. Estas relações se dão de formas mais ou menos integradas e saudáveis, ou então distantes e predatórias. No contexto do desenvolvimento como pauta da agenda política, a questão ambiental pode ser abordada por vários caminhos, mas o fato geral é que sempre estamos em algum ambiente e os modos de vida influenciam além dos ambientes próximos outros distantes, logo é um tema importante para pensar o desenvolvimento territorial.

Como ponto de partida e recorte para a pesquisa, temos como referências a conservação da natureza, o zoneamento econômico ecológico e a educação ambiental, formando um panorama da diversidade e importância do tema.

De acordo com a definição contida na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, a conservação da natureza corresponde aos seguintes aspectos ou ações:

“o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.” (BRASIL, 2011)

No Brasil, a proteção de áreas naturais se dá por meio de Unidades de Conservação - UC, visando a valorização e a manutenção dos recursos naturais a longo prazo:

“A Lei do SNUC representou grandes avanços à criação e gestão das UC nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), pois ele possibilita uma visão de conjunto das áreas naturais a serem preservadas. Além disso, estabeleceu mecanismos que regulamentam a participação da sociedade na gestão das UC, potencializando a relação entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente. Unidade de Conservação é vida, é diversidade, é riqueza, é patrimônio nacional!” (MMA, 2019)

No âmbito estadual e mais especificamente no Estado do Paraná, o planejamento relacionado à Conservação Ambiental se dá também por meio do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE.

No Oeste do Estado, onde localiza-se a Unidade de Conservação Parque Nacional do Iguaçu, o Plano Nacional de Educação Ambiental deu início a um Coletivo Educador, formando uma rede de Formação e Formadores de Educação Ambiental, o FEA, voltado a fortalecer a gestão participativa do território em todas as dimensões relacionadas ao meio ambiente. A região de abrangência deste coletivo é a Bacia Hidrográfica do Rio Paraná 3 e o Entorno do Parque Nacional do Iguaçu. (VIEZZER, 2007)

A prática do Coletivo Educador é um exemplo de experiências que extrapolam limites municipais na articulação e atuação territorial, no sentido de buscar uma visão e atuação mais abrangente da educação ambiental de modo amplo. Para o contexto da pesquisa, o Coletivo Educador de Foz do Iguaçu foi um dos espaços de encontro com pessoas e temas ligados ao meio ambiente, mobilizações políticas, atividades educativas e elaboração de políticas públicas ambientais.

2.3 AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES

Da diversidade de identidades à sobreposição de identidades, a multiterritorialidade vem como recurso para estudar e qualificar o conhecimento e o debate sobre os lugares e processos de desenvolvimento. Esta base teórica contribui para construir análises sobre desenvolvimento territorial no campo empírico da pesquisa que é o entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

Múltiplas territorialidades, simultâneas e espacialmente compartilhadas, expressa que somos múltiplos no mesmo tempo e no mesmo espaço, existem cruzamentos e sobreposições. Além das sobreposições que representam mais de uma identidade no mesmo espaço, existe ao mesmo tempo diferentes identidades em cada pessoa ou grupo. Esta observação da realidade ajuda a entender complexidades que fogem a uma separação

estaque de identidades, tempos e espaços. Esta multiplicidade de vínculos e relações é um tema relevante para estudos e planejamentos com abordagem territorial, no sentido de contribuir com a leitura e a interpretação do cotidiano e sua complexidade.

Como exemplo, a colonialidade e o quilombamento, ou a identidade colonial e a quilombola, são modos de vida contrastantes e complementares, sendo a experiência pessoal e coletiva fator determinante na interpretação da qualidade destas identidades.

Raffestin (1993) descreve como a linguagem sobre o espaço conforma o poder e estabelece relações que definem o território, partindo da cartografia que historicamente instrumentalizou relações de exploração e a formação de territórios nacionais. Neste sentido, a linguagem forma territorialidades a partir de narrativas, unindo o material com o simbólico.

Para Haesbaert (2004), reconfigurações de identidade acontecem estruturando, desfazendo e refazendo relações com os territórios, sendo essa dinâmica um fenômeno que forma, a partir da realidade prática e da busca conceitual, a ideia de multiterritorialidade. Esta diversidade é, portanto, um tema e uma abordagem que visa qualificar as pesquisas e as práticas com abordagem territorial, no sentido de dar conta das complexidades e aos tempos dos processos sociais em curso. Nesse sentido, o território pode ser visto como categoria de prática e do ponto de vista latino-americano.

3 METODOLOGIA

A metodologia de uma pesquisa expressa escolhas que orientam os trabalhos e explicam o processo de desenvolvimento da investigação, sendo este muitas vezes não linear e baseado nos fatos e informações que são identificados no andamento do trabalho. A metodologia é o filtro teórico e conceitual para a leitura e a construção do objeto de estudo, bem como a orientação e procedimentos de pesquisa e variáveis decorrentes da escolha metodológica. Para registrar as reflexões e a construção das bases teóricas que dão suporte ao desenvolvimento desta pesquisa, este capítulo apresenta as opções teóricas adotadas e traz ainda considerações sobre as motivações pessoais do autor e modos de fazer pesquisa no contexto territorial.

3.1 DO CAMPO À REFLEXÃO

A vivência no território foco deste estudo, ou seja, lidando com as pessoas e nos lugares de vida com diferentes contextos sociais, ambientais, políticos e econômicos, unida ao interesse em conhecer o funcionamento de processos de planejamento regional e territorial, bem como experiências de planejamento e projeto participativos, permitiu a aproximação com temáticas ambientais e de planejamento urbano e rural em uma escala regional com diversas territorialidades.

O ponto de partida no campo foi a busca por compreender a relação entre o potencial de desenvolvimento urbano e rural no município de Foz do Iguaçu considerando o diferencial de este sediar o centro de visitantes e de pesquisa e gestão do Parque Nacional do Iguaçu. Como o município que é a principal porta de entrada desta Unidade de Conservação lida com este contexto? E o que é feito para promover um desenvolvimento compatível com as demandas do PNI?

A partir deste ponto, partindo do parque foi possível expandir o olhar para outros municípios e para o território de um ponto de vista mais ambiental e social do que administrativo governamental. Como uma Unidade de Conservação com esta dimensão espacial influencia, interage e promove transformações em seu entorno? As demandas de conservação ambiental do parque são por si só diretrizes que deveriam ser consideradas nos planejamentos regional e locais. No entanto, como acontece a dinâmica de planejamento e ações que de fato constroem o território? Como se deu o processo histórico

de interação ambiente – sociedade e entre o parque e as comunidades de seu entorno? Quais são as visões e valores sobre o parque nacional que existem e foram construídas por moradores, produtores, proprietários e outros atores sociais desta região?

Ao conhecer algumas realidades e identificar conflitos de uso do solo rural e urbano existentes na região, a reflexão passou a ter como foco o estudo desta complexidade de modo a valorizar os diferentes modos de vida e ao mesmo tempo identificar os impactos e as potencialidades das atividades e usos realizados ou a realizar nas áreas do entorno do Parque.

Neste ponto, o recorte espacial passou a se concentrar ao estudo da Zona de Amortecimento do PNI, suas possibilidades e características, bem como apareceu a importância de considerar as diferentes territorialidades presentes neste espaço ou território.

Considerando a gradação espacial com diferentes usos em função da existência do Parque Nacional, ou seja, a necessidade de variados e progressivos níveis de restrições e incentivos para diferentes usos do solo, a aplicabilidade de ações políticas e econômicas se mostra pertinente. Este aspecto remete a pesquisa ao contexto municipal das cidades que compõem o entorno do PNI. Como as políticas públicas locais consideram as diretrizes de planejamento e desenvolvimento territorial a partir das demandas do Parque Nacional do Iguaçu?

A interação destes aspectos nos contextos municipais, a interação rural e urbano, a relação ambiente e sociedade, a interação parque e comunidades, os desafios econômicos e políticos, entre outros, como a importância ecológica da conservação ambiental que o PNI é responsável, trouxe o desafio de identificar um ponto de partida teórico para orientar a pesquisa no aspecto de pensar o desenvolvimento da região. A construção do conceito de Desenvolvimento Territorial torna-se, portanto, importante para esta pesquisa como instrumento de complexificação e superação de abordagens dicotômicas, uma vez que ele surge justamente na busca de qualificar e atualizar os trabalhos práticos e as pesquisas sobre territórios e regiões que apresentam complexidades semelhantes às identificadas na vivência e nas observações diretas sobre o território do entorno do Parque Nacional do Iguaçu. No entanto, a reflexão crítica sobre o desenvolvimento também é considerada e alguns autores contribuem para esta ponderação.

3.1.1 Aproximações no território

No período de março de 2019 a junho de 2023 foram realizadas atividades de aproximação com o território do entorno do Parque Nacional do Iguaçu, a partir do município de Foz do Iguaçu. Todas elas foram fundamentais para o contato direto com lugares, pessoas e diferentes formas de organização social e espacial. Os contextos de aproximação e as atividades envolvidas seguem no quadro abaixo.

Quadro 1 – Aproximações no território do entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

Contexto	Atividades
Evento Um dia no Parque (2019)	Visita a Serranópolis do Iguaçu e trilha na borda do PNI.
Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS junto ao projeto de extensão Escola Popular de Planejamento da Cidade – EPPC / Unila (2019 a 2023)	Assessoria em Arquitetura e Urbanismo junto às Comunidades Congonhas, Monsenhor Guilherme, Horta do Seu Zé e da Dona Laide, em Foz do Iguaçu; relação com poder público / Foz Habita / Secretaria Municipal de Meio Ambiente; visita a assentamento rural em Matelândia; Assessoria à comunidade APEPU em São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu; Proposta de Parque Agroecológico na Vila C, em Foz do Iguaçu.
Coletivo Educador Municipal de Foz do Iguaçu (2019 a 2023)	Oficinas PMMA e Agrofloresta Anama; Audiência e Debate Estrada do Colono; Participação em reuniões do Coletivo; participação em evento de formação do Observatório Educador Ambiental Moema Viezzer.
Contato com gestão do Parque Nacional do Iguaçu (2019 a 2023)	Contato com equipe de gestão socioambiental e de pesquisa do PNI apresentando a pesquisa de mestrado sobre o entorno da UC; participação na Oficina do Plano de Interpretação Ambiental do núcleo Ilhas do Iguaçu; participação em oficinas de construção participativa do Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental do parque.
Plano de Ação SAFs no entorno do PNI (2020)	Reuniões e oficinas para a formação do Plano de Ação de Sistemas Agroflorestais no Entorno do Parque Nacional do Iguaçu.
NAPI Trinacional (2020 a 2022)	Seminários e oficinas sobre a região trinacional Argentina – Brasil – Paraguai. Viagem de estudo até Céu Azul pela Estrada Velha de Guarapuava. Participação em artigo sobre Agroecologia na região trinacional.
Coletivo Ambiental de Foz do Iguaçu (2020 a 2023)	Contato com movimento social atuante em pautas ambientais e sociais no município de Foz do Iguaçu.
Rede de Permacultura da Tríplice Fronteira (2022 e 2023)	Participação na formação de rede regional de permacultura; reuniões e atividades de campo em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

Fonte: o autor, 2023.

3.2 PERCURSO METODOLÓGICO

A partir das motivações iniciais buscou-se estruturar a pesquisa encontrando parâmetros para o seu desenvolvimento. A valorização de processos participativos de planejamento e de modos de vida de modo geral foi desde o início um orientador para a definição destes parâmetros, bem como o envolvimento em demandas sociais e o acompanhamento de políticas públicas locais e regionais no sentido de entender o território a partir da vivência e do cotidiano. De modo geral, em todas as atividades o desenho de leitura do território e o projeto de soluções possíveis para demandas concretas foram instrumentos de registro e conexão da pesquisa com as pessoas, os contextos e a reflexão crítica sobre a realidade. Considerando este contexto e o estudo sobre metodologias de pesquisa, o paradigma adotado é o social crítico e a abordagem é de pesquisa participante. Por conta da dimensão espacial do entorno do parque, a participação se deu de forma difusa, buscando maior aproximação em alguns contextos para a experimentação do olhar e da análise em diversas escalas de forma conjunta.

Os tipos de dados a serem coletados são socioeconômicos, ambientais, urbanísticos, sobre redes de relações e relatos pessoais. A técnica de coleta de dados foi a participação em atividades relacionadas a conflitos socioambientais no município de Foz do Iguaçu e pesquisa bibliográfica. A análise dos dados foi feita por meio de desenhos de leitura do território e escrita de textos reflexivos e descritivos das atividades realizadas, observando a correlação entre o referencial teórico sobre Desenvolvimento Territorial e as informações específicas do entorno do parque, por meio de textos, mapas e desenhos.

Destaca-se aqui a importância da construção metodológica e dos conceitos teóricos junto com as práticas e vivências de aproximação no território, ou seja, sem uma separação em etapas de teoria e depois o campo.

3.2.1 Processo em Rede

Buscou-se identificar e valorizar os processos em rede, sendo a pesquisa desenvolvida observando a interação dos atores e sujeitos sociais, instituições/organizações, entidades públicas e privadas, as pessoas diretamente, os pesquisadores, os sistemas produtivos e econômicos característicos da região oeste do Paraná, as resistências, os movimentos sociais, e os espaços de diálogo. Estes contextos

funcionam como campo de suporte à pesquisa.

De acordo com Castells (2000), analisando o desenvolvimento e a produção, a reestruturação capitalista promove o desenvolvimento do informacionalismo. O capitalismo e o estatismo são modos de produção e o industrialismo e o informacionalismo são modos de desenvolvimento. Neste sentido, o que é formado pode ser chamado de capitalismo informacional. A partir deste quadro, a sociedade informacional possui especificidades históricas e culturais por um lado, e semelhanças de paradigma econômico e tecnológico por outro. O Ser na sociedade informacional apresenta uma manifestação paradoxal entre viver conectado com o mundo e perder a própria identidade. Neste sentido, Castells (2000) apresenta uma visão otimista, caracterizada por um mundo multicultural e interdependente, formando uma perspectiva múltipla que reúna identidade cultural, sistemas de redes globais e políticas multidimensionais.

Este otimismo foi uma aposta que hoje pode servir de base para reflexões, no sentido de perceber o efeito das redes de informação e tecnologias no cotidiano, as dinâmicas sociais e a própria transformação das mobilizações políticas.

Segundo Scherer-Warren (2011), no contexto de globalização e informatização, os movimentos sociais tendem a se diversificar e complexificar. A noção de Sociedade civil pode ser entendida como parte da classificação da sociedade em Estado, Mercado, Sociedade Civil, sendo a participação cidadã um desafio para todos e um referencial de atuação buscado pelos movimentos sociais. A autora apresenta três níveis de organização da sociedade civil: 1. associativismo local; 2. articulação inter-organizacionais; e 3. mobilizações na esfera pública. Deste processo surge a rede de movimento social enquanto conceito teórico, para explicar a reunião de diversos movimentos sociais já organizados em rede, formando assim redes de redes, ou redes de movimentos sociais no sentido de somar forças em pautas comuns. O movimento social se define por possuir identidade, adversário e projeto. Neste sentido, coloca-se uma reflexão sobre a atuação com o Estado ou de forma mais autônoma, no sentido de criar pressões legítimas sem assumir para si o papel de outra parte.

Em atividades do Parque Nacional e de forma independente, é possível notar redes de atores e sujeitos, por exemplo ligados à sistemas produtivos agroflorestais, agricultura em variados sistemas, cooperativas, movimentos sociais como o MAB e o MST, comunidades tradicionais como o Quilombo APEPU, entre outros. Desta forma, buscou-se nesta pesquisa participar e compreender as redes relacionadas ao contexto de desenvolvimento territorial no entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

3.2.2 Pós-Desenvolvimento, Ecologia Política e Permacultura

Durante a pesquisa, a reflexão sobre desenvolvimento territorial passou também por uma discussão sobre a crítica ao desenvolvimento como narrativa hegemônica, e percorre autores importantes nesse sentido. Arturo Escobar (1952-), antropólogo colombiano, em sua abordagem na desconstrução deste conceito, discorre sobre o pós-desenvolvimento e aborda a trajetória do desenvolvimento enquanto discurso construído após a segunda guerra mundial em seu livro “La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo” (2007) e que encontra-se em crise, abrindo espaço para outras narrativas, modos de pensar e fazer.

Abordando o desenvolvimento e a antropologia da modernidade o autor apresenta a doutrina Truman enquanto início de uma nova era de compreensão e manejo de assuntos mundiais, definindo inclusive a forma de avaliar outras culturas não hegemônicas ou representativas das elites mundiais. Este processo iniciado após o término da segunda guerra mundial inventou o Terceiro Mundo através dos discursos e práticas do desenvolvimento.

A desconstrução do desenvolvimento é apresentada a partir da análise do discurso do desenvolvimento iniciada no final dos anos oitenta e que conta com trabalhos coerentes no sentido de articular uma crítica discursiva e aproximar regimes alternativos, tendo o livro o objetivo de demonstrar a construção do discurso do desenvolvimento para chegar ao ponto de o desconstruir, a partir das evidências dos movimentos sociais, e favorecer a reconstrução simultânea de alternativas e caminhos baseados na diversidade local enquanto feito social.

O autor expõe argumentos que promovem uma reflexão epistemológica, desconstruindo narrativas hegemônicas e abrindo o horizonte de possibilidades para a diversidade da realidade concreta das culturas e modos de vida, bem como chama a atenção para os modos de analisar as culturas e as comunidades.

Arturo Escobar, com sua obra “O lugar da natureza e a natureza do lugar”, apresenta a defesa do lugar e a importância de olhar e valorizar práticas e vínculos com o local, sem perder de vista as interações com a realidade global.

A Ecologia Política traz a reflexão e a desconstrução de conceitos muitas vezes usados e difundidos de forma que mesmo dizendo algo em um sentido, de fato alimenta a manutenção de estruturas de poder que não promovem mudanças ou transformações efetivas. Assim, os conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade e

ecologia, permeiam estas reflexões e para as pessoas interessadas em ações efetivas de melhoria na qualidade de vida de todos, respeito às culturas, valorização da biodiversidade, entre outras demandas, as ponderações permitem melhorar as práticas e qualificar a teoria que sustenta as ações. Gudynas (2011) e Leff (2015) contribuem nesse sentido.

A Ecologia Política aborda desde o século XIX a reflexão crítica sobre a base política de situações ecológicas, bem como implicações interativas entre as ações e o reflexo destas no ambiente, demonstrando a vinculação entre política e ecologia, mesmo antes de definições mais precisas de ecologia e do aumento das crises ambientais.

Elementos de análise que podem ser destacados na teoria dos textos de Ecologia Política são: a valorização do lugar, o discurso sobre o desenvolvimento, a estrutura de poder (patriarcal, outra), o Eurocentrismo e outras imposições, a economia global com impactos locais, a diversidade cultural, a exploração ambiental (mineração, etc), o discurso de as pessoas serem problema, a relação com povos indígenas, comunidades tradicionais, povos originários, a desconstrução da colonialidade, a diversidade epistemológica (sistemas de conhecimento), e o modelo econômico, anticapitalismo, crítica ao capitalismo e ao desenvolvimentismo.

Os conflitos ambientais evidenciam os altos custos ao ambiente, a falta de contabilização socioambiental, a presença de impactos irreversíveis e o mercado financeiro no controle dos processos. Por trás da evidência está a interação onde a humanidade media a relação entre política, economia e sociedade, com os processos biofísicos dos ecossistemas naturais. Outras evidências da crise ambiental atual são a urbanização, industrialização e globalização; a pressão ecológica, política e econômica que gera ou reforça a degradação ambiental e desigualdades socioeconômicas; e as crises de governo, de planejamento e o desenvolvimento baseado no mercado. Uma base desta crise é, portanto, o sistema capitalista e industrial.

A Ecologia Política pode ser diferenciada entre marxista e decolonial, sendo a primeira vertente vinculada ao início das reflexões e proposições teóricas com base nas sociedades da Europa nos séculos XIX e XX, já a perspectiva decolonial expande a abordagem marxista ao tomar por base empírica as sociedades e territórios do sul global e tratar da desconstrução da colonialidade e do desenvolvimentismo, sendo estes estudos mais recentes, do final do século XX e início do século XXI. O grande desafio atual está em superar o abismo entre os modelos ecocêntricos e os antropocêntricos, de modo a alcançar um equilíbrio e aplicar modelos que possam representar os processos ecológicos e humanos.

A Ecologia Política latino-americana parte da abordagem decolonial, articula a perspectiva acadêmica com a dos movimentos sociais e resistências populares nas relações entre a sociedade e a natureza, considera e valoriza os povos originários, as perspectivas afro-latinas e as mulheres.

A Ecologia Política considera que natureza e sociedade não existem independentemente, a população e as pessoas pobres não são causa da degradação ambiental, escassez e destruição dos recursos, e o capitalismo e a globalização são responsáveis pela atual crise ecológica, ou seja, importa analisar a injustiça ambiental, as relações dialéticas e não lineares, as relações de poder desiguais, as formas de poder social, e o fato de as cidades e vilas não serem lugares onde a natureza acaba.

O século XX foi marcado por mudanças significativas na intensidade do uso de elementos naturais como água, solo fértil, minerais e combustível fóssil, o que levou as sociedades em todo o mundo a passar por transformações nas formas de organização social e de construção de suas infraestruturas físicas. Este fato foi e tem sido a base para diversas reflexões teóricas e proposições de como viver no mundo atual, por um lado reconhecendo impactos e por outro buscando caminhos a seguir.

O australiano Bill Mollison (1928-2016) cresceu em uma pequena vila na região insular do Estado da Tasmânia e notou ao longo dos anos as transformações ambientais decorrentes da mudança dos sistemas produtivos, políticos e comerciais. Nos anos 50, sistemas naturais como cardumes e florestas já não eram como antes e esta percepção evidenciou o vínculo afetivo que ele tinha pela terra em que cresceu. Mollison trabalhou como cientista na seção de Pesquisa de Vida Silvestre da Organização para a Pesquisa Científica do Reino Unido - CSIRO e para o Departamento de Pesqueiros Interiores da Tasmânia, momento em que tentou demonstrar sua inquietação com as transformações ambientais que observava, mas preferiu se afastar da sociedade para voltar com algo propositivo, “algo que nos permitisse a todos viver sem a destruição desenfreada dos sistemas biológicos”. No ano de 1968 iniciou o trabalho de professor na Universidade da Tasmânia e neste contexto foi que, em 1974, com o então estudante David Holmgren (1955-), desenvolveu um sistema de agricultura sustentável e o chamaram de *Permaculture*, a partir da contração das palavras *permanent* e *agriculture*, ou seja, agricultura permanente. Os princípios da Permacultura desenvolvidos foram publicados em 1976 no livro *Permaculture One*, seguido de *Permaculture Two* um ano depois. (MOLLISON, 1998).

Com o passar do tempo o conceito de Permacultura foi ampliado e em

1991, na publicação *Introduction to Permaculture*, Mollison diz:

“Nos anos 70, eu via a Permacultura como uma associação benéfica de plantas e animais em relação aos assentamentos humanos, em sua maioria direcionados para a autossuficiência doméstica e comunitária, e possivelmente com uma “iniciativa comercial” a partir do excedente daquele sistema. Todavia, a Permacultura veio a significar mais do que suficiência alimentar doméstica. Autossuficiência alimentar não têm sentido sem que as pessoas tenham acesso à terra, informações e recursos financeiros. Então, nos anos mais recentes, a Permacultura veio a englobar estratégias financeiras e legais apropriadas, incluindo estratégias para o acesso à terra, negócios e autofinanciamento regional. Desta forma ela é um sistema humano completo.” (MOLLISON, 1998).

David Holmgren (1955-) é também australiano e foi durante a sua formação em Design Ambiental na Universidade da Tasmânia que desenvolveu os trabalhos com Bill Mollison e juntos chegaram a criação da Permacultura. Seus pais eram ativistas políticos da classe trabalhadora e no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 recebeu influência da revolução social que estava acontecendo. Em 1973 iniciou a sua formação profissional e acadêmica na inovadora Environmental Design School (Escola de Design Ambiental), na cidade de Hobart no Estado da Tasmânia. Após o lançamento de *Permaculture One*, Holmgren se dedicou ao desenvolvimento prático e de design para um modo de vida autossuficiente, atuando profissionalmente como consultor em design especializado principalmente nas paisagens temperadas do sudeste australiano, enfatizando o foco biorregional no território em que vive (HOLMGREN, 2013).

Em relação ao contexto de origem e a influências teóricas, Holmgren aponta:

“A permacultura chegou pela primeira vez à proeminência pública através da grande mídia, e cresceu então para se tornar um movimento global de praticantes, *designers*, professores e ativistas através do PDC (Curso de Design de Permacultura), tudo fora do meio acadêmico. Apesar disso, o conceito de permacultura começou a germinar no solo da academia no meio dos anos 70 (...). Apesar de uma visão negativa da situação do mundo informar o conceito de permacultura, na estrutura do Curso de Design de Permacultura desenvolvido mais tarde por Bill, o foco estava firmemente direcionado a soluções de design ecológico. Agricultura orgânica, energia alternativa, autossuficiência, comunidades intencionais e localismo cooperativo foram parte da mistura da qual surgiu a permacultura. No nível conceitual, EF Schumacher (*Small is Beautiful, [O Negócio é Ser Pequeno]*, 1973) e Edward Goldsmith (*Ecologist Magazine*), Ian McHarg e Christopher Alexander, combinados com visionários do movimento da agricultura orgânica como FH King, Russel Smith, Albert Howard e outros. Mais importante, de acordo com a minha perspectiva, a primeira referência em *Permaculture One* foi ao Livro de Howard Odum, *Power, Environment and Society (Energia, Ambiente e Sociedade)* (1971), um livro difícil que trata da energia incorporada como uma “moeda”, e usa uma linguagem de circuitos de energia para identificar e explicar princípios e padrões que unem sistemas naturais, humanos e geofísicos. Esse trabalho foi feito de forma independente do trabalho de Lovelock que chegou a hipótese Gaia.” (HOLMGREN, 2017).

Duas publicações de destaque demonstram a sua produção teórica atual, sendo estas o livro “Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade” de 2002 com edição em português de 2013, e “Retrosuburbia: the downshifter's guide to a resilient future” de 2018.

Estas reflexões permitem ampliar as possibilidades de olhar e como abordar os temas em estudo e as relações pessoais e coletivas nos territórios. Neste sentido, estruturam uma metodologia reflexiva sobre ela mesma e orientou como estar nos territórios nas atividades de campo.

3.3 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

A partir das aproximações no território, a noção obtida é de que há uma diversidade de atividades, atores e sujeitos que demandam observação para entender, não é uma realidade dada e simples. É importante mapear e pensar grafias do território, mapear territorialidades. Isso para chegar em uma leitura sobre o lugar. Essa leitura é a pesquisa. Para fazer essa leitura é preciso estar na pesquisa e definir caminhos para elaborar os achados, o percurso.

O levantamento dos dados foi feito por meio de encontros, visitas de campo, reuniões e estudo de publicações. Os tipos de dados são mapas, textos, falas, dados socioeconômicos, planos, leis e diretrizes. E ainda, quem são os atores e sujeitos, atividades desenvolvidas, produtos locais, atividades econômicas, relação com áreas protegidas, interpretações sobre biodiversidade e unidade de conservação, demandas e queixas, situações políticas, interrelação entre elementos, visões de soluções e futuros, entendimentos sobre desenvolvimento territorial e aplicação na região, e as relações entre municípios e a região.

A análise dos dados se dá por meio de interpretação crítica, análise de mapas, cruzamento de informações, e a elaboração de mapas e textos analíticos. Importa destacar o recurso da elaboração de esquemas, desenhos e diagramas, além de textos, para o registro das percepções e realização de análises no contexto da pesquisa em desenvolvimento territorial.

A forma de levantar dados nesta pesquisa teve a reflexão de ser junto a atividades que estivessem acontecendo no território, de modo a ser feita uma apreensão por meio de vivências e observação direta, ao mesmo tempo em que processos sociais

estivessem acontecendo. Esta reflexão levou a pensar nos instrumentos de coleta e análise de dados de forma que fosse possível fazer comparações ao mesmo tempo de diversos fatores, visando acompanhar a complexidade dos territórios.

Neste sentido, a partir dos movimentos de ida a campo e a partir das ações iniciadas, foi tomado como referência de coleta local de dados a vivência em torno da Comunidade Quilombola Apepu, a partir de uma rede de pesquisa que se estabeleceu. Inicialmente a partir da assessoria ao contexto da “Horta da Dona Laíde”, em Foz do Iguaçu, houve o contato com a temática quilombola e o histórico da comunidade Apepu, em Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, chegando a uma primeira visita à região onde havia uma escola e algumas famílias moraram. Esta primeira visita se deu junto a duas estudantes universitárias e duas atuais moradoras de Foz do Iguaçu que moraram na região quilombola da comunidade Apepu. Deste ponto inicial foi se definindo este contexto como um recorte importante de aprofundamento e ao mesmo tempo representativo da complexidade local e regional.

Para uma abordagem do conjunto do entorno do Parque, foi elaborado um painel de leitura territorial a partir do agrupamento de imagens de satélite em diferentes escalas, visando organizar um fluxo de trabalho para esta pesquisa e, também como instrumento de leituras participativas, comunitárias e coletivas futuramente.

3.3.1 Vivência representativa da complexidade territorial

A vivência em rede se deu no envolvimento de ações no território, em viagens de campo, atividade de extensão universitária e no contato com o quilombo Apepu, em São Miguel do Iguaçu, em região próxima a Santa Terezinha de Itaipu e junto à Estrada Velha de Guarapuava, fazendo divisa com o Parque Nacional do Iguaçu.

Esse contexto permitiu uma maior aproximação com lugares e pessoas e por mais de uma visita, incluindo o tempo e o acontecimento de processos sociais como elementos para observação e análise na pesquisa. A vivência no contexto mais específico com o quilombo Apepu aconteceu ao longo do período de julho de 2020 até julho de 2023.

Processos de organização interna e de interação com o ICMBio e com o parque em si, do outro lado da rua, bem como com apoiadores da comunidade, foram processos sociais possíveis de observar e interagir.

A dinâmica da singularidade da comunidade contribuindo para a

compreensão de um todo que é o seu entorno e o entorno do parque, foi um dos aspectos principais buscados na vivência.

3.3.2 Painel de Leitura Territorial Multiescalar

O Painel de Leitura Territorial Multiescalar é parte da metodologia desenvolvida ao longo da pesquisa, que acaba se confundindo entre processo e produto, e consiste em um formato físico e um fluxo de atividades voltadas a registrar impressões, dados, sobreposições de informações e registros de forma livre sobre determinada localidade. O formato físico adotado é o de uma folha em tamanho A2, composta por três imagens de satélite em escalas diferentes impressas em tamanho A4 e um quadrante livre para anotações, além das anotações sobre as imagens. O fluxo de atividades envolve a seleção dos recortes de imagem de satélite para impressão, a ser feito em programas gratuitos preferencialmente e de uso intuitivo, em seguida a impressão e montagem do painel, e enfim a leitura e registro de anotações e desenhos.

Este instrumento, tanto o formato físico como o fluxo de atividades, visa a aproximação com o território e a disponibilização de um formato para registro comparativo de relações percebidas em diferentes escalas, tomando por base algo com menos carga de representação, por isso a imagem de satélite e não um mapa ou fotografia previamente elaborada. A imagem de satélite, no entanto, se aproxima de uma fotografia, ao ser possível se localizar ou localizar lugares conhecidos e nisto haver identificação, e a navegação até o recorte escolhido já permite uma primeira leitura comparativa, visando assim a construção da leitura desde o início da representação escolhida como base.

A elaboração de um painel ou um conjunto de painéis, como foi o caso para analisar comparativamente cada município do entorno do parque, ou mesmo mais de um painel para um mesmo local ou contexto, busca formar uma base de suporte para diálogos e reflexões pessoais ou em grupo que estimulem o registro de impressões e dados subjetivos e objetivos.

Alguns aspectos da multiterritorialidade e da abordagem territorial, como a diversidade, a complexidade, as sobreposições, a singularidade e as relações de poder espacialmente demarcadas, são elementos que o painel busca evidenciar.

Para o entorno do Parque Nacional do Iguaçu foi elaborado um conjunto de 50 imagens estruturando o caderno que segue no Apêndice.

4 ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

As pessoas em seus cotidianos produzem o espaço habitado e transformam os ambientes naturais, resultando uma dinâmica que pode ser observada pela paisagem visual e processos sociais menos tangíveis. As áreas ao redor do Parque Nacional do Iguaçu conformam seu entorno. Nesta região, o entorno do Parque Nacional do Iguaçu, existem dinâmicas sociais cotidianas e histórias que marcam a sua formação territorial. São apresentados neste capítulo aspectos sobre esta formação, tomando por base inicial a delimitação espacial definida no plano de manejo da unidade de conservação, para então abordar os ambientes e as comunidades que constituem este território de múltiplas territorialidades. Busca-se desta forma alcançar uma visão de conjunto que permita observar a complexidade, a diversidade e singularidades presentes no território.

4.1 PLANO DE MANEJO E HISTÓRIA DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

O ponto de partida desta pesquisa foi o Plano de Manejo de 2018, tomando por referência de política pública atual que orienta ações e pode ser um elemento de organização do desenvolvimento territorial do entorno do parque. Neste sentido, foi a partir do plano de manejo que se deu uma primeira visão de todo em relação ao entorno do parque, mas ao longo da pesquisa outros pontos de entrada no território foram sendo identificados, como as comunidades e até mesmo conflitos de uso e ocupação do solo urbano e rural, ou seja, o plano de manejo é um elemento importante na leitura territorial do entorno de unidades de conservação, mas não é o único e nem o principal, sendo as pessoas e o cotidiano os principais elementos, mas também os mais complexos. Desta forma, o plano de manejo vigente serviu e tem um papel importante para essa visão de conjunto e de certa forma integradora da região em suas relações com um elemento em comum que é o parque nacional.

No plano de manejo de 2018 encontramos diretrizes que podem organizar planos e ações nos municípios que compõem o seu entorno e inclusive outros. O Parque Nacional do Iguaçu já teve outros planos de manejo, sendo o atual o mais abrangente em relação ao seu entorno.

A história do parque tem uma correspondência com a criação de unidades de conservação nos Estados Unidos da América e uma circulação de informações e

produção de conhecimento sobre o planejamento regional, o desenvolvimento urbano e pesquisas de botânica e ecologia, no final do século XIX e início do século XX. Este fato de início demonstra uma distância entre o valor ambiental e o cotidiano, que na mesma época passava ainda por ciclos de colonização baseados na exploração extrativista. Os proponentes de criação de uma unidade de conservação, a partir das Cataratas do Rio Iguaçu, foram os irmãos André e Antônio Rebouças e o inventor e aviador Alberto Santos Dumond, ou seja, pessoas com uma bagagem intelectual e vivência não só local e nacional, mas com uma visão de preservação ambiental como patrimônio nacional e público.

Apesar da importância como bem comum e da proposta vinda de pessoas de certa forma da sociedade civil, a criação e consolidação dos limites do parque se deu de forma mais autoritária a partir do Estado Nacional, o que gerou um processo de conflito e de certa forma distanciamento entre o parque e a comunidade do seu entorno. Como resultado é notável a preservação ambiental alcançada e a presença ainda do distanciamento simbólico que existe entre comunidade e parque. Este distanciamento é uma contradição em relação aos objetivos da unidade de conservação e tem sido abordado como desafio a ser superado.

Atualmente (ano base 2023), um diferencial recente em relação a outros momentos, tem sido a nova concessão para a prestação de serviços de turismo, considerando contrapartidas de infraestrutura e recursos para pesquisas e projetos, inclusive a serem aplicados no entorno do parque. No entanto, o modelo de atrativos turísticos de certa forma tem reproduzido o padrão de distanciamento entre parque e comunidade, bem como a relação do parque com o seu entorno de modo mais amplo.

Para aprofundar a leitura sobre o entorno do Parque Nacional do Iguaçu, a base espacial adotada para esta pesquisa foi o recorte apresentado no Plano de Manejo de 2018 denominado Microrregião Geográfica do Parque Nacional do Iguaçu.

4.1.1 Microrregião Geográfica do Parque Nacional do Iguaçu

A partir de um critério administrativo ligado ao perímetro do parque, foi estabelecido que os municípios que estão em uma área até 10 Km do perímetro do parque compõem o seu entorno, formando assim um conjunto de 14 municípios. Neste entorno a gestão do parque nacional não pode atuar diretamente, mas em seu plano de manejo são apresentadas informações e diretrizes que os municípios, de forma independente ou em

conjunto, bem como as pessoas e comunidades diretamente, podem utilizar para desenvolver ações no território considerando demandas e características levantadas a partir do parque e sua gestão. No aspecto da gestão, é importante destacar o conselho do parque composto por entidades e pessoas representantes da comunidade do entorno do parque. No entanto, as ações no território vão além das estruturas de gestão específicas do parque, sendo importante correlacionar as estruturas administrativas e as ações diretas com diferentes fontes de tomada de decisão.

Para se ter uma leitura sobre os quatorze municípios do entorno do Parque Nacional do Iguaçu, alguns dados de cada um serão apresentados, partindo de Foz do Iguaçu até Capanema, com base nos dados do portal Cidades do IBGE (2023).

Foz do Iguaçu tem uma população de 285.415 habitantes, PIB per capita de R\$ 69.247,40, área total de 609,192 km², área urbanizada de 85,23 km², densidade demográfica de 468,51 hab./km² e IDH 0,751. É o município mais populoso e se destaca pela relação direta e intensa com os países vizinhos de fronteira, Paraguai e Argentina.

Na tabela a seguir são apresentados os dados dos demais municípios.

Tabela 1 – Dados municipais das cidades do entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

Cidade	População (hab.)	PIB per capita (R\$)	Área total (km ²)	Área urbanizada (km ²)	Densidade demográfica (hab./km ²)	IDHM
Foz do Iguaçu	285.415	69.247,40	609,192	85,23	468,51	0,751
Santa Terezinha de Itaipu	20.841	24.988,70	268,258	7,86	80,35	0,738
São Miguel do Iguaçu	25.769	43.742,18	851,917	13,50	30,27	0,704
Medianeira	41.817	44.389,21	328,732	18,25	127,21	0,763
Serranópolis do Iguaçu	4.568	54.728,92	482,394	2,23	9,44	0,762
Ramilândia	4.134	21.004,31	237,196	0,77	17,43	0,630
Vera Cruz do Oeste	8.973	39.547,46	327,090	3,02	27,43	0,699
Matelândia	16.078	54.720,40	639,746	6,39	25,73	0,725
Céu Azul	11.087	68.194,17	1.179,449	4,85	9,35	0,732
Santa Tereza do Oeste	13.174	52.206,36	326,190	5,39	40,39	0,705
Lindoeste	5.115	40.661,73	347,093	1,56	14,91	0,666
Santa Lúcia	3.644	38.472,89	126,813	1,66	28,74	0,687
Capitão Leonidas Marques	14.648	88.037,48	280,063	7,19	52,30	0,716
Capanema	20.481	41.763,44	419,036	8,03	48,88	0,706

Fonte: IBGE, 2023.

4.1.2 Zonas de Amortecimento Municipais – ZAM PNI

Áreas de amortecimento tem um princípio de proteção e transição que busca meios para chegar a ações e tomadas de decisão. No caso do plano de manejo de 2018, são indicadas ações e diretrizes, mas é explicado que a gestão do parque não pode sobrepor a decisão do município, sendo portanto necessário que cada município, dentro da sua autonomia, aplique ou não medidas alinhadas ao plano de manejo da unidade de conservação.

Tendo o plano diretor municipal como principal instrumento de planejamento de uso e ocupação do solo, geralmente com foco na área urbana mas abrangendo também a área rural, é possível pensar que no contexto dos municípios que estão na região de entorno do Parque Nacional do Iguaçu, e outros no entorno de outras unidades de conservação, podem aplicar em seus planos diretores zoneamentos específicos para valorizar estas áreas de amortecimento do impacto urbano e rural sobre as unidades de conservação. Mas não só no sentido restritivo, sendo possível valorizar estas áreas com usos produtivos ecológicos que, além de contribuir com a transição de usos e impactos à biodiversidade com foco na conservação da unidade, permite realizar atividades com finalidade econômica e social adequadas a processos de manejo, restauração e regeneração de ambientes humanos com maior biodiversidade e saúde ambiental. Estas áreas poderiam ter, como exemplo, um zoneamento vinculado a esse cuidado diferenciado por estar próximo à unidade de conservação e ser chamado de Zona de Amortecimento Municipal ao Parque Nacional do Iguaçu – ZAM PNI. Neste sentido, o município como um todo promove um compromisso e oportunidades para estas áreas e pode em conjunto formar uma zona de amortecimento integrada entre os municípios da região de entorno do parque.

Em relação a aspectos que podem orientar a definição destas áreas, é importante observar que o critério apenas de distância física usado para a definição dos municípios do entorno, não especifica elementos que podem impactar de forma mais intensa a unidade de conservação, como os rios, da mesma forma que deixa muito amplo o recorte para ações específicas, tendendo a prevalecer a uniformidade de usos sem os cuidados específicos que a UC demanda. Elementos importantes a serem considerados são, portanto, os que atingem diretamente a biodiversidade, mas também fatores que indiretamente não apoiam ações de conservação no entorno. No aspecto direto, as bacias hidrográficas, a qualidade da água dos rios e a proteção de mata ciliar, sendo estas

preferencialmente biodiversas, são os principais elementos para a definição de áreas de amortecimento fora da unidade de conservação. E no aspecto indireto, o incentivo a sistemas produtivos ecológicos e atividades diversas pode viabilizar áreas com maior ocupação humana e reduzir as transições bruscas de monoculturas e floresta, que acaba gerando um efeito de borda com perda de biodiversidade para dentro do parque, o que pode ser revertido para um efeito de borda de aumento de biodiversidade para fora do parque, ou seja, as bordas do parque podem ter usos com mais pessoas, mais atividades produtivas e maior biodiversidade de plantas e animais, bem como uma maior qualidade da água, do solo e do ar, contribuindo assim tanto para o parque quanto para o restante do município e sua população como um todo.

4.2 O AMBIENTE E A BIODIVERSIDADE

Partindo da paisagem é notável a diferença de cobertura florestal nas bordas de todo o perímetro do parque, o que evidencia efeitos práticos da existência do parque e possibilita refletir sobre como pode ser uma ocupação territorial que consiga ver e viver a floresta nos ambientes rurais e urbanos como um todo e não apenas nas reservas de proteção ambiental.

Ainda em uma visão de conjunto, olhando por sobrevoo ou analisando imagens de satélite, fica a sensação de que sem a criação do Parque Nacional do Iguaçu mais uma grande área de floresta seria desmatada, como aconteceu com a maior parte do seu entorno e a maior parte das florestas do Estado do Paraná.

Além do olhar para o todo, a floresta representa um estágio de sucessivos processos ecológicos e abriga uma quantidade muito grande de informações desses processos. Isso tudo se expressa na diversidade de formas de vida encontrada no ambiente florestal, ou seja, nos detalhes e no olhar para as comunidades de espécies e nas interações entre os diversos elementos neste ambiente complexo e pulsante está um valor fundamental a ser cada vez mais percebido e respeitado.

O ambiente, portanto, pode ser compreendido pelo conjunto de formações geológicas formando solos e relevos, sistemas hídricos em sua expressão nas bacias hidrográficas, a cobertura do solo em diversos estratos de vegetação, e as condições do tempo percebidas no calor e frio, chuva e umidade, intensidade solar e velocidade dos ventos, por exemplo. Toda a vida animal, bem como a vegetal e os microrganismos que

habitam os ambientes, se expressa em diferentes formas e a variedade é também um indicador de ambientes saudáveis.

A biodiversidade no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, assim como a paisagem e o ambiente como um todo, é também diferente dentro e fora do parque, mas diferente da percepção mais imediata em relação ao que é visto, muito da perda de biodiversidade acaba sendo menosprezado e os impactos nas relações ecológicas e no fluxo de energia nos ambientes são fatores ainda pouco destacados. Ou seja, é mais notável perceber a ausência de um maciço florestal pelo seu aspecto físico/visual imediato do que a perda de relações dinâmicas que sustentam a vida com qualidade e levam tempo para se estabelecer.

Analisar, portanto, o ambiente e a biodiversidade no entorno do parque, envolve aguçar olhares para o que está além da utilidade imediata e das percepções mais diretas. É preciso compreender a complexidade ecológica dos ambientes naturais, tanto para valorizar o que está dentro do parque, como para construir fora do parque ambientes habitados com qualidade. O parque tem um papel importante de proteção direta da biodiversidade, mas é também, e pode ser mais bem utilizado neste sentido, um ambiente de referência para a compreensão dos sistemas naturais. Esta compreensão permite aplicar princípios destes sistemas naturais em ambientes rurais e urbanos.

Considerando as sete bacias hidrográficas presentes no parque, é possível pensar que ações conjuntas podem acontecer integrando municípios e comunidades em torno de temas comuns a partir da qualidade da água dos rios, por exemplo, ou a observação de aves nas matas ciliares, ou a troca de experiências sobre sistemas produtivos que aumentam a biodiversidade no sistema e traz benefícios econômicos.

O ambiente e a biodiversidade podem ser mais valorizados de forma ativa e não apenas ser o pano de fundo ou o limite restritivo para atividades agrícolas e desenvolvimento urbano. O ambiente e a biodiversidade podem ser, ainda mais com essa proximidade com um sistema florestal complexo, um diferencial e um motivador para soluções econômicas e sociais criativas e saudáveis.

4.3 AS PESSOAS E AS COMUNIDADES

A biodiversidade geralmente é vista apenas pelo aspecto não humano e distancia as pessoas dos processos ecológicos. No entanto, a diversidade social pode ser

um elemento central nas ações de leitura, planejamento e gestão territorial, visando um desenvolvimento coletivo mais justo e saudável para todos e para o ambiente.

No entorno do Parque Nacional do Iguaçu, os quatorze municípios estão nas regiões sudoeste e oeste do Estado do Paraná, ficando o parque e o Rio Iguaçu como divisores entre as duas regiões, sendo que historicamente houve por dentro do parque uma ligação entre elas, por onde diversas famílias chegaram ao oeste paranaense, assim como existiram vilas e povoados onde hoje é parque. Esta construção histórica se refere ao período recente de formação social da região, a partir do século XX, mas antes e atualmente a população originária é indígena e, em um panorama mais amplo, temos na região uma demanda reprimida em relação a narrativas mais abrangentes sobre a formação de identidades e tradições com base na diversidade. Ou seja, existe uma história recente geralmente privilegiada como formadora de uma identidade regional, no entanto, pouca atenção se dá a diversidade que foi e é presente no território.

A colonização parece ser o termo chave desta distorção que valoriza a parte e negligencia o todo. Existe nesta ideia valores positivos de trabalho e coletividade, no entanto, toda colonização é baseada na exploração de recursos e imposição de valores, isso aconteceu na colonização do Brasil e perdurou na república como método, continuando estruturas de produção econômica baseadas no capitalismo extrativista global. Além do aspecto de exploração da natureza, a falta de consideração e respeito a populações originárias e com menos recursos na sociedade capitalista, traz no processo colonial estruturas sociais de exploração entre as pessoas, como o racismo, o patriarcado e as violências contra as mulheres, não como algo intencional, mas reproduzido pelo hábito e pelos resultados financeiros que o sistema por ser vigente promove a quem dele se beneficia. Este aspecto traz mais ainda uma necessidade para olhares mais específicos, diversos e complexos, buscando nas histórias de vida valores que conseguem sair das lógicas dominantes que reproduzem a violência e a exploração. Neste sentido, é possível perceber e valorizar aspectos de coletividade e qualidade em produtos artesanais, ou mesmo industrializados, vinculados a ideia de colonial, até mesmo aspectos vinculados a qualidade de vida e saúde, sem justificar, no entanto, a estrutura histórica e socioprodutiva que precisa ser revista para formas mais justas e saudáveis de produção, tanto para o ambiente como para as pessoas envolvidas direta e indiretamente.

Os povos indígenas da região poderiam ser mais valorizados em sua totalidade de valores e escolhas de vida, no entanto, existe ainda uma delimitação que procura adequar tudo a um único modo de existir e viver, o que se expressa, por exemplo,

na falta de políticas públicas de reparação histórica, deixando populações que foram desestruturadas em situação de vulnerabilidade econômica ao serem transpostas para uma nova lógica social. Muito pode ser feito para mudar este cenário, principalmente ações que contribuam para ressignificar valores e refletir sobre a história local, qualificando as interações e trocas sociais a partir das possibilidades criativas que a diversidade promove.

Cada pessoa e cada comunidade traz histórias pessoais e coletivas que permitem construir fios de uma trama maior e complexa. Apesar da visão do todo ser fundamental, as singularidades são igualmente importantes. A conexão entre particularidades e seus contextos imediatos e distantes formam também visões do conjunto da sociedade.

No entorno do parque existe uma diversidade pouco valorizada, tanto biológica não humana, ao se concentrar a conservação às áreas protegidas, como a diversidade humana e social, sendo esta o ponto chave das ações que formam os territórios, ou seja, são as pessoas em seus cotidianos que territorializam o espaço, o ambiente é transformado pelas pessoas e cada história importa para compreender o conjunto. Neste sentido, o próximo capítulo aborda uma aproximação em territorialidades presentes no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, buscando ilustrar a complexidade da região e valorizar as singularidades, as apresentadas e outras, que formam o território e podem direcionar ações de planejamento e desenvolvimento territorial.

5 TERRITORIALIDADES NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

O referencial teórico sobre desenvolvimento territorial e reflexões metodológicas levaram a pesquisa a um percurso de ir para o território e buscar em ações e processos existentes o contexto para conhecer e interpretar o entorno do Parque Nacional do Iguaçu. A partir de atividades de campo e envolvimento com processos locais com maior abertura para participação, foi possível identificar um contexto prioritário, no município de São Miguel do Iguaçu, para desenvolver um estudo empírico no sentido de destacar dois aspectos.

O primeiro sobre a aplicação da abordagem territorial em um contexto específico, no sentido experimental da pesquisa e no sentido de expor uma situação concreta como estudo de caso.

O segundo aspecto é o exemplo específico como referência para a possibilidade de valorização de diversos outros casos específicos na qualificação dos planos locais e integrados regionalmente, bem como as ações estratégicas e as cotidianas, no sentido de qualificar os ambientes e o dia a dia das pessoas.

O olhar para o cotidiano trazendo diretrizes para o planejamento mais amplo, este olhar das abordagens territoriais foi o guia para este estudo que segue.

E em uma leitura mais geral, mas com o mesmo olhar para os detalhes e o todo ao mesmo tempo, foi buscado meios para apresentar uma visão de conjunto do entorno a partir dos quatorze municípios, mas não por aspectos ou limites administrativos e sim pela paisagem ou pelo ambiente diretamente observado e as percepções subjetivas, aplicando assim o Painel de Leitura Territorial Multiescalar.

Este estudo foi realizado no sentido de refletir sobre o desenvolvimento e as territorialidades no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, sendo este um recorte ou foco temático, mas a aplicação deste instrumento de pesquisa pode se dar em diferentes temas e ser aplicado de forma recorrente para a construção coletiva de percepções sobre diversos contextos.

Resgatando alguns princípios destacados sobre a abordagem territorial temos a complexidade, a diversidade e o cotidiano como bases da leitura sobre o território, sendo assim, os estudos buscaram aplicar este olhar para qualificar a compreensão de processos presentes, de forma mais ou menos evidente, na formação histórica e atual desta região vista de forma integrada.

5.1 ESTUDO EMPÍRICO: COMUNIDADE QUILOMBOLA APEPU

A partir do envolvimento em processos de assessoria técnica para mediação em situações de risco de remoção e que envolviam conflitos de uso e ocupação de áreas ambientalmente protegidas, houve a aproximação com a família dos Santos na Horta do Seu Zé e da Dona Laíde, no bairro Vila C em Foz do Iguaçu. Este contato levou ao conhecimento e acompanhamento de uma primeira visita a região do Quilombo Apepu, por ser a família dos Santos antiga moradora da região do Apepu e mantido hábitos de cultivo de alimentos e manejo ambiental na horta em Foz do Iguaçu. Esta visita se deu no sentido de visitar locais de convivência na infância e fazer um resgate sobre a história da família, bem como compreender partes da história da comunidade quilombola hoje com sede em São Miguel do Iguaçu a partir da família Correia. De certa forma, esta visita foi o ponto de entrada para este estudo empírico no território.

Após esta primeira foi possível realizar outras visitas e conversas partindo de atividades que estivessem em andamento, não foi realizada nenhuma atividade específica para esta pesquisa ou feito questionário, visando realizar uma leitura e interação mais direta com a realidade vivida nas demandas e cotidiano das pessoas e dos locais. Neste sentido, o tempo dessa aproximação se deu de forma fluída e não direcionada.

Um aspecto fundiário e de localização de referências na paisagem atual gerou uma primeira ação de pesquisa que foi compreender o espaço e os fluxos formadores desta comunidade, tendo como fonte de informações as conversas e as visitas aos locais, ampliando assim a compreensão espacial sobre a região. Como resultado foi possível elaborar o mapa apresentado na figura 3 a seguir.

De acordo com conversas nas visitas realizadas, a formação da comunidade se conta que aconteceu a partir da vinda de João Correia trabalhando na obra da linha telegráfica entre Guarapuava e Foz do Iguaçu, caminho que veio a se tornar depois a Estrada entre as duas cidades, hoje conhecida como Estrada Velha de Guarapuava. Esta chegada se deu nos primeiros anos do século XX, antes, portanto, da criação do Parque Nacional do Iguaçu. Assim como outras áreas, a partir de diversas origens existiram vilas onde hoje é parque. Na região entre os Rios Apepu e Índio até as margens do Rio Iguaçu foi onde se deu início a ocupação que veio a ser conhecida depois como Apepu, por conta do cultivo e fabricação de estrato de laranja apepu, utilizado para perfumaria. Conta-se que também era plantado para a fabricação de estratos, grandes quantidades de hortelã. Junta a estas produções maiores, existia cultivos diversos para subsistência e comercialização

em menores quantidades. Com os movimentos chamados de colonização da região oeste, mais famílias chegaram à região e com a delimitação do parque se tem uma primeira região identificada da localização da comunidade. Após venda e compra de terras, a família Correia se fixou ao lado mas ainda próxima a essa primeira área e ali estabeleceu a terra onde foi formalizada a Associação Comunidade Negra Apepu em 2007. O terreno onde está a associação fica no município de São Miguel do Iguçu e a primeira região fica junto a divisa deste com Santa Terezinha de Itaipu, trazendo um aspecto interessante da sobreposição de áreas sobre limites municipais. A antiga escola local foi demolida, mas existe ainda uma árvore que facilita a identificação do local, assim como outros elementos que por meio das visitas e conversar foi possível resgatar e notar como existe uma história local pouco valorizada e preservada. Esta demanda foi identificada tanto entre as famílias que participam e vivem no terreno da Associação, como por pessoas que moraram na comunidade e hoje estão em Foz do Iguçu e outras cidades.

Figura 03 – Mapa de elementos formadores da comunidade quilombola Apepu.



Fonte: elaborado pelo autor sobre base do Google Earth, 2023.

A formação específica de uma comunidade conecta com a formação social e cultural da região e destes processos são formadas as territorialidades. É possível identificar no cotidiano as formas de apropriação e identificação com o território que se vive. Neste sentido, é interessante notar as marcas que vivências deixam nas pessoas ao ponto de haver identificação com lugares e momentos históricos mesmo que distantes, e como a possibilidade de valorização e resgate cultura traz sentimentos bons e motivação no

presente. Esse aspecto, no entanto, é algo que facilmente se perde na medida que dinâmicas pragmáticas, como a transição agrícola para sistemas de monocultura em grande escala, transformam o cotidiano. A partir de uma comunidade foi possível entender parte de processos mais amplos e notar como os aspectos locais foram em grande medida desvalorizados ao longo dos anos em favorecimento de uma economia global. Fica também a percepção de que muitas práticas e a diversidade cultural é algo presente e não só um elemento de memória, é uma memória viva e vivida.

Reflexões a partir das visitas se deram no sentido de como usos existentes podem ser referência para políticas de uso e ocupação do solo visando um desenvolvimento local com abordagem territorial, ou seja, valorizando a diversidade e a complexidade, ainda mais em contextos específicos de proximidade com unidades de conservação.

As estradas que chegam até a Estrada Velha de Guarapuava são chamadas de Linhas, temos então a estrada no perímetro do parque e as linhas chegando de forma perpendicular. Em um exercício quase de projeto urbano-rural para esta paisagem e este território, mas aqui em um sentido exploratório de pesquisa, algumas ideias ilustram o potencial deste contexto territorial. O entorno imediato do parque ocupado com famílias em produções menores e com práticas de agricultura ecológica poderiam formar áreas com maior diversidade biológica e social, promovendo assim maior incremento econômica para o aumento de renda e diversidade de serviços próximos, sem, no entanto, urbanizar estas regiões, formando áreas rurais com infraestrutura e incentivo para a permanência no campo com qualidade de vida e valorização do trabalho. Ainda em uma prospecção possível, estratégias integradoras como as práticas sociais e de cultivo da Agroecologia poderiam orientar o incentivo para a ocupação destas linhas ao modo de eixos de desenvolvimento rural agroecológico, o que poderia ainda integrar circuitos turístico relacionados ao Parque Nacional do Iguaçu e as culturas locais. Algumas práticas neste sentido já existem, mas o planejamento com ações mais estratégicas como política pública pode ser qualificado.

Voltando à comunidade Apepu e a partir da associação, a relação atual com a gestão do Parque Nacional do Iguaçu tem sido de maior proximidade e com perspectiva de apoio do parque à comunidade. Uma demanda notada desde a primeira visita e que envolve a área histórica da comunidade, e não só o terreno atual da associação, é a demarcação territorial a ser feita junto com um estudo antropológico, já iniciado. Ainda tem sido recorrente o esforço para a realização de atividades voltadas a promover economias diversas e valorizar a cultura em suas múltiplas formas de expressão, incentivando a

autonomia e a autenticidade das famílias atuais, bem como a valorização da história envolvendo também quem não mora mais na região, mas possui vínculo de identidade com a comunidade, como é o caso da família dos Santos em Foz do Iguaçu.

5.2 DESENVOLVIMENTO E TERRITORIALIDADES

Desenvolvimento tem de modo geral um sentido positivo e é possível utilizar ainda esse termo na construção de processos sociais justos e saudáveis, no entanto, a intenção e a complexidade das dinâmicas territoriais nem sempre são fáceis de entender ou mesmo são perceptíveis, exigindo envolvimento para alcançar resultados de fato positivos.

A diversidade social, cultural, econômica e política promove diferentes formas de ocupar os espaços e múltiplas interações entre os modos de vida semelhantes e diferentes, resultando territorialidades que merecem atenção cuidadosa.

Pensar o desenvolvimento territorial no entorno do Parque Nacional do Iguaçu trouxe a reflexão crítica sobre o desenvolvimento e o território em suas múltiplas territorialidades, ou seja, a busca por uma visão de conjunto levou ao olhar específico das particularidades como meio de entender a complexidade do todo e não limitar a análise aos aspectos gerais ou semelhantes, valorizando assim diversas identidades e não buscando uma única ou poucas identidades como valor para integrar o território. O fator de integração já é o espaço, o ambiente, bem como a proximidade de relações cotidianas. O desafio é então olhar a realidade como ela é e buscar recursos para leituras recorrentes que ajudem nessa compreensão, entendendo que os processos territoriais acontecem no tempo e na vivência, ou seja, nas experiências de vida. Estes aspectos, o tempo e a vivência, formam de certa forma duas dimensões de análise para além das dimensões físicas que formam o espaço estático, sendo a vivência o fator que traz ânimo e explica o que acontece ao longo do tempo, não só no espaço, mas nas pessoas que vivem esse espaço e constroem material e simbolicamente os territórios.

A sede urbana e as áreas rurais já diferenciam e integram um olhar para o todo da microrregião geográfica do Parque Nacional do Iguaçu, evidenciando a necessidade de um olhar para as duas formas de uso e ocupação do solo e também as variações possíveis que mesclam ambas, ou seja, um olhar para o urbano tem um sentido tanto no urbano quanto no rural, sendo de modo específico para o contexto de entorno de

unidade de conservação, uma possibilidade para criar alternativas para as necessidades de conservação e valorização dos usos ecológicos que reduzam e eliminem impactos, e promova melhoria nos ambientes e na biodiversidade.

Os rios e as bacias hidrográficas, envolvendo os banhados e toda a diversidade de formas como a água realiza seu ciclo é outro fator chave que integra as localidades e as conecta com o parque, sendo um tema importante para conectar também as comunidades e as pessoas na promoção e compartilhamento de boas práticas e soluções economicamente criativas e viáveis para a conservação e regeneração da qualidade da água em toda a região. Neste sentido, o olhar territorial valorizando as territorialidades e a diversidade é fundamental para buscar soluções a partir das pessoas que vivem o cotidiano, sempre interagindo com outros saberes, mas sem perder esse cuidado que parece simples, mas valoriza justamente o complexo, a complexidade prática do cotidiano.

Nos aspectos econômico e político, envolvendo questões sociais, de educação e saúde, políticas públicas e toda a diversidade de formas de organização social, perceber e valorizar todas as formas de expressão é fundamental, sendo importante considerar o que é hegemônico e o que não é. O desenvolvimento territorial tem sentido na complexidade do todo e na expressão das singularidades, portanto, é importante perceber que no entorno do parque existe uma diversidade de atividades e ideologias que merece ainda muita atenção. Neste olhar mais específico é onde está o diferencial para uma visão de desenvolvimento não só desenvolvimentista mas de fato preocupada com o bem estar das pessoas e dos ambientes, tanto local como regional e global.

Para ler os territórios em sua complexidade e com algum padrão para uma análise comparativa, a recorrência é um fator importante, ou seja, apenas uma leitura não é suficiente, ou a leitura de um setor, ator ou sujeito, do território ou de fora. Tudo é importante, no entanto não é suficiente. Assim, a recorrência é uma forma de acumular camadas de interpretação e construir um conhecimento coletivo, uma vez que o processo acontece na vivência e as interações pessoais e nos locais produzem conhecimento para além da leitura específica que é registrada e dessa experiência é possível extrair informações para a leitura do território. Considerando a necessidade de integração do entorno do parque em desafios ou planos em comum, a leitura recorrente sobre os territórios, seja locais ou regionais, pode ser um recurso para aproximar as pessoas e formar visões sobre o entorno do parque e o cotidiano de vida de cada comunidade, associando isso a uma visão complexa mas prática que reflete no dia a dia, mas também produz informação

para projetos coletivos e políticas públicas.

Buscando aplicar estas reflexões e como resultado do processo experimental de como fazer uma leitura territorial do entorno do parque para pensar o desenvolvimento dessa região, foi aplicado pelo autor de modo pessoal o Painel de Leitura Territorial Multiescalar apresentado na metodologia, sendo o seu desenvolvimento já um processo de leitura do território. A seguir é apresentada essa aplicação.

5.2.1 Aplicação do Painel de Leitura Territorial Multiescalar

A aplicação do Painel de Leitura Territorial Multiescalar, elaborado como reflexão metodológica durante a pesquisa, se deu partindo da definição do tema a ser estudado e na sequência a escolhas das escalas utilizadas e a seleção das imagens de satélite para compor cada painel. Cada imagem foi salva para uma impressão em tamanho A4 (210 x 297 mm) e formação de cada painel e um caderno físico em tamanho A2 (420 x 594 mm), sendo formado um caderno digital para impressão direta também em tamanho A2, ou uso digital. Estes passos de construção do painel foram pensados no sentido da recorrência e realização de atividades participativas em diversos contextos e perfis de participantes.

Com o caderno impresso em formato reduzido, em tamanho A4, foi possível conversar com pessoas sobre a pesquisa e perceber algumas reações em relação a visão de conjunto associada a identificação de singularidades. Ou seja, é possível pensar o todo e as partes ao mesmo tempo, existem semelhanças e diferenças no conjunto do entorno do parque que o olhar em diversas escalas e as vivências de cada pessoa permitem associar aspectos gerais e locais de forma complementar.

Foi possível perceber que a complexidade da proposta merece a construção passo a passo, sendo a vivência do processo um fator importante para apreensão da leitura territorial em curso, por outro lado, o caderno permitiu uma comunicação mais objetiva sobre um tema e um território amplo e diverso, facilitando a interpretação conjunta e apresentação de pontos de vista usando o painel como suporte para o pensamento e a construção de associações de ideias.

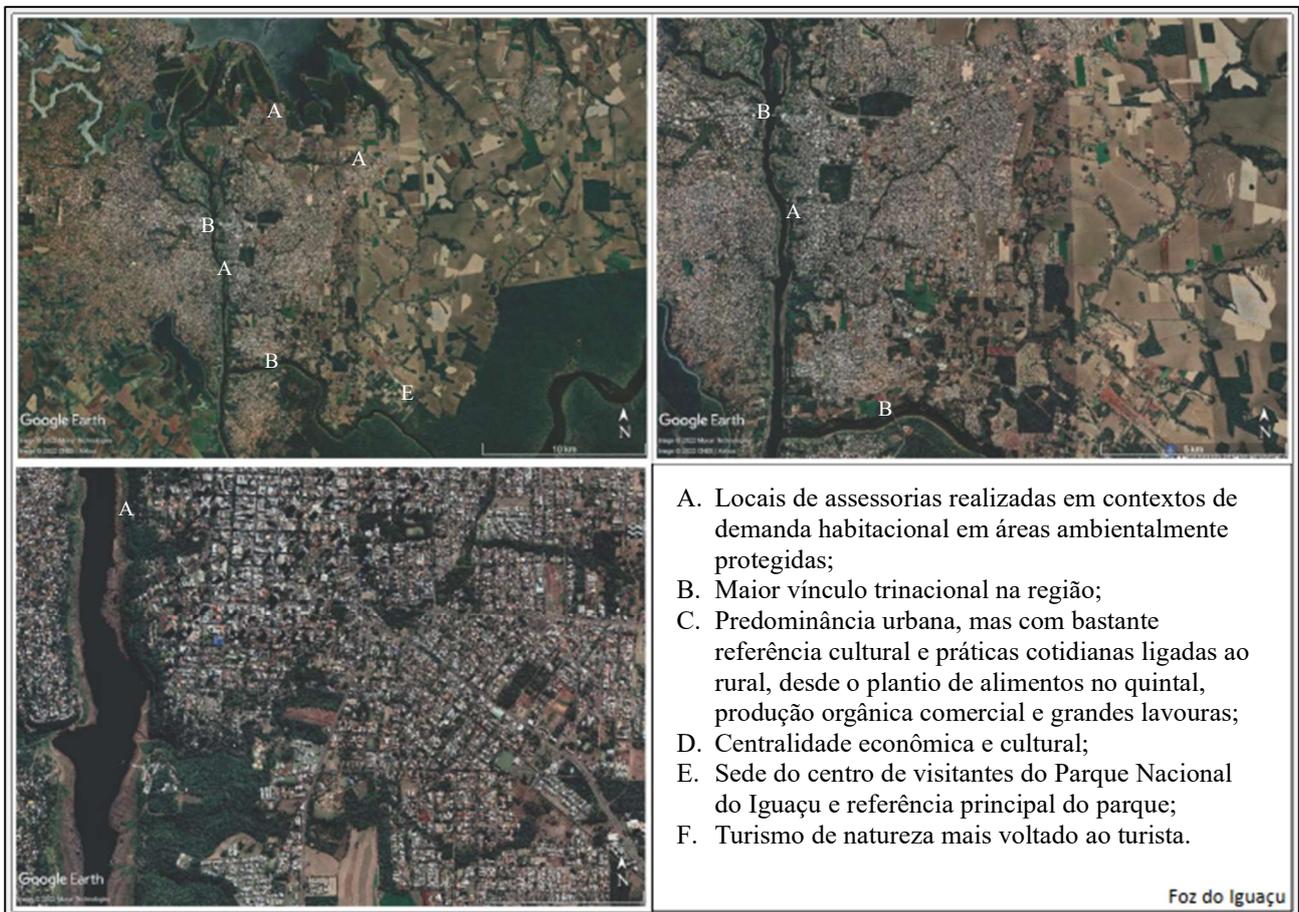
A elaboração de painéis de leitura territorial multiescalar pode ser uma metodologia aplicada em estudos individuais ou em grupo, de forma exploratória ou mais orientada, com objetivos comunitários ou na construção de políticas públicas, sendo o

contexto do entorno do Parque Nacional do Iguaçu um laboratório inicial com grande potencial, tendo em vista o momento atual em que a gestão socioambiental da Unidade de Conservação está buscando maior aproximação com a população do seu entorno.

Para apresentar a construção do painel, identificar o tema de estudo e ter uma visão geral antes de cada painel específico, foi elaborado um caderno (Apêndice) com oito páginas além dos painéis de cada município do entorno do parque.

A seguir são apresentados, de forma reduzida, os 14 painéis referentes a região de cada município do entorno do Parque Nacional do Iguaçu, iniciando pelo painel de Foz do Iguaçu. Para esse município foi realizada uma leitura territorial ilustrativa.

Figura 04 – Painel de Leitura Territorial Multiescalar de Foz do Iguaçu, com leitura ilustrativa.



Fonte: o autor, 2023.

Estes painéis podem ser utilizados como estão, em tamanho real no Apêndice, em atividades no entorno do parque e atividades internas, ou podem servir de referência para a elaboração de painéis a partir da seleção de outros recortes e mesmo outras escalas, de acordo com os objetivos e o grupo de cada aplicação específica.

A seleção das imagens se deu tendo como referência a aproximação ao núcleo urbanizado do município, sem a definição de um foco de interesse específico, mas buscando representar cada município no conjunto comparativo. De modo geral, a relação entre urbano e rural orientou bastante o olhar sobre as imagens e a busca de interpretações sobre cada localidade. Nas escalas adotadas é possível visualizar aspectos mais regionais e alguns elementos da estrutura urbana e rural, bem como aspectos ambientais.

Os demais painéis, referente aos outros 13 municípios da Microrregião Geográfica do Parque Nacional do Iguaçu, estão apresentados a seguir com as imagens de satélite selecionadas em três escalas e o quadro de anotações sem observações.

Figura 05 – Painel de Leitura Territorial Multiescalar de Santa Terezinha de Itaipu.



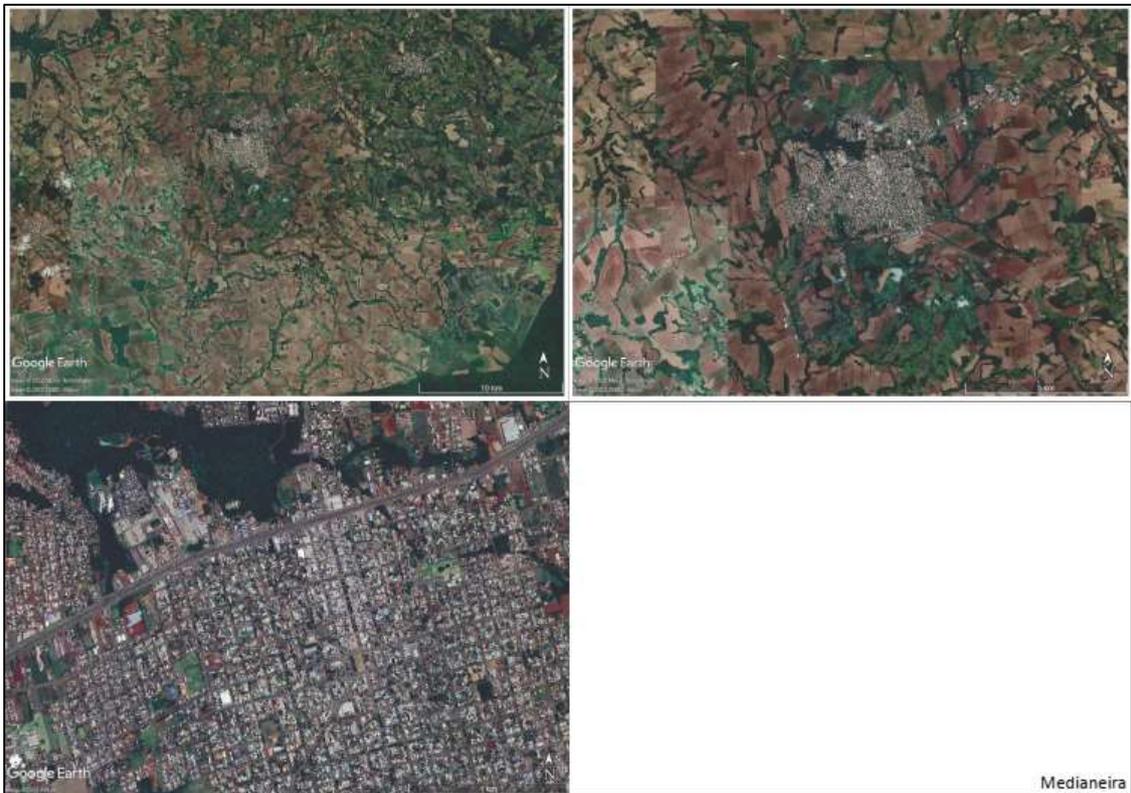
Fonte: o autor, 2023.

Figura 06 – Painel de Leitura Territorial Multiescalar de São Miguel do Iguaçu.



Fonte: o autor, 2023.

Figura 07 – Painel de Leitura Territorial Multiescalar de Medianeira.



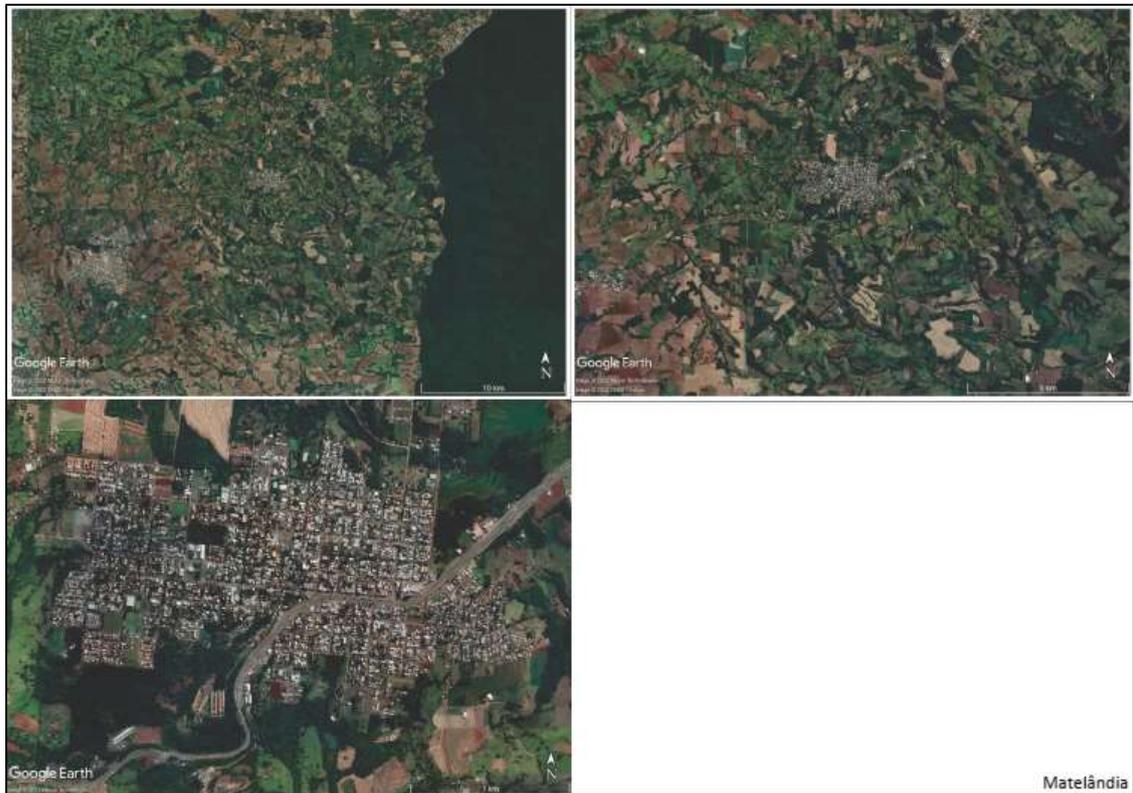
Fonte: o autor, 2023.

Figura 08 – Painel de Leitura Territorial Multiescalar de Serranópolis do Iguaçu.



Fonte: o autor, 2023.

Figura 09 – Painel de Leitura Territorial Multiescalar de Matelândia.



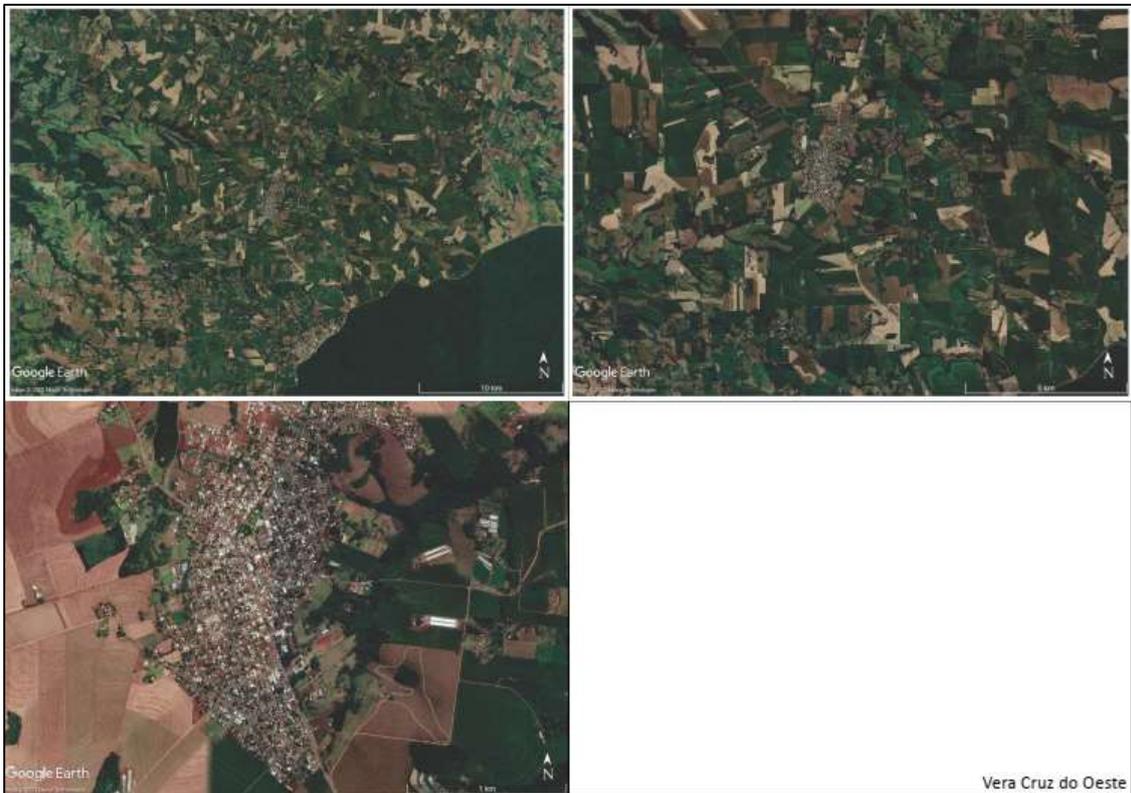
Fonte: o autor, 2023.

Figura 10 – Painel de Leitura Territorial Multiescalar de Ramilândia.



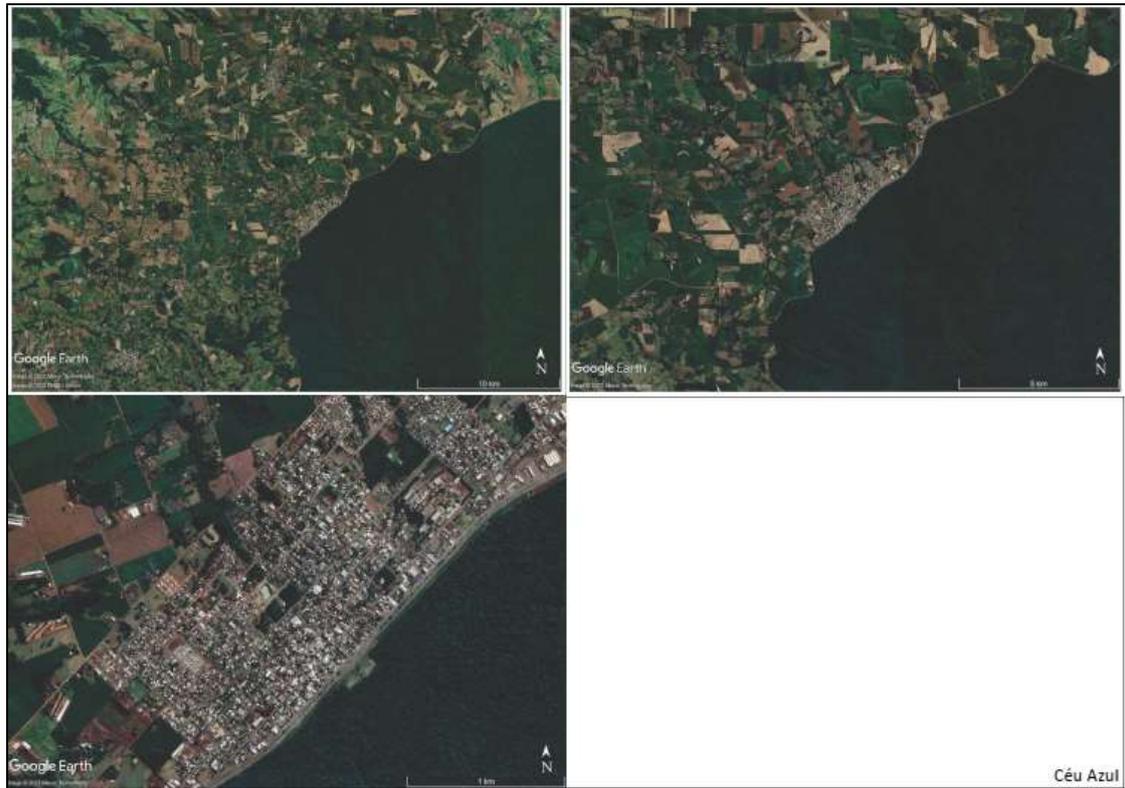
Fonte: o autor, 2023.

Figura 11 – Painel de Leitura Territorial Multiescalar de Vera Cruz do Oeste.



Fonte: o autor, 2023.

Figura 12 – Painel de Leitura Territorial Multiescalar de Céu Azul.



Fonte: o autor, 2023.

Figura 13 – Painel de Leitura Territorial Multiescalar de Santa Tereza do Oeste.



Fonte: o autor, 2023.

Figura 14 – Painel de Leitura Territorial Multiescalar de Lindoeste.



Fonte: o autor, 2023.

Figura 15 – Painel de Leitura Territorial Multiescalar de Santa Lúcia.



Fonte: o autor, 2023.

Figura 16 – Painel de Leitura Territorial Multiescalar de Capitão Leonidas Marques.



Fonte: o autor, 2023.

Figura 17 – Painel de Leitura Territorial Multiescalar de Capanema.



Fonte: o autor, 2023.

Na elaboração dos painéis, selecionando os recortes e ao final com todos montados, foi se evidenciando a relação espacial predominantemente rural nos municípios, com exceção de Foz do Iguaçu, e estruturas urbanas regulares indicando a existência de uma estruturação urbanística em todos os municípios.

A relação de uso do Parque Nacional do Iguaçu pela população do entorno é pouco perceptível nas imagens, ficando mais evidente a distinção entre floresta e lavoura em quase a totalidade do perímetro do parque, não havendo também uma identificação de uma área de transição de usos mais compatíveis com a UC, o que leva a buscar o olhar para as vivências, como é o caso em Foz do Iguaçu, em que experiências pontuais foram destacadas. Nas assessorias em contextos de demanda habitacional em áreas ambientalmente protegidas, dinâmicas sociais e aspectos ambientais, mesmo que não limítrofes ao parque, eram semelhantes a demanda de conservação da biodiversidade e a compatibilização de usos de interesse social e ambiental. No perímetro do parque, a mesma dinâmica de buscar compatibilizar usos do solo para atender diversos interesses, poderia compor uma zona de amortecimento que em imagens como essas fosse possível identificar a transição de sistemas produtivos e populações residentes mais próximas ao parque.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas de entorno de Unidades de Conservação têm uma característica que pode ser trabalhada como potencial e diferencial nas estratégias e ações de desenvolvimento local e regional, considerando ainda a complexidade e a diversidade destes territórios e suas diversas territorialidades.

Neste sentido que se dá a abordagem territorial e a construção da ideia de desenvolvimento territorial como instrumento de planejamento e governança para os diversos atores, agentes e sujeitos, bem como as instituições e organizações, ou seja, envolve uma busca para qualificar a participação e a vida de todas e todos.

De modo específico ao entorno do Parque Nacional do Iguaçu, a centralidade do olhar para as Cataratas do Rio Iguaçu demanda um esforço para ampliar a atenção e o cuidado com outras áreas do Parque e seus entornos, já em um sentido de gestão e governança compartilhada, uma vez que a atribuição do ICMBio é de gestão da Unidade de Conservação e, em relação ao seu entorno, as comunidades e poderes públicos locais são fundamentais para as ações fora da UC, mas que tem nela uma importante referência material e simbólica.

A predominância rural nos quatorze municípios permite considerar a importância de formas de ocupação que integram urbano e rural, não sendo o urbano apenas uma tendência ao que é rural e que infraestruturas e apoio para sistemas produtivos e modos de vida diversos e ecológicos possam ser incentivados produzindo cidades mais sustentáveis, com maior qualidade de vida e qualidade ambiental como um todo. O contexto de entorno do Parque Nacional do Iguaçu pode contribuir com esta possibilidade, mas há muito a ser reforçado nesse sentido, o que indica a importância da continuidade e o desenvolvimento de outros trabalhos sobre essa temática.

A diversidade de modos de vida pode ser observada e destacada no estudo empírico junto à comunidade quilombola Apepu, em São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu, abrindo a importância de destacar a singularidade como possibilidade, alternativa e realidade que demanda respeito e cuidado. Pensar o desenvolvimento territorial do entorno do Parque Nacional do Iguaçu envolve o olhar do conjunto, mas também de cada localidade, envolve entender as histórias de vida e os tempos cotidianos. Aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos formam territorialidades diversas que interagem e merecem o olhar que reconhece a complexidade e não tenta homogeneizar o território. Esta abordagem é um caminho aberto e aponta para a sua continuidade em mais contextos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma Teoria de Estudos Territoriais**. 2006

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente**. Brasília: MMA/SBF, 2011.

BROSE, Markus E. In: **TVA e instituições de desenvolvimento regional: contribuições para a história das ideias** [recurso eletrônico] / Markus E. Brose (Organizador). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Paz e Terra, 2000.

CHIQUITO, Elisângela de A. In: **TVA e instituições de desenvolvimento regional: contribuições para a história das ideias** [recurso eletrônico] / Markus E. Brose (Organizador). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CORAGGIO, José Luis. **Hacia una revisión de la teoría de los polos de desarrollo**. In: EURE, II, núm. 4, 1972.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. **Desenvolvimento Territorial e a implantação de Políticas Públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva**. http://www.ipea.gov.br/portal/ima_didatico/omar/modulo_b/a12.pdf>. Acesso em: 21 jun 2016.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Belo Horizonte, 2001.

DUQUEVIZ, Beatris Camila. **A Rurbanização como Política Social em Gilberto Freyre**. Seropédica: UFRRJ, 2006.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar**.

FAVARETO, Arilson. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”?** Revista Estudos Avançados, 24 (68), 2010.

FAVARETO, Arilson. **Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil**. Documento de Trabajo N° 26 Programa Dinámicas Territoriales Rurales Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. Santiago – Chile, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: que é?** Recife: Editora Massangana, 1982

GIRARDI, Eduardo Paulon. O rural e o urbano: é possível uma tipologia? **FCT/Unesp**, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/cce/geo/>>

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 1ª edição, 2018.

GOUVÊA, Luiz Alberto. **Biocidade: conceitos e critérios para um desenho ambiental urbano, em localidades de clima tropical de planalto.** São Paulo: Nobel, 2002.

GUDYNAS, Eduardo e ACOSTA, Alberto. **La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa.** 2011.

GRAZIANO, José. **O novo rural brasileiro.** Campinas, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate.** Revista GEOgrafia, ano IX, nº 17, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2021

HAROUËL, Jean-Louis. **História do urbanismo.** Tradução Ivone Salgado. Campinas: Papyrus, 1990.

HERZOG, Cecilia P. **Urbanismo ecológico: tema de conferência internacional na Universidade de Harvard.** Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.109/43>>. Acesso em 10 de julho de 2019. 2009

HOLMGREN, David. **Os Fundamentos da Permacultura.** 2013

HOLMGREN, David. **Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade.** 2017

HOUGH, Michael. **Naturaleza y Ciudad: planificación urbana y procesos ecológicos.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1998.

IBGE. **Portal Cidades.** < <https://cidades.ibge.gov.br/>>, 2023.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Escola Parque: protagonismo social e conservação da biodiversidade.** <<https://www.icmbio.gov.br/praticasinovadoras/todas-as-praticas/183-pratica-2014-11.html>> 2014.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu.** Brasília, 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu.** Brasília, 2018.

- LEFF, Enrique. **Ecologia Política: uma perspectiva Latinoamericana**. 2015.
- LERNER, Jaime. **Jaime Lerner propõe: “ruralvila” ou “comunidades rurbanas”**. Revista Projeto, 1979.
- MCidades - Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo - guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. 2004
- MICHAELIS. **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/>>. Acesso em: 21 jun. 2016.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de Conservação**. Página web. Disponível em <<https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao>>. Acesso em 10 de julho de 2019. 2019.
- MOLLISON, Bill. **Introdução à Permacultura**. 1998.
- PERROUX, François. **Consideraciones en torno a la noción de polo de crecimiento**. CEPAL, 1963.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. 1993
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2003.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: EdUSP, 2003.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes da sociedade civil: advocacy e incidências possíveis**. In Vida em Rede, 2011.
- VIEZZER, Moema L. **Círculos de aprendizagem para a sustentabilidade: caminhada do coletivo educador da Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu 2005-2007**. Foz do Iguaçu: ITAIPU Binacional; Ministério do Meio Ambiente, 2007.
- VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: O Processo de Urbanização no Brasil I Csaba Dcük. Sudi Ramos Schiffer (organizadores) - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

APÊNDICE

Painel de Leitura Territorial Multiescalar

Área de estudo: Entorno do Parque Nacional do Iguaçu

- Formatação do Painel
- Painel 1: Localização do Parque Nacional do Iguaçu e seu entorno;
- Painel 2: Três regiões do Parque e Entorno;
- Painel 3: Região Trinacional;
- Painel 4: 14 Municípios do Entorno do Parque Nacional do Iguaçu;
- Painéis 5 a 19: Painel de Leitura Territorial Multiescalar de cada Município.

Imagem de satélite com escala gráfica de 10 Km
em formato A4 210 x 297 mm.

10 Km

Imagem de satélite com escala gráfica de 5 Km
em formato A4 210 x 297 mm.

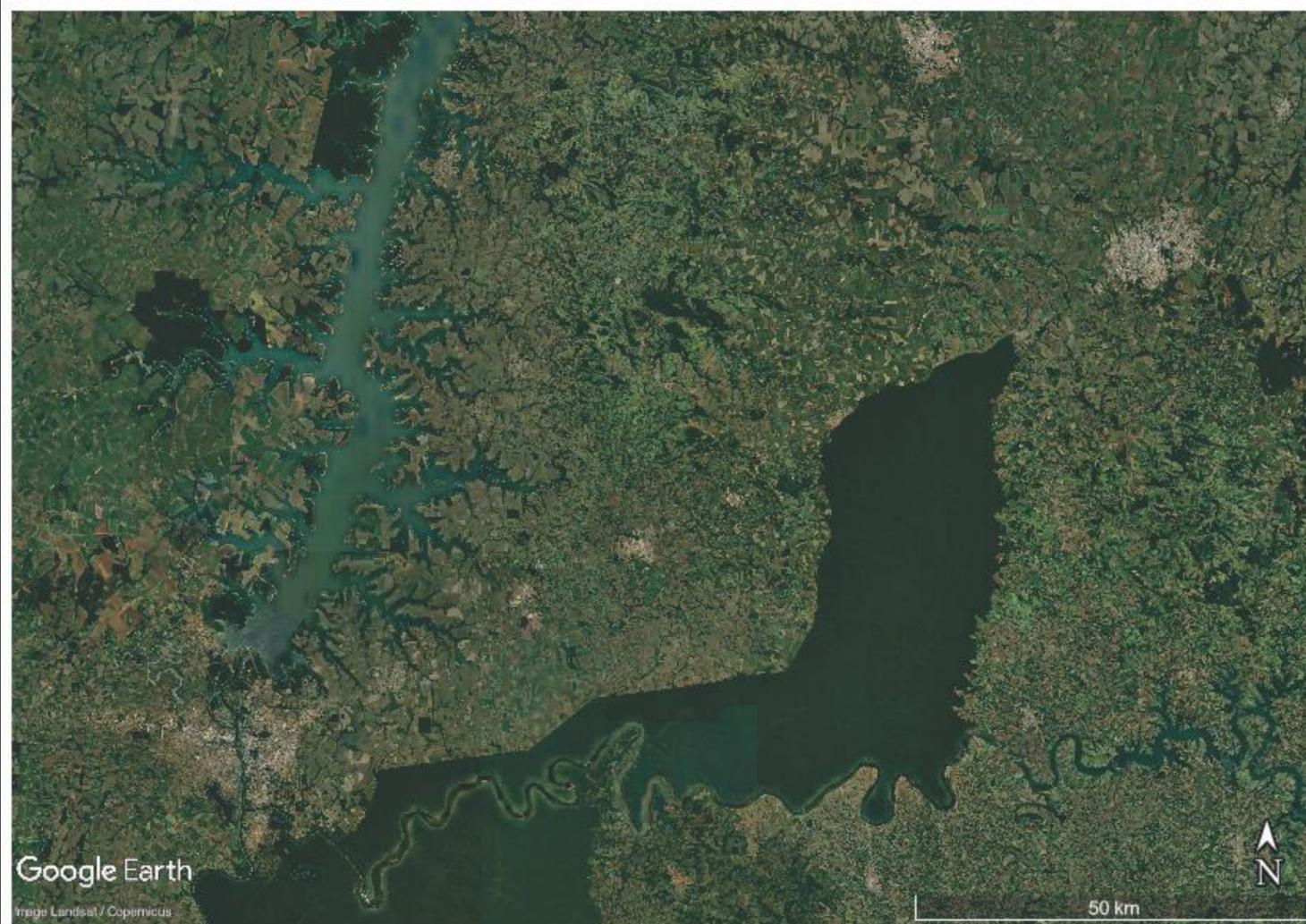
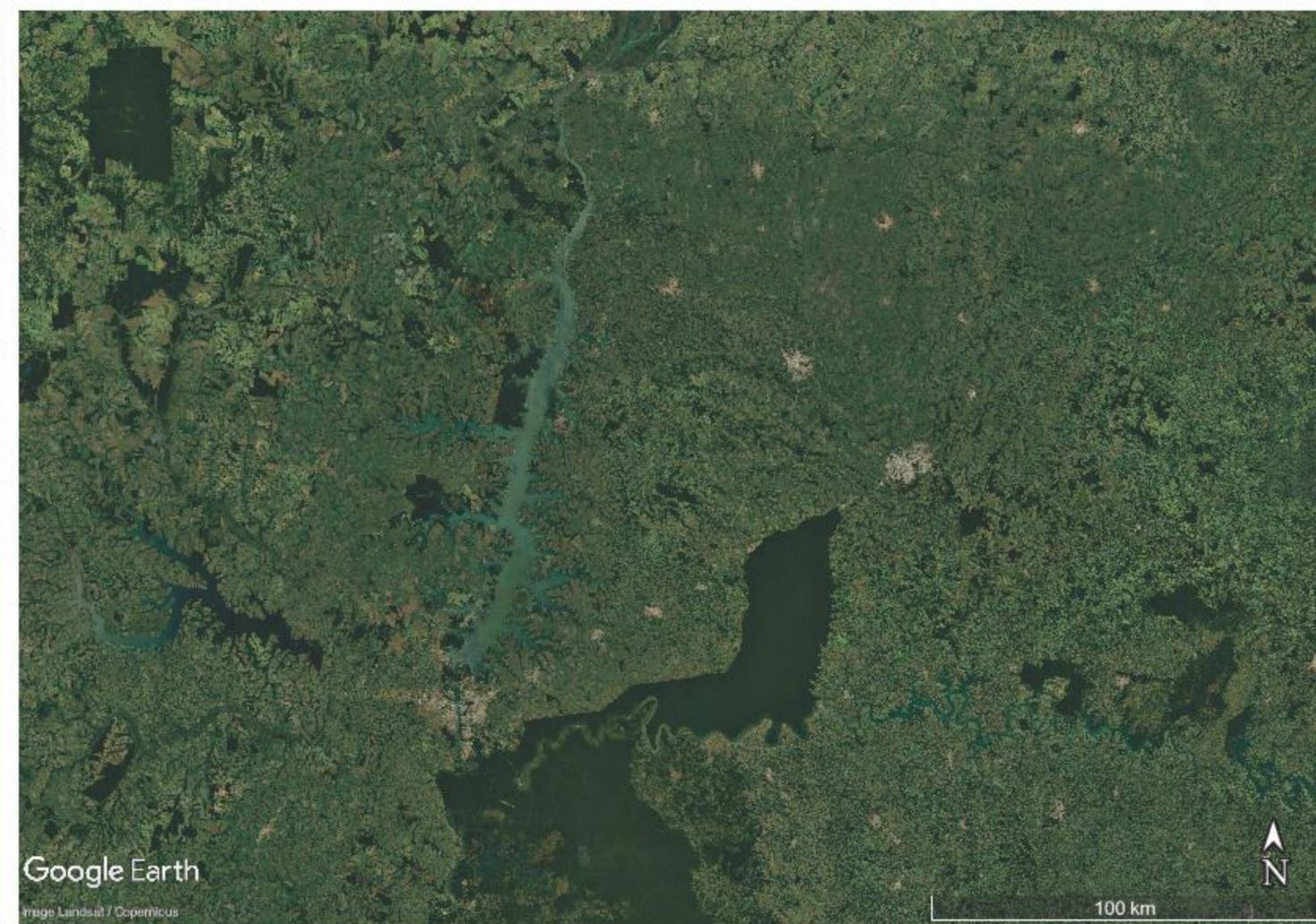
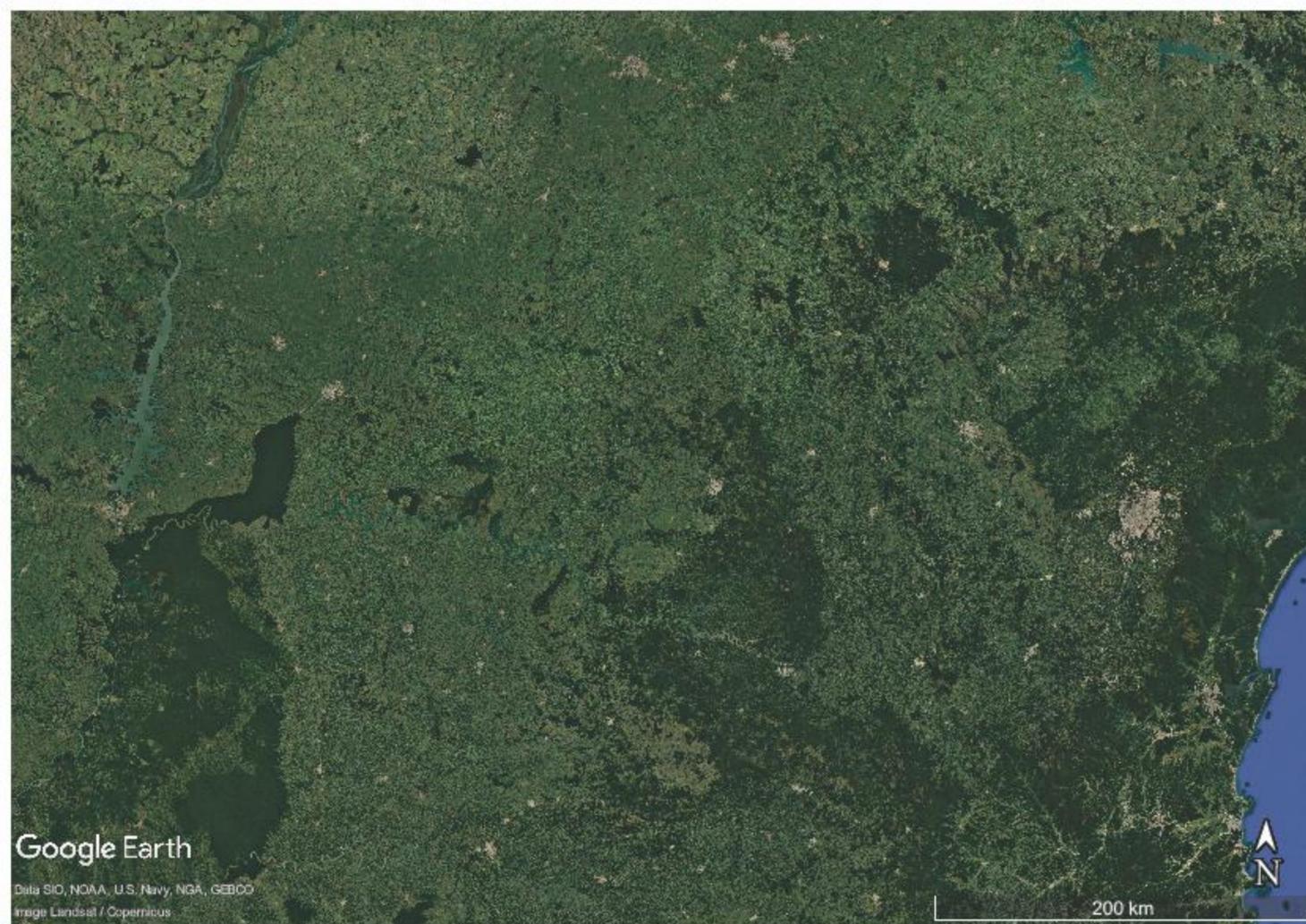
5 Km

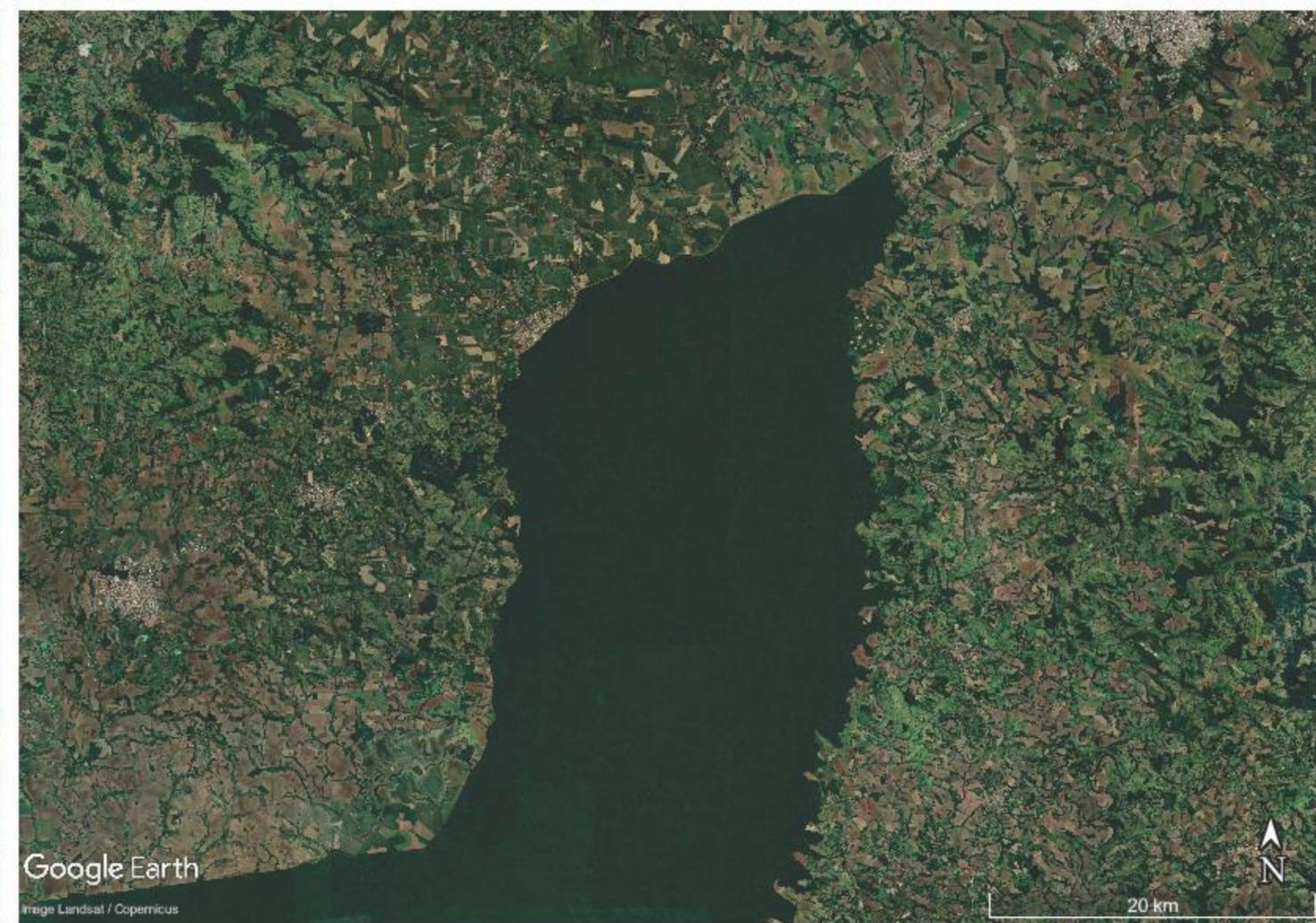
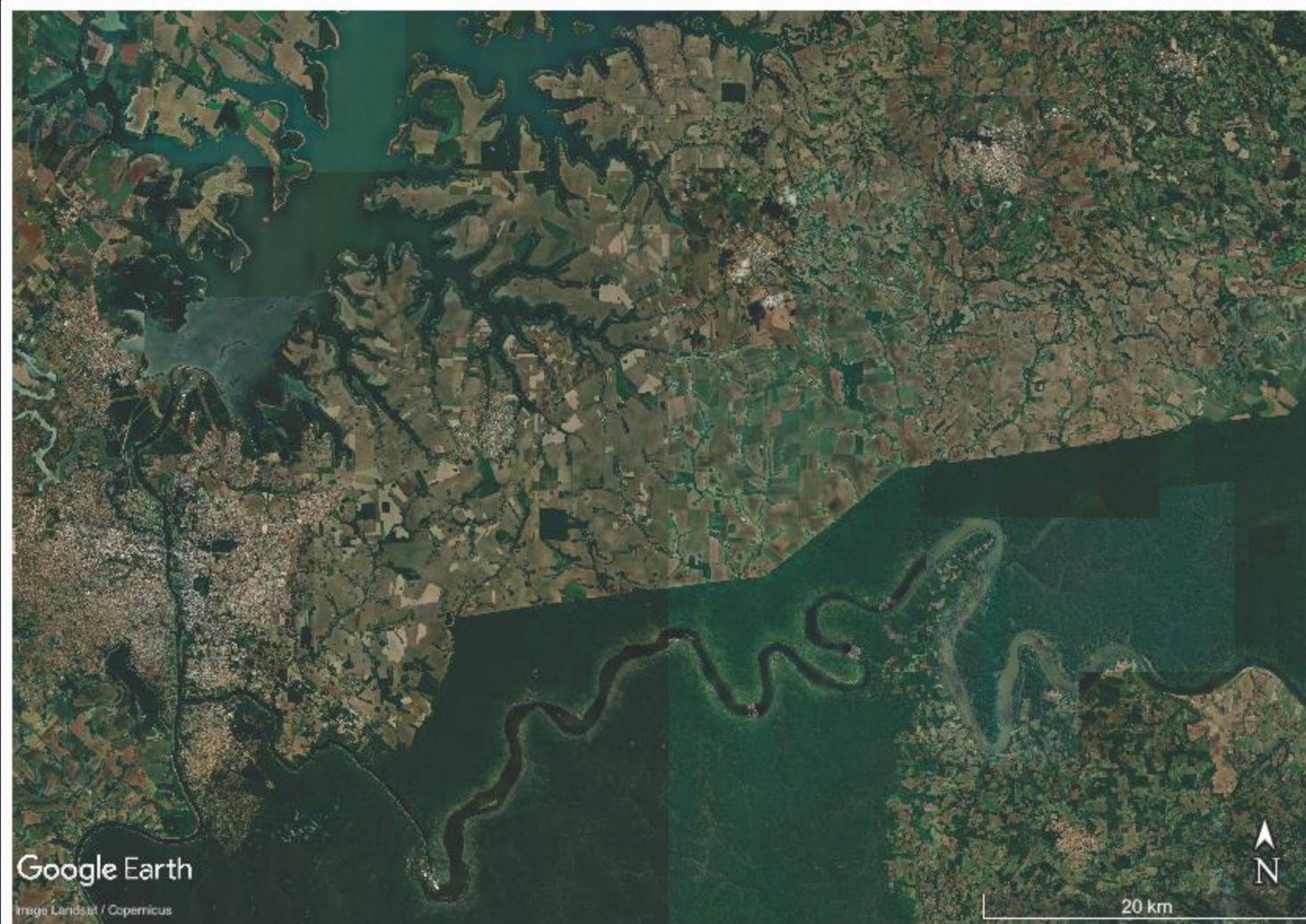
Imagem de satélite com escala gráfica de 1 Km
em formato A4 210 x 297 mm.

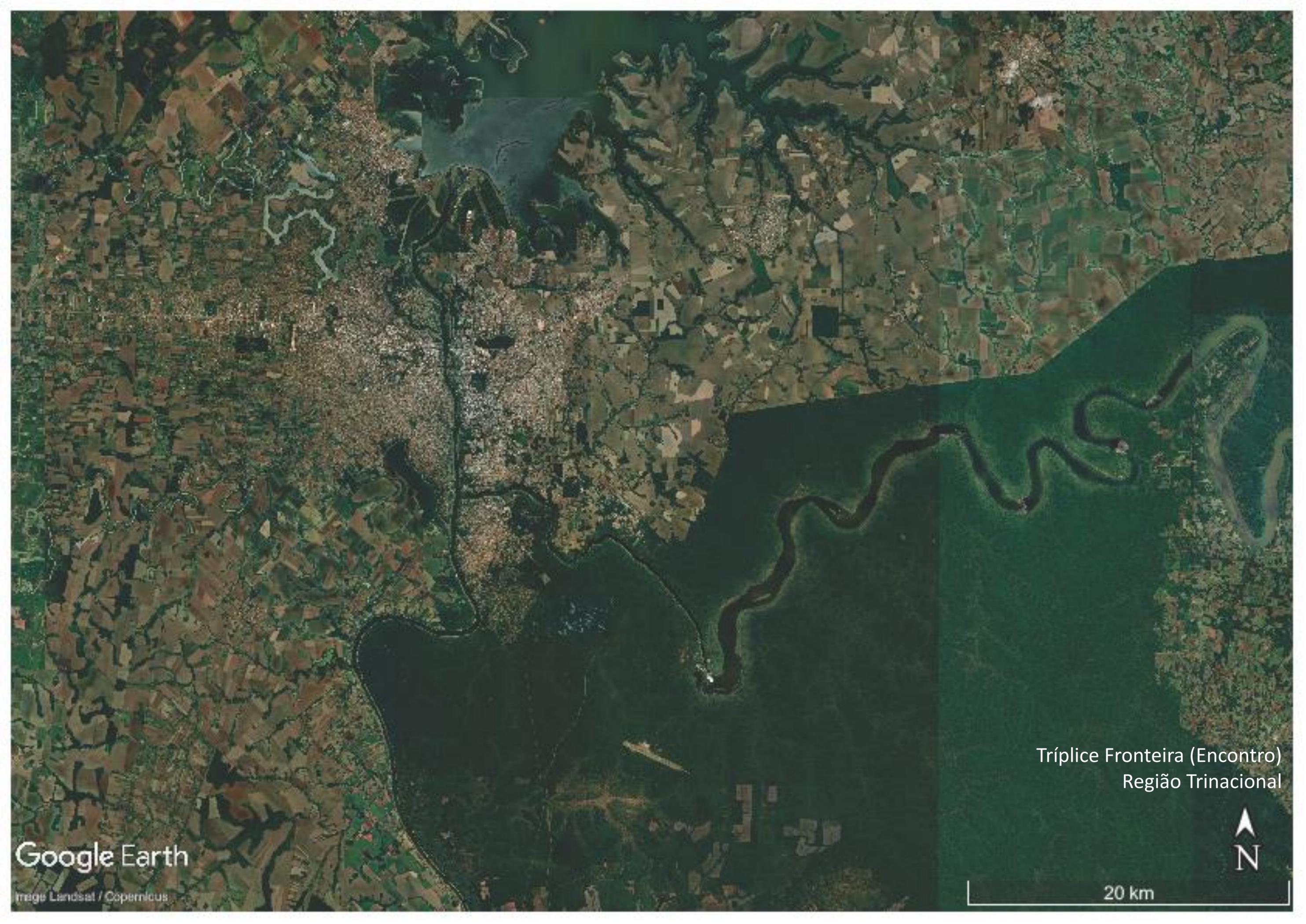
1 Km

Espaço para anotações, desenhos, complementos de informação,
registros de impressões, cartografias e outras representações sobre o
local em estudo.

Identificação do Painel







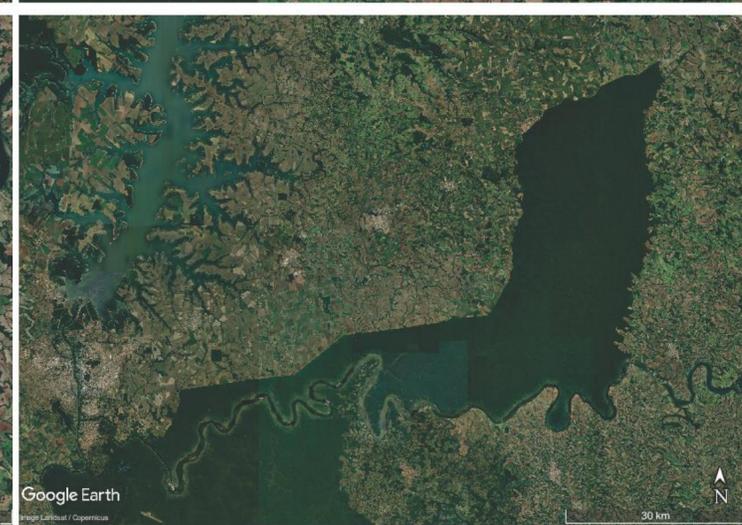
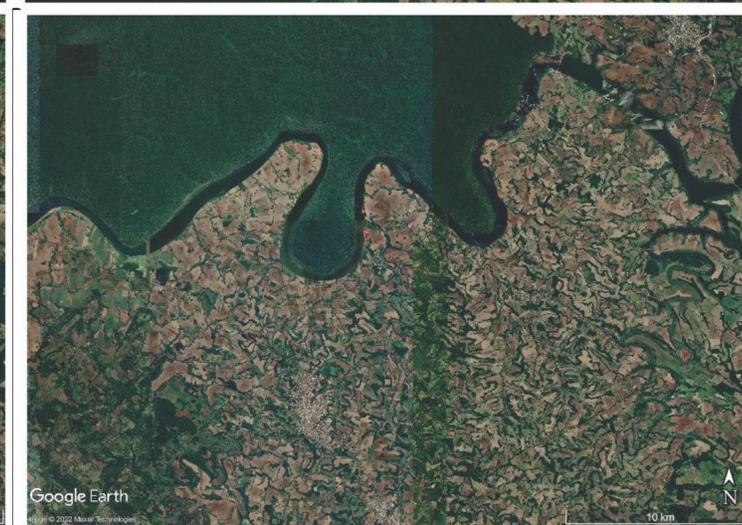
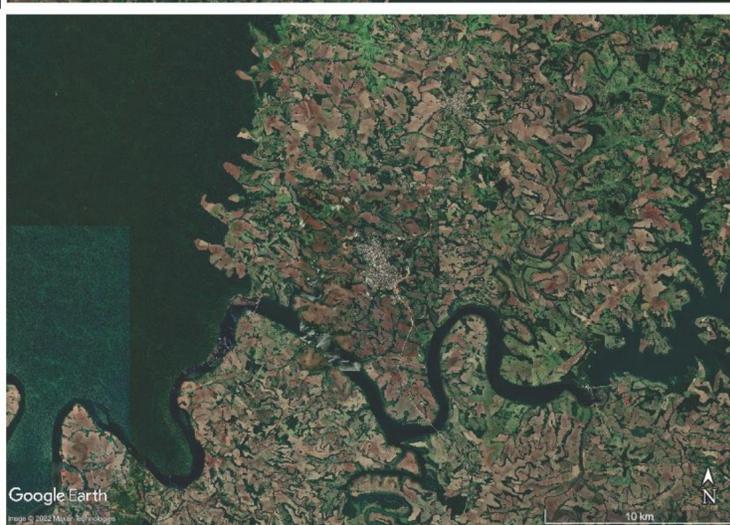
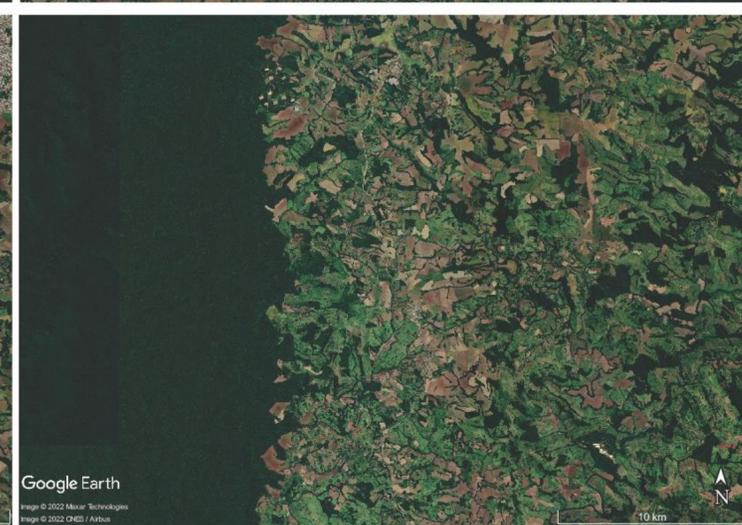
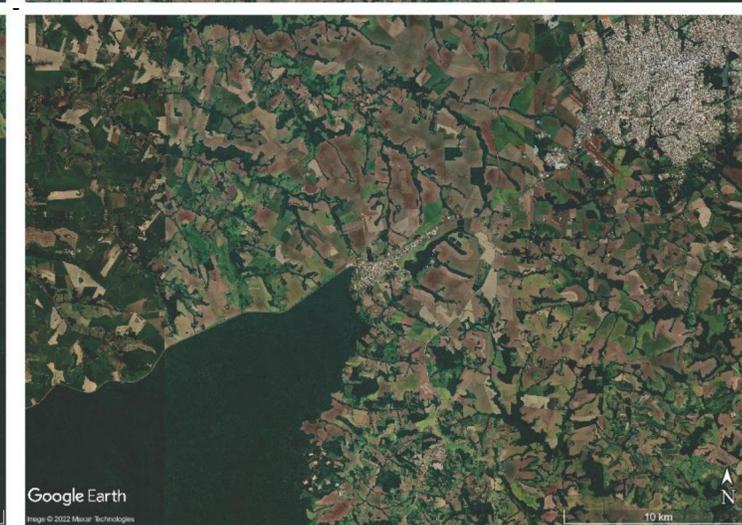
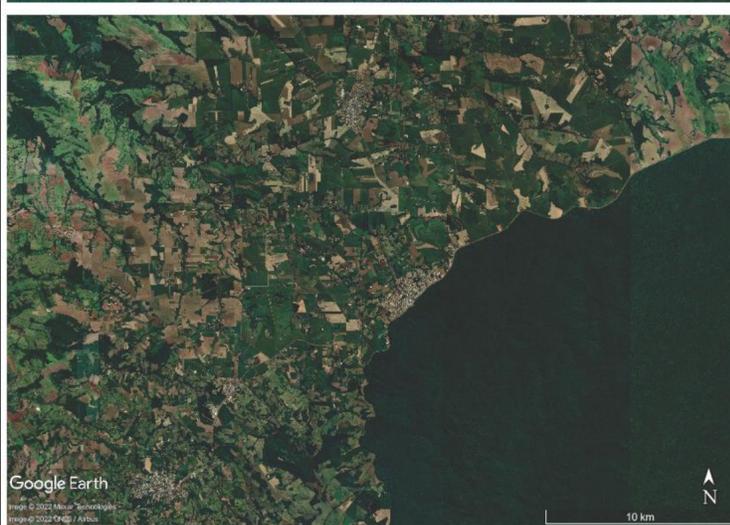
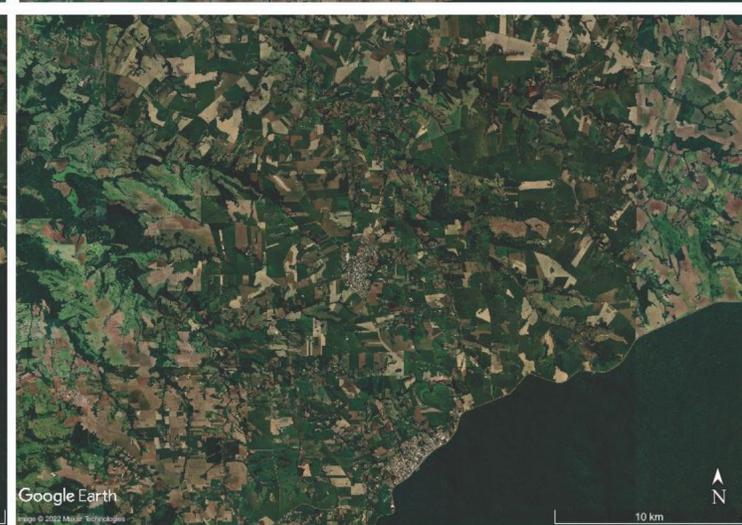
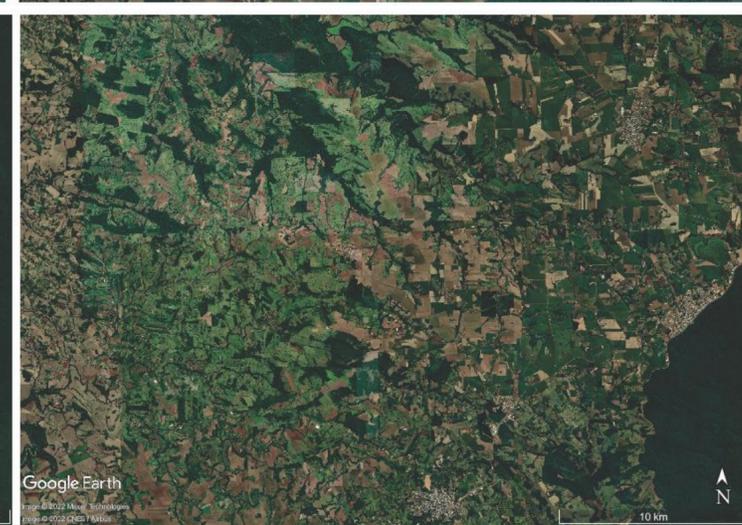
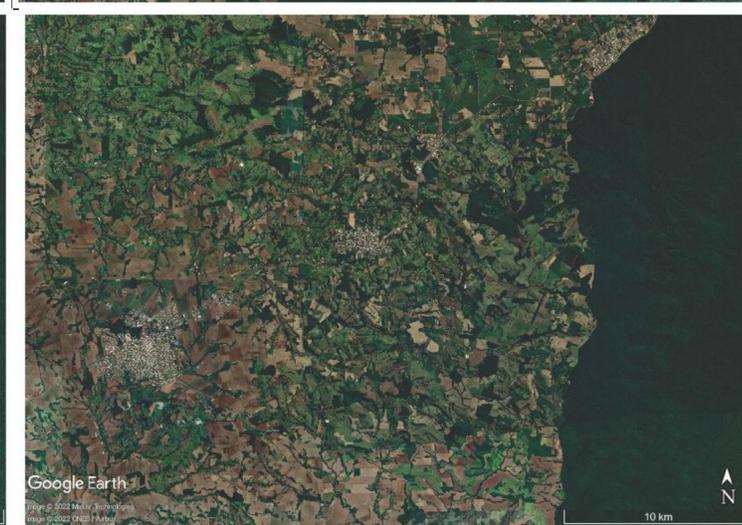
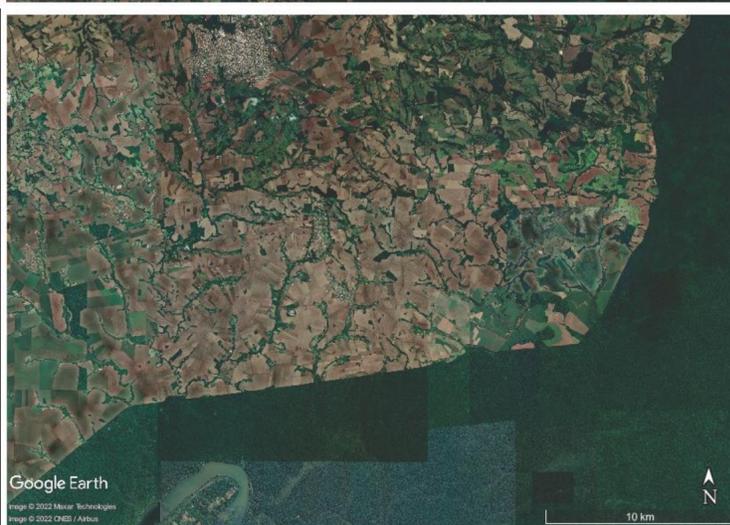
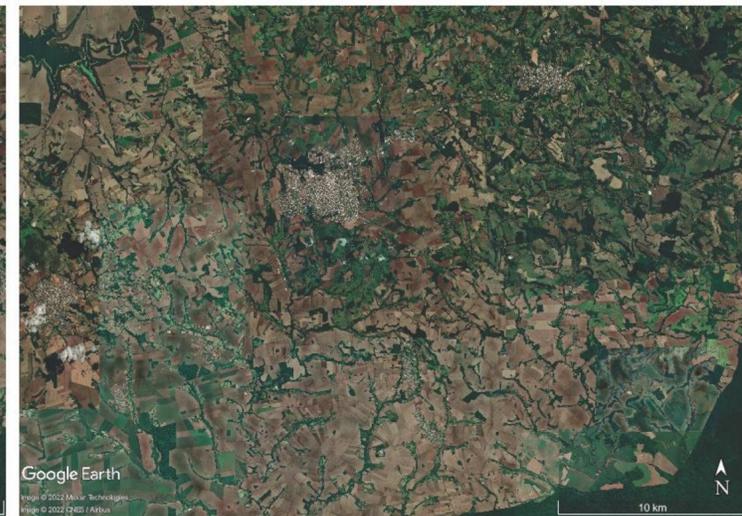
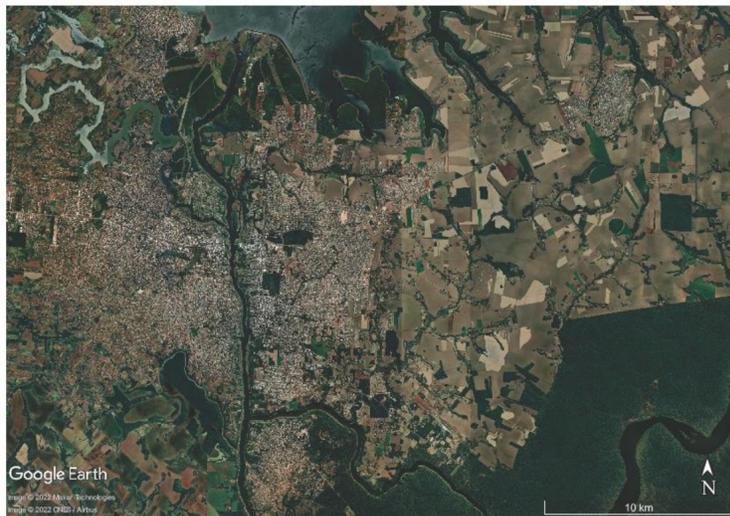
Tríplice Fronteira (Encontro)
Região Trinacional



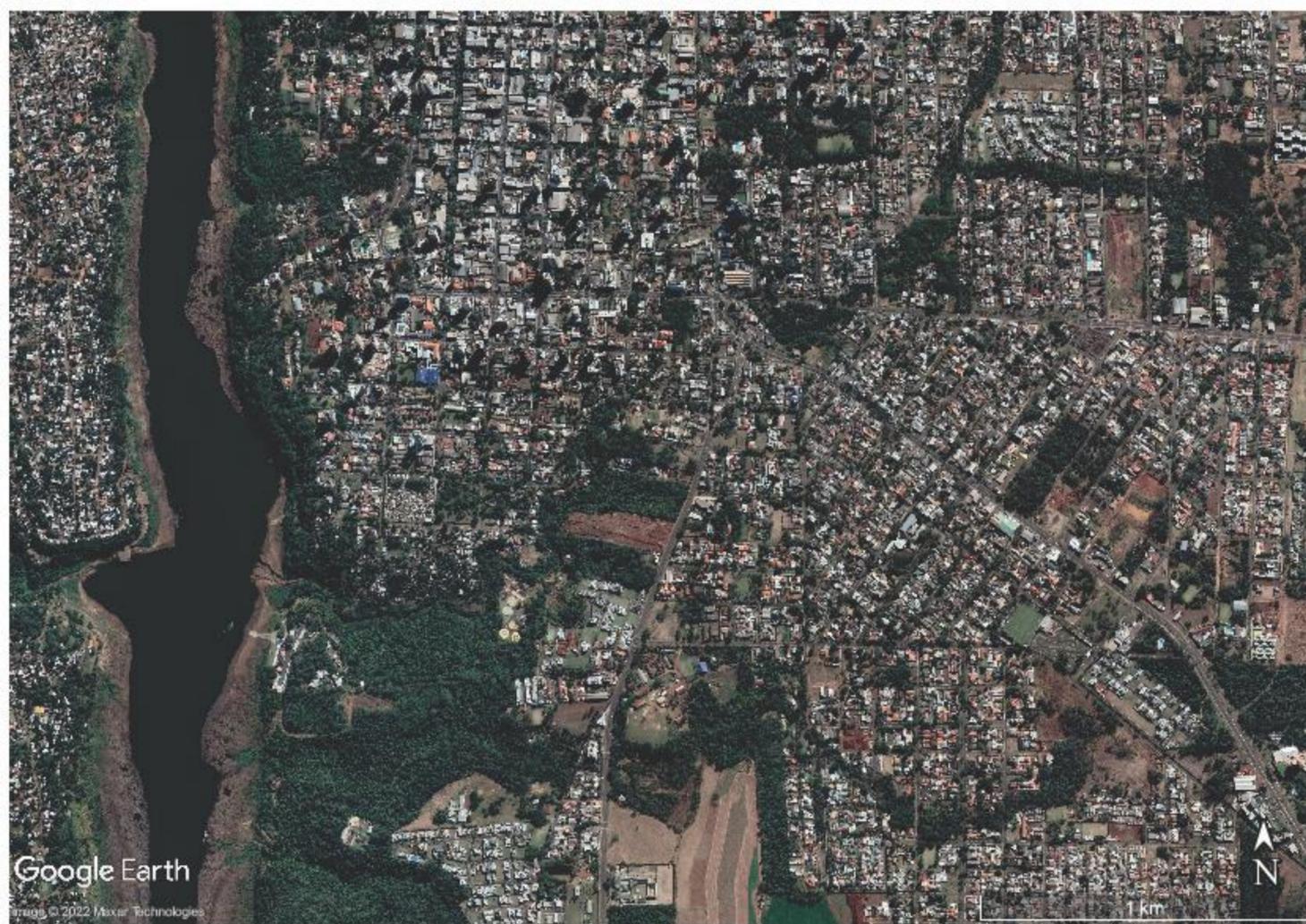
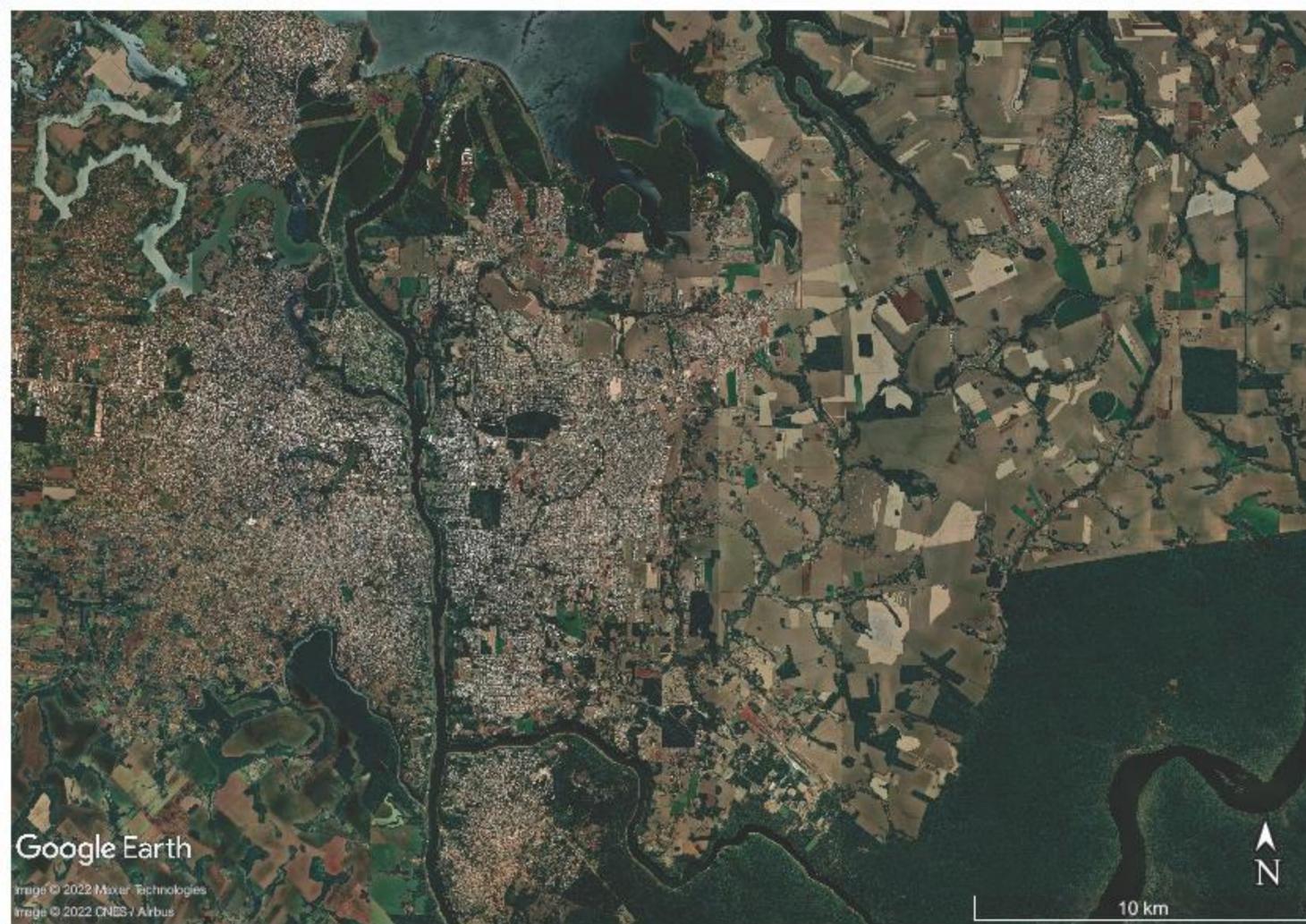
20 km

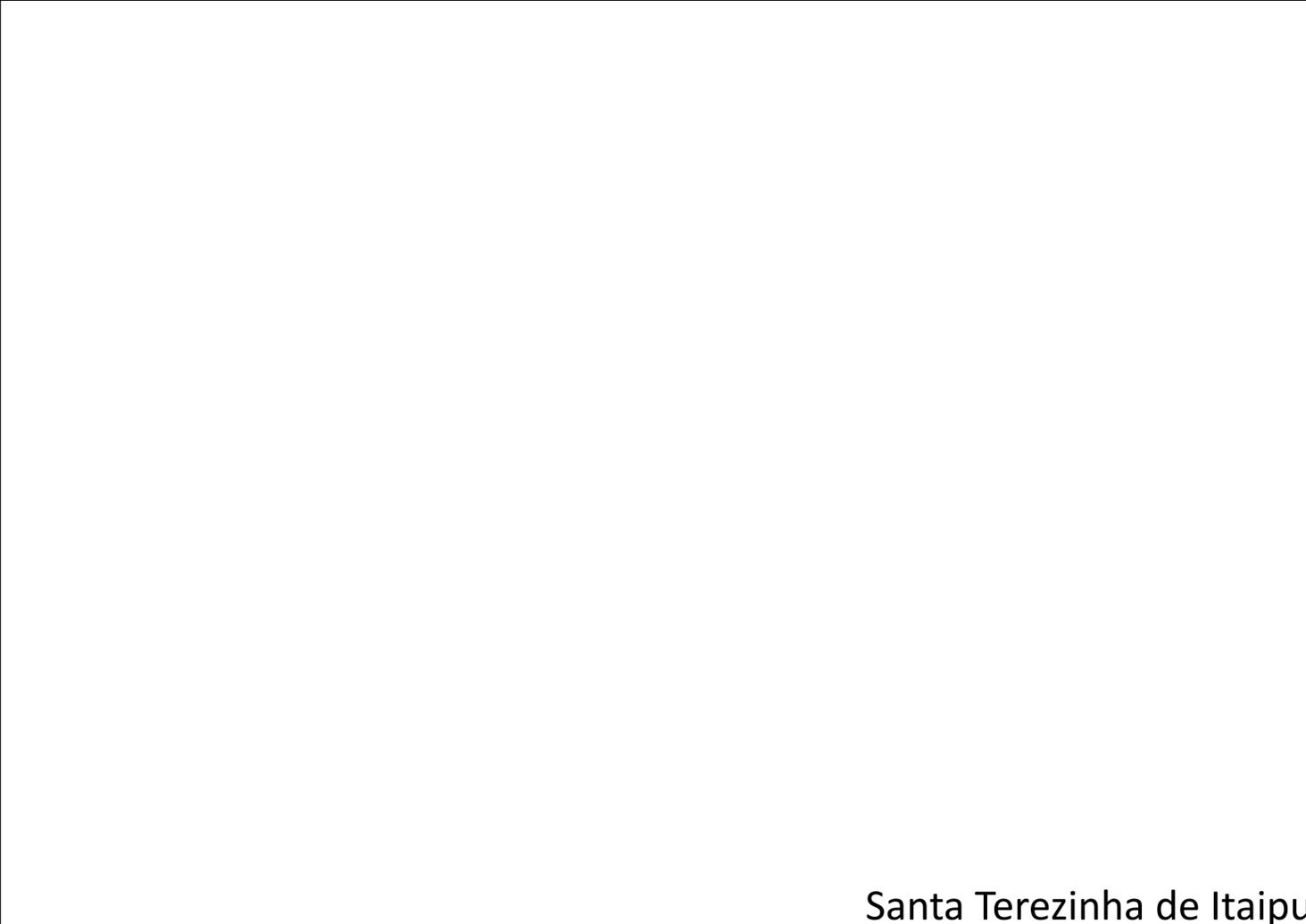
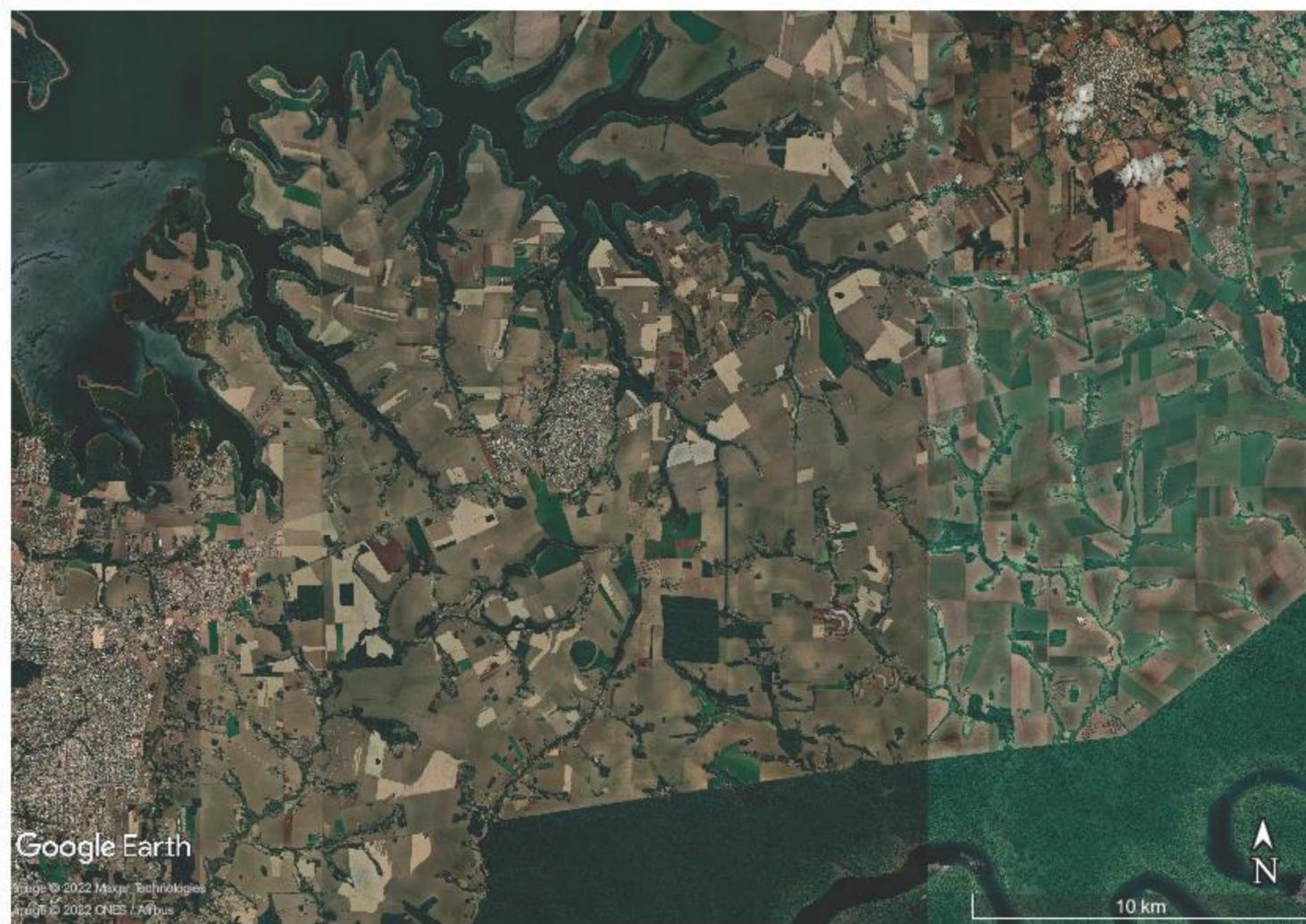
Google Earth

Imagem Landsat / Copernicus

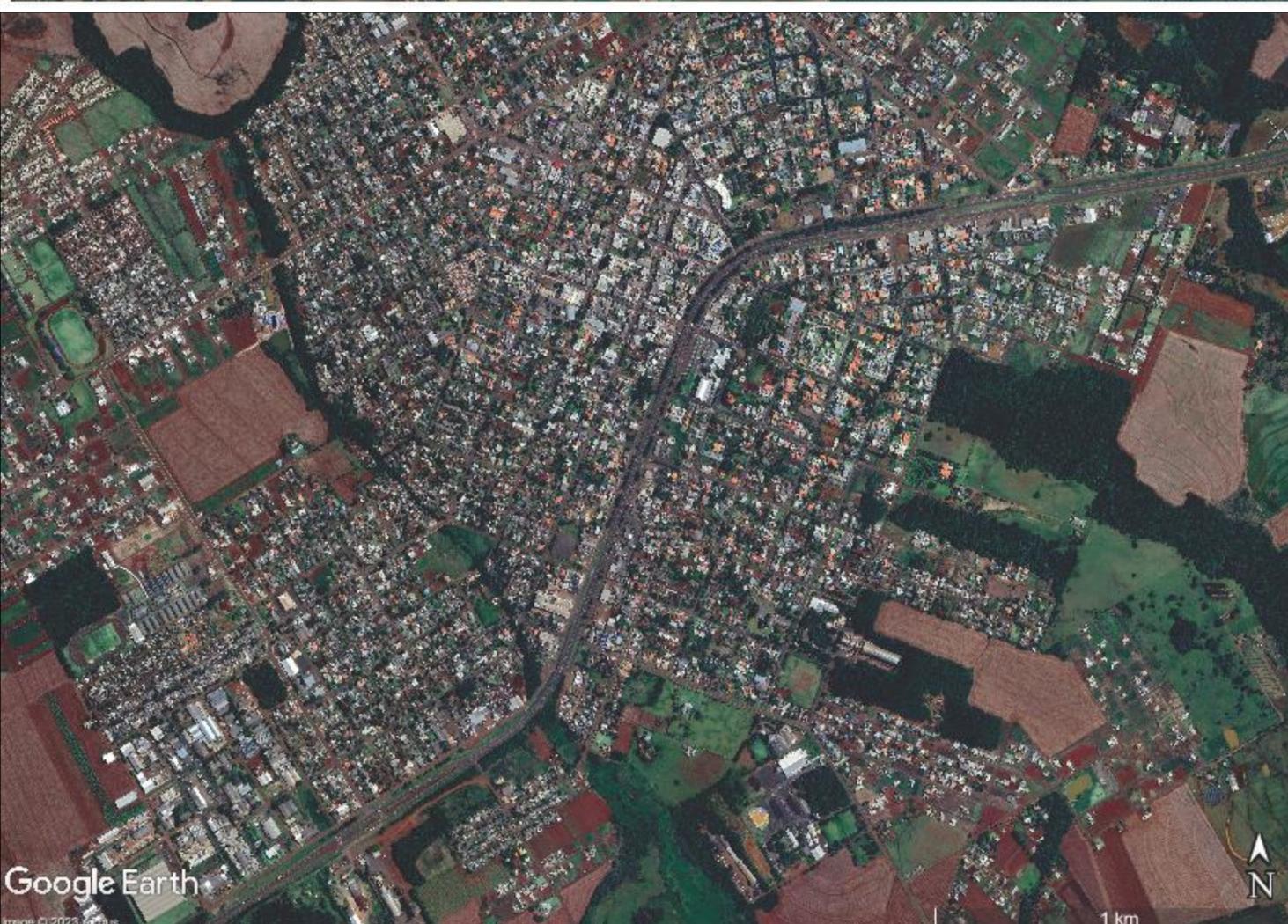


14 Municípios do Entorno do PNI

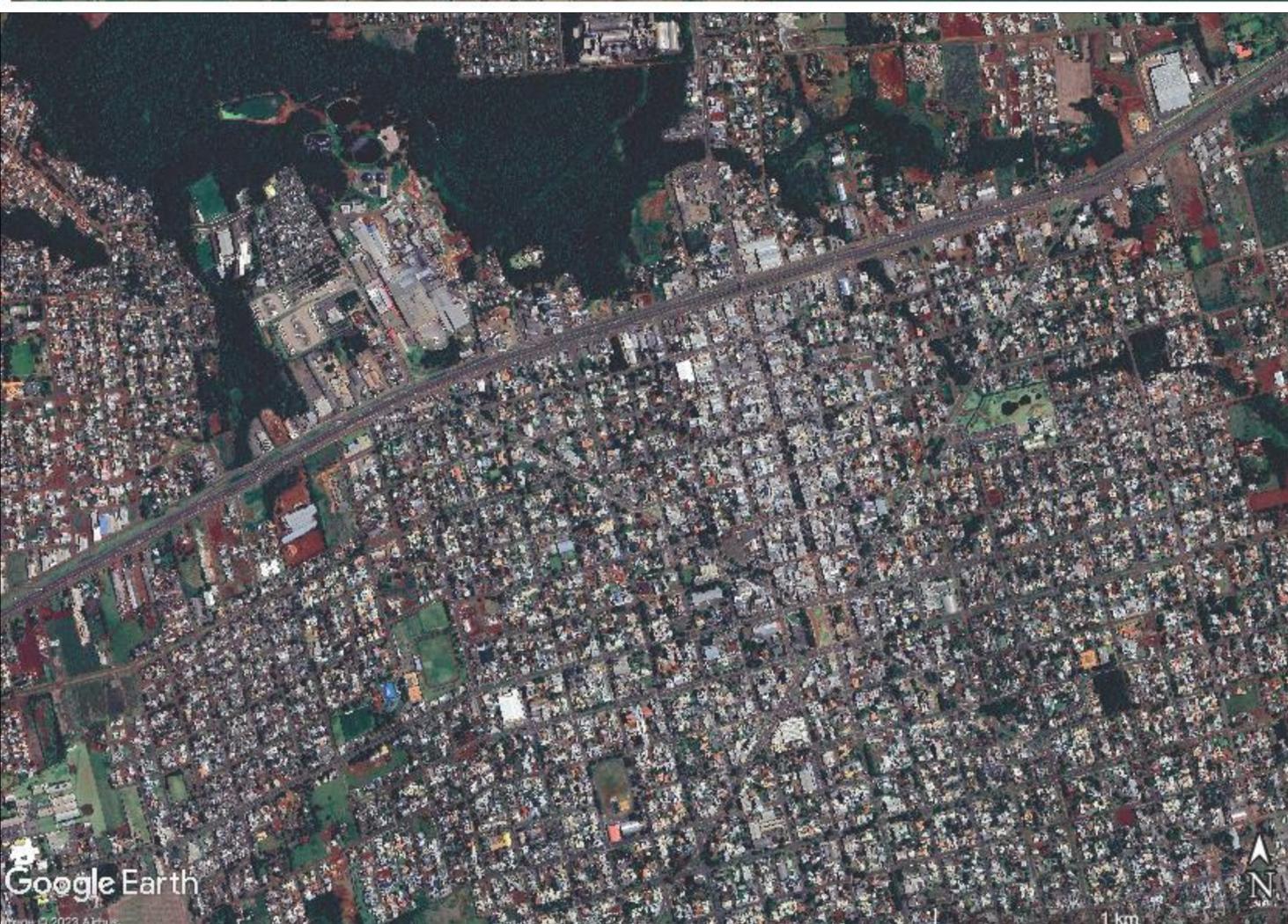
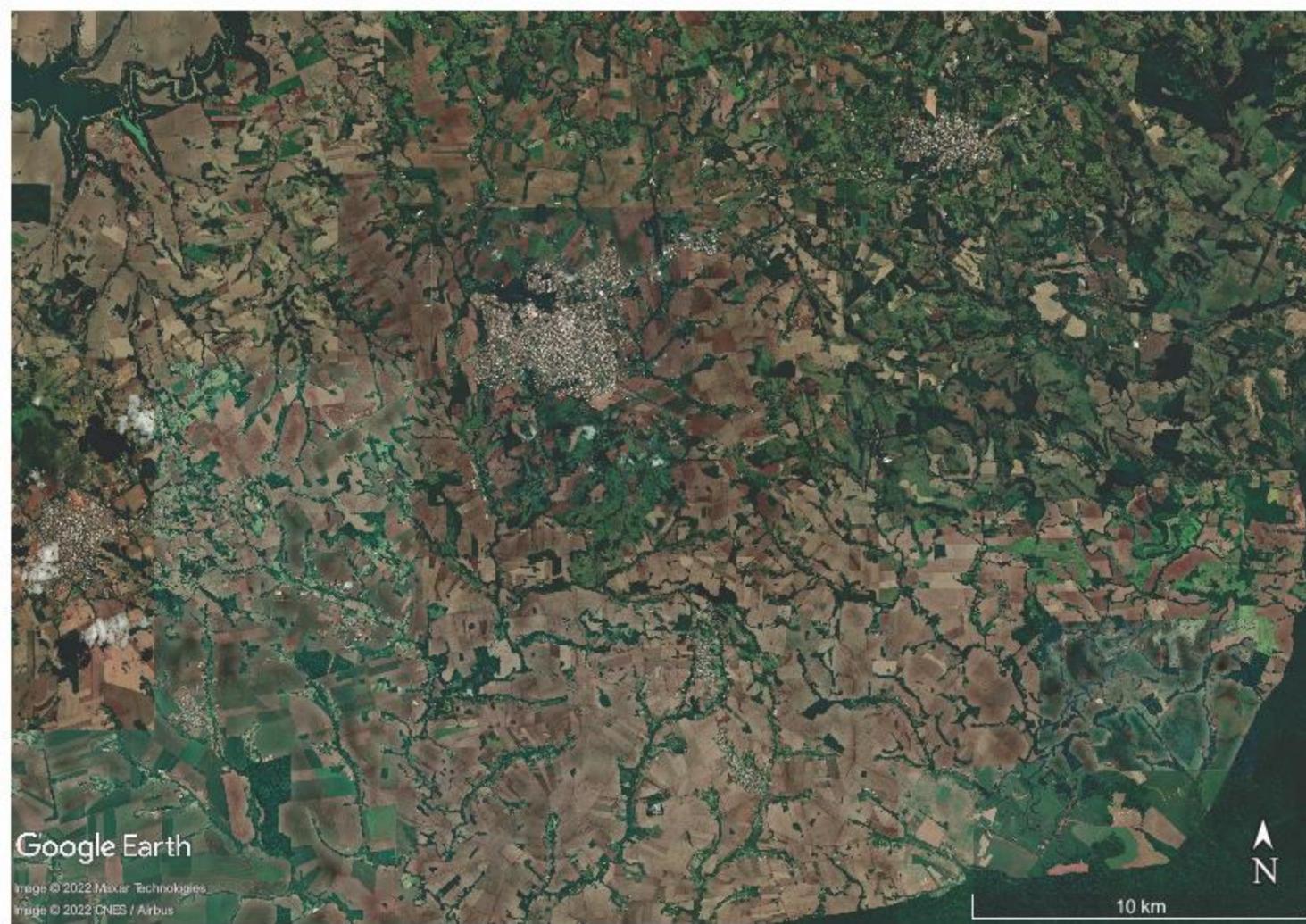




Santa Terezinha de Itaipu



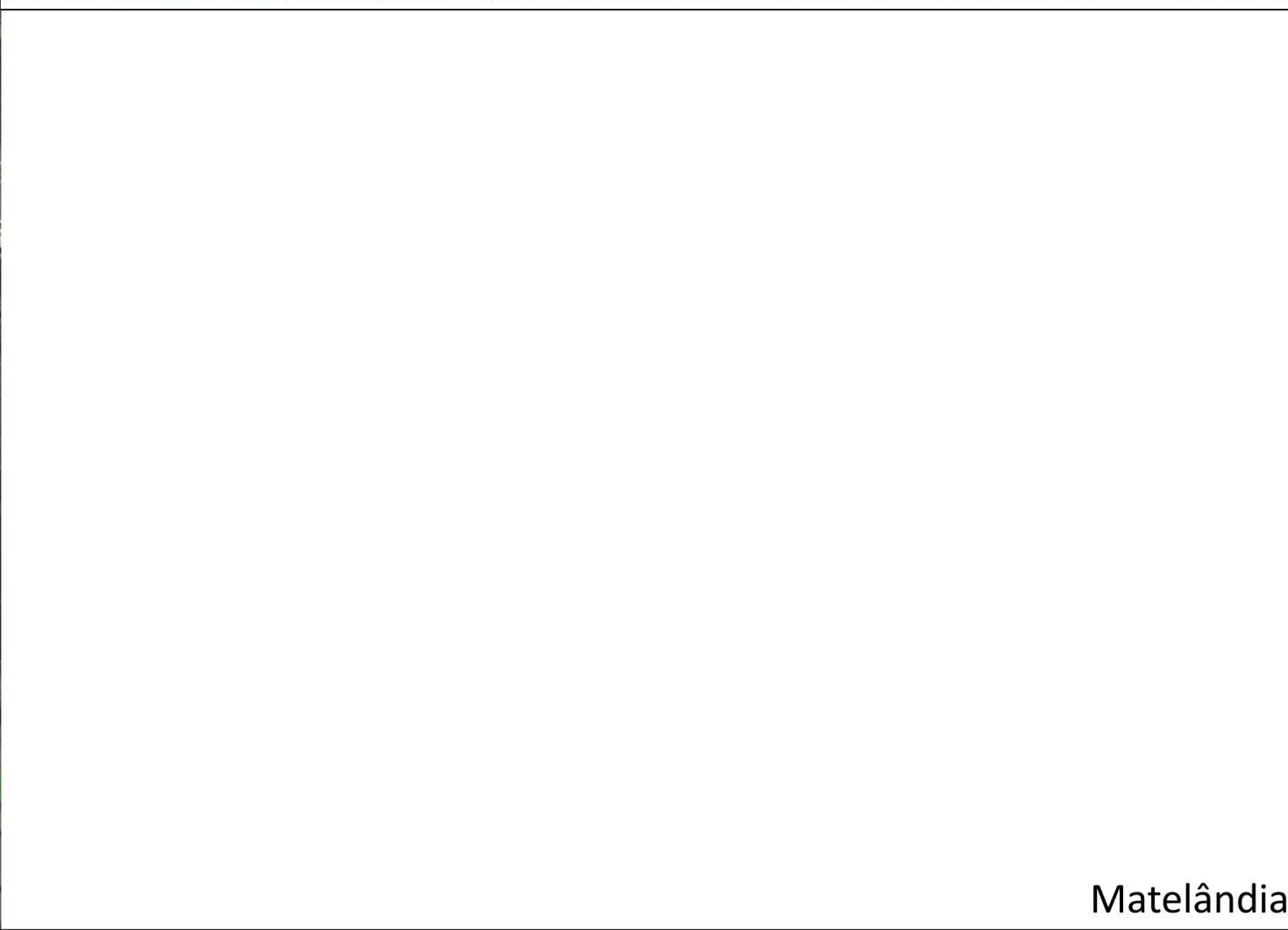
São Miguel do Iguaçu



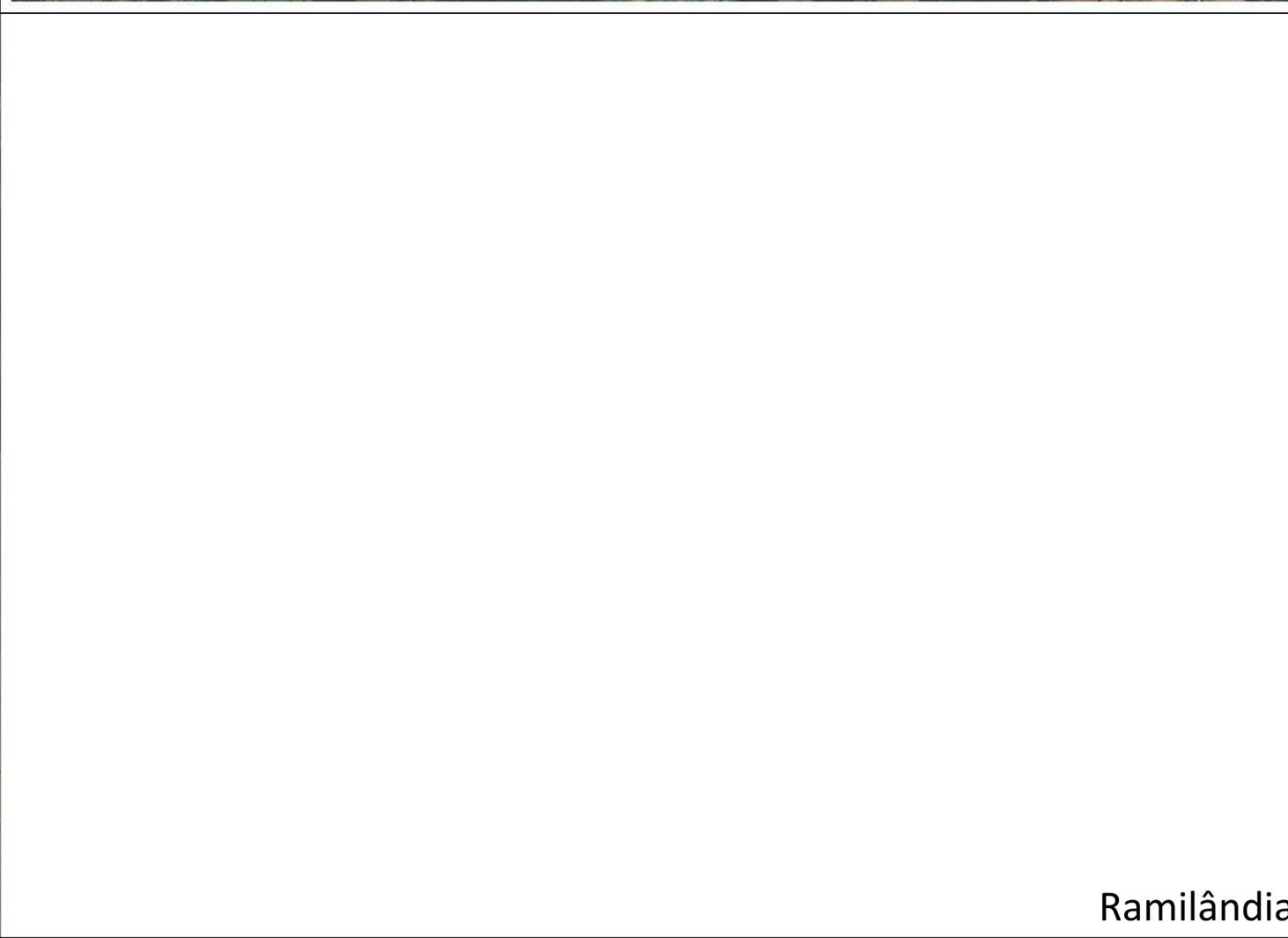
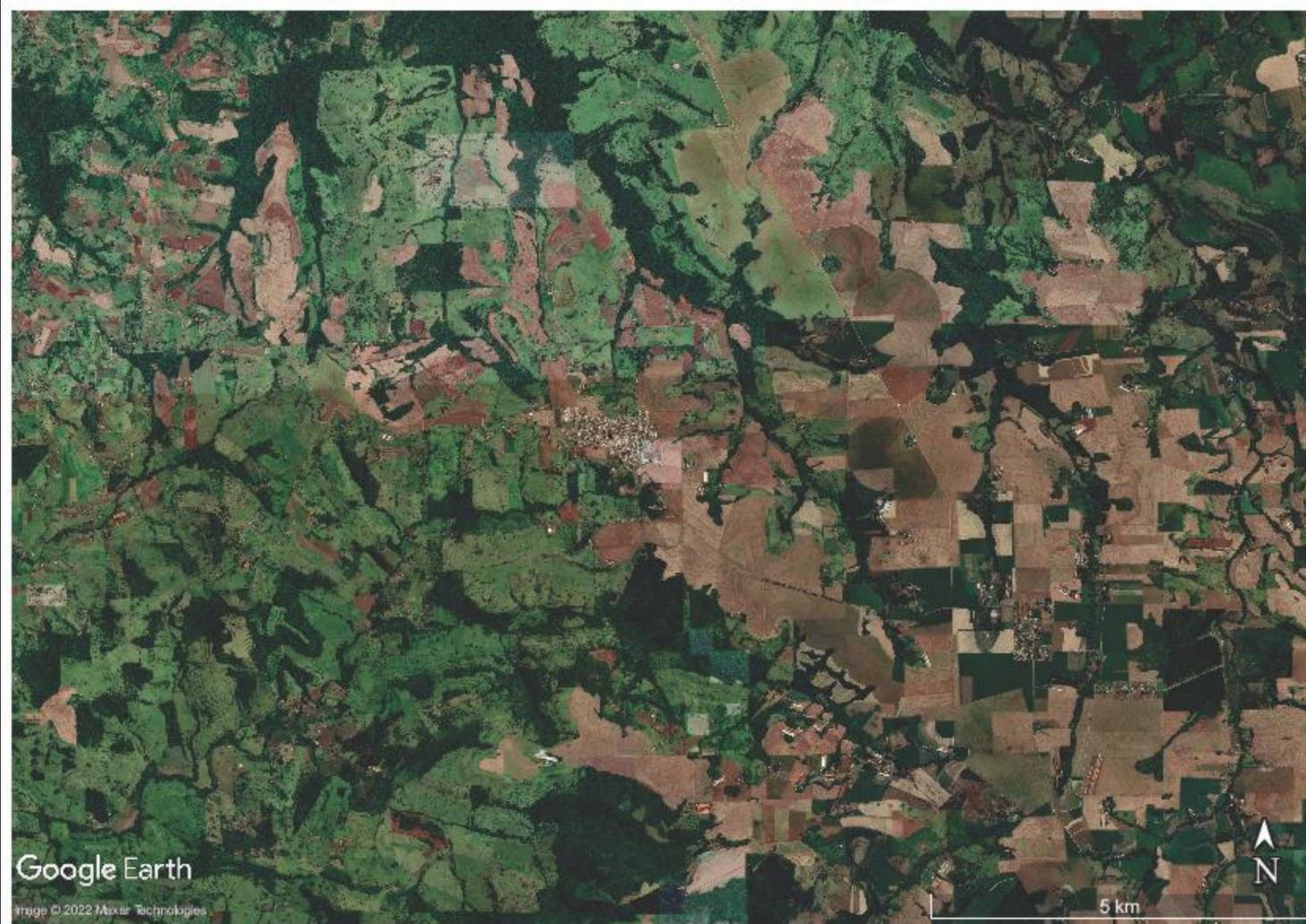
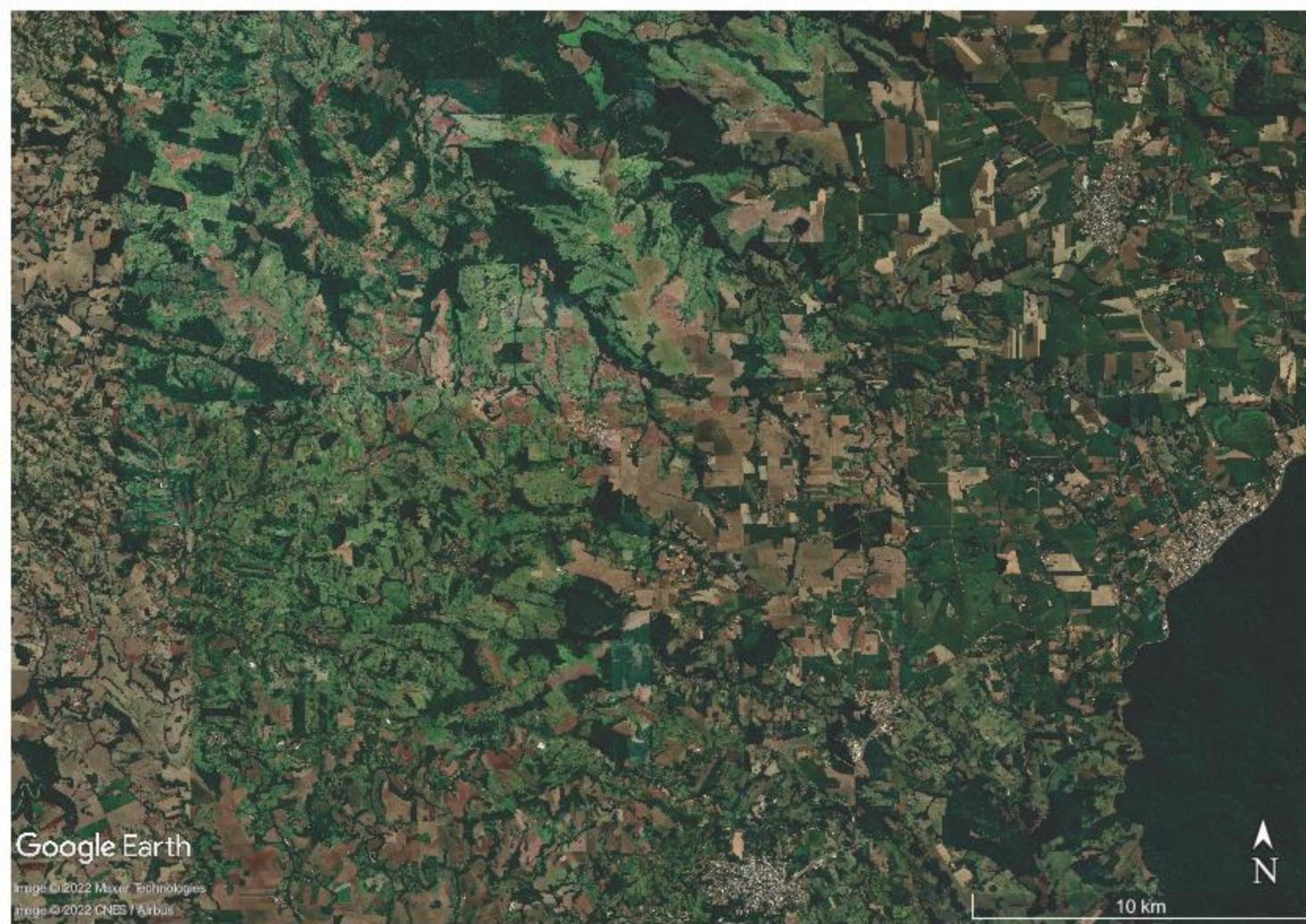
Medianeira



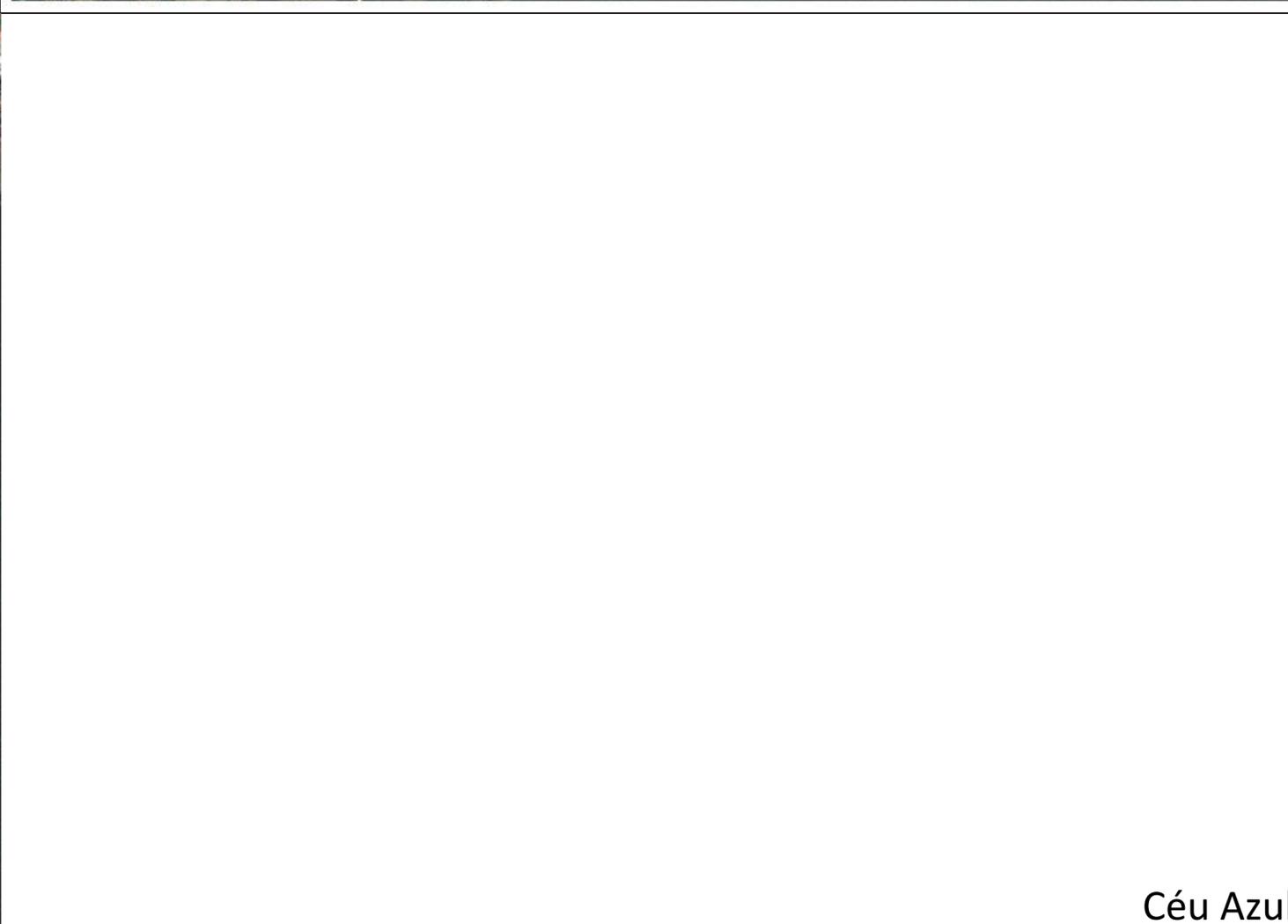
Serranópolis do Iguaçu



Matelândia









Santa Tereza do Oeste

